



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO DE NEGÓCIOS TURÍSTICOS**

SONALE PAIVA CIDRÃO

**A METRÓPOLE FORTALEZA ESPRAIADA PELO TURISMO E A
RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL DE HOTÉIS DO CUMBUCO/CEARÁ**

FORTALEZA – CEARÁ

2017

SONALE PAIVA CIDRÃO

A METRÓPOLE FORTALEZA ESPRAIADA PELO TURISMO E A
RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL DEHOTÉIS DO CUMBUCO/CEARÁ

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Gestão de Negócios Turísticos do Centro de Estudos Sociais Aplicados e Centro de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Gestão de Negócios Turísticos.

Área de Concentração: Gestão de Negócios Turísticos.

Orientador: Prof^a. Dr.^a. Luzia Neide Menezes Teixeira Coriolano

FORTALEZA – CEARÁ

2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Universidade Estadual do Ceará

Sistema de Bibliotecas

Cidrão, Sonale Paiva.

A metrópole Fortaleza espriada pelo turismo e a responsabilidade socioambiental de hotéis do Cumbuco/Ceará [recurso eletrônico] / Sonale Paiva Cidrão. - 2017.

1 CD-ROM: il.; 4 ¼ pol.

CD-ROM contendo o arquivo no formato PDF do trabalho acadêmico com 168 folhas, acondicionado em caixa de DVD Slim (19 x 14 cm x 7 mm).

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Estadual do Ceará, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Mestrado Profissional em Gestão de Negócios Turísticos, Fortaleza, 2017.

Área de concentração: Gestão de Negócios Turísticos.
Orientação: Prof.ª Ph.D. Luzia Neide Menezes Teixeira Coriolano.

1. Turismo. 2. Stakeholder. 3. Responsabilidade Socioambiental. I. Título.

SONALE PAIVA CIDRÃO

A METRÓPOLE FORTALEZA ESPRAIADA PELO TURISMO E A
RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL DE HOTÉIS DO CUMBUCO/CEARÁ

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Gestão de Negócios Turísticos do Centro de Ciências e Tecnologia e Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Gestão de Negócios Turísticos. Área de Concentração: Gestão de Negócios Turísticos.

Aprovada em: 02 de março de 2017.


BANCA EXAMINADORA



Prof.^a. Dra. Luzia Neide Coriolano (Orientadora)
Universidade Estadual do Ceará - UECE



Prof.^a. Dra. Mônica Mota Tassigny
Universidade de Fortaleza - UNIFOR



Prof. Dr. André Riani Costa Perinotto
Universidade Federal do Piauí - UFPI

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, pela misericórdia e cuidado na minha vida e por me conceder vida, saúde, inteligência e privilégio de renovação.

Aos meus pais, José Cidrão e Rita de Cássia por todo amor, dedicação e empenho em minha educação e desenvolvimento.

À filha Gabriella Cidrão, pelo amor, companheirismo e paciência. Por ser quem ela é na minha vida: Presente de Deus!

À orientadora, Professora Dra. Luzia Neide Coriolano, pela oportunidade de receber valiosos ensinamentos. Por ser o arquétipo profissional, que inspira a todos que têm o privilégio da convivência catedrática e pessoal. Sincero obrigada.

Ao amigo e diretor do departamento adjunto administrativo e financeiro da Assembleia Legislativa, Marcus Vinícius de Melo Cruz, pelo apoio, pelas oportunidades, pela credibilidade, a você respeito e muito obrigada.

A todos os amigos e amigas do departamento financeiro que, neste trabalho, demonstraram presteza e solicitude, mesmo nos momentos difíceis.

Ao amigo Jose Hugo Martins, pelo incentivo e auxílio na caminhada.

Ao professor Dias da Silva e a todos os professores do programa de pós-graduação, Mestrado Profissional em Gestão de Negócios Turísticos que contribuíram com ensinamentos, enriqueceram e solidificaram a minha formação profissional.

À secretária Adriana Fonteles, à colega Conceição Nascimento, ao colega Luiz Neto, pela presteza em ajudar-me.

À amiga Auxiliadora Marcolino, pela amizade, carinho e companheirismo.

À Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, pelo apoio financeiro.

Enfim, a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram no desenvolvimento e conclusão deste trabalho, não citados nominalmente: Meu muito obrigada.

“Talvez não tenha conseguido fazer o melhor, mas lutei para que o melhor fosse feito. Não sou o que deveria ser, mas graças a Deus, não sou o que era antes”.

(Marthin Luther King)

RESUMO

Esta dissertação tem como objeto de estudo a Metrópole Fortaleza, espriada pelo turismo e responsabilidade social e ambiental de hotéis do Cumbuco/Ceará. A valorização do litoral, implementação de práticas de veraneio, segundas residências, natureza privilegiada, balneabilidade, aporte do Estado com políticas públicas e financiamentos e proximidade com a Metrópole fazem da Praia do Cumbuco um núcleo receptor de turismo. Cumbuco conta com significativa oferta de empreendimentos de meios de hospedagem, o que torna favorável a investigação sobre responsabilidade socioambiental. A problemática remete a impactos sociais e ambientais decorrentes de atividades econômicas, sobretudo do turismo, fazendo surgir a responsabilidade socioambiental. Investiga-se a descoberta do Cumbuco pelo turismo pela conurbação Fortaleza/Cumbuco, o que faz este lugar ser procurado pelos turistas e investigado quanto as práticas de responsabilidade socioambiental nos empreendimentos de hospedagem. Objetiva-se analisar o turismo e a responsabilidade socioambiental de empreendimentos de hospedagem na Praia do Cumbuco. Optou-se pelo método dialético para investigação crítica e interpretativa do contexto econômico, social e histórico, com identificação de conflitos e determinações associados às ações humanas. Na pesquisa documental fez-se estudos em relatórios oficiais. Na pesquisa de campo, aplicou-se entrevistas informais e formulários, além de registro fotográfico *in loco*. A abordagem é quantitativa e qualitativa. São conceitos fundantes: turismo, lazer, agência de viagem, litoral, segunda residência, responsabilidade socioambiental e *stakeholders*. Os resultados revelam a Metrópole Fortaleza e Cumbuco transformados para atender as exigências do turismo. Colônias de pescadores transmutam-se em núcleo receptor do turismo, no entanto falta o compromisso de empresários do turismo e do poder público, com as ações de responsabilidade socioambiental para a manutenção da balneabilidade das praias. As empresas não dão aos *stakeholders* a importância devida, nem atentam para ações de responsabilidade socioambiental. Conclui-se que, embora o turismo promova o desenvolvimento econômico e social, há de se cobrar ações e práticas de responsabilidade socioambiental das empresas e consciência dos residentes com práticas de conservação ambiental e cobrança de políticas públicas que fortaleçam a atividade turística do lugar.

Palavras-chave: Turismo. *Stakeholder*. Responsabilidade Socioambiental.

ABSTRACT

The metropolis of Fortaleza extended through tourism, and the social and environmental responsibilities of hotels in Cumbuco/Ceará constitute the object of study of the present dissertation. The appreciation of the coast, implementation of vacation practices and second residences, and the support of the State through public policies and financial measures, the privileged nature, the cleanness of the waters for bathing, and the proximity from the metropolis are factors that make Cumbuco beach a receiving touristic core. This area has significant offers of developments for different modes of guest accommodations, validating the investigation of the social environmental responsibility of Cumbuco beach. The problem of the present work refers to the social and environmental impacts generated by the touristic economic activities for which little has been done, bringing forth the issue of socio-environmental responsibility. The present study investigates the discovery of Cumbuco by tourism, the association between Fortaleza and Cumbuco, reasons why Cumbuco is searched by tourists and why the practices of social environmental responsibility in lodging accommodations are investigated. This work aimed to analyse tourism in Cumbuco Beach and the socio-environmental responsibility of lodging developments in this area. Dialectic was the method of choice in order to provide a critical and interpretive investigation of the economy, social and historic context with the identification of conflicts and determinations associated with human actions. In the documental research official reports were consulted. Informal interviews, questionnaires and photographic registrations of *in loco* visits were techniques used in the field research. This study encompassed a quanti-qualitative approach. The founding concepts of this study included tourism, leisure, travel agency, second residency, socio-environmental responsibility and stakeholders. The results show the metropolis Fortaleza and Cumbuco transformed to attend the requirements of tourism. Fisherman's colonies are transmuted into a receptor core for tourists. However, there is a lack of commitment from travel agents and local authorities with actions of social-environmental responsibility to maintain the cleanness of the waters for bathing in this area. Companies have not granted stakeholders their due importance, nor have they been observant of actions of social environmental responsibility. The present study has concluded that although tourism promotes economic and social development, actions and practices of social-

environmental responsibility must be demanded from companies, and residents should be made conscious of the importance of environmental preservation, and the need for public policies that may strengthen local tourism.

Keywords: Tourism. Stakeholder. Socio-environmental Responsibility.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1– Calçadão Beira-Mar	38
Figura 2 – Litoral do estado do Ceará	40
Figura 3 – Barracas da praia do Futuro.....	41
Figura 4 – Porto do Mucuripe	43
Figura 5 – Mercado dos Peixes.....	43
Figura 6 – Espaço de alimentação no Mercado dos Peixes.....	44
Figura 7 – Estátua de Iracema	44
Figura 8 – Calçadão da Beira Mar.....	45
Figura 9 – Feira de artesanato da Beira Mar.....	46
Figura 10 – Comércio da feira de artesanato	46
Figura 11 – Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura.....	48
Figura 12 – Aeroporto Internacional Pinto Martins	52
Figura 13 – Mapa municipal de Caucaia	60
Figura 14 – Localização do polo litoral leste.....	61
Figura 15 – Vista aérea da praia do Cumbuco	68
Figura 16 – Praia do Cumbuco/Caucaia	70
Figura 17 – Kitesurf	71
Figura 18 – Kitesurf em Barra Nova nas limitações do Cumbuco	72
Figura 19 – Passeio de buggy.....	72
Figura 20 – Encontro em frente à barraca restaurante velas do Cumbuco	73
Figura 21 – Passeio de jangada.....	74
Figura 22 – Passeio de jumento e cavalo	74
Figura 23 – Número de estabelecimentos com hospedagem em 2012	78
Figura 24 – Dona Regina	81
Figura 25 – Hotel Saint Tropez des Tropiques	84
Figura 26 – Paisagem da praia de Cumbuco	91
Figura 27 – Imagem aérea da praia do Cumbuco.	92
Figura 28 – Via de acesso que leva ao Resort Vila Galé e Vg Sun.....	93
Figura 29 – Praia do Cumbuco e empreendimentos de hospedagem	95
Figura 30 – Mercado coreano	99
Figura 31– Restaurante coreano.....	99
Figura 32 – Restaurante coreano Junju	100

Figura 33 – Castelo	102
Figura 34 – Depósito de lixo em terreno abandonado.....	102
Figura 35 – Lixo nas areias da praia	103
Figura 36 – Esgoto a céu aberto em direção ao Mar	103
Figura 37 – Centro de apoio ao turismo	105
Figura 38 – Carmel Cumbuco Resort.....	135
Figura 39 – Hotel boutique 0031	135
Figura 40 – Hotel Kariri Beach	136
Figura 41 – Hotel Kariri Beach	137
Figura 42 – VG SUN	138
Figura 43 – Wai Wai Eco Residence	139
Figura 44 – Condomínio Royal Beach.....	140
Figura 45 – Condomínio Vila Cumbuco.....	141
Figura 46 – Pousada Tropical Wind	141
Figura 47 – Área verde.....	142

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Principais mercados emissores internacionais para o Ceará/2014.....	77
Gráfico 2 – Principais mercados emissores internacionais para o Ceará/2015.....	77
Gráfico 3 – Profissão dos residentes entrevistados	113
Gráfico 4 – Residentes entrevistados pela categoria sexo.....	114
Gráfico 5 – Familiares dos entrevistados	114
Gráfico 6 – Benefícios do turismo para o Cumbuco	115
Gráfico 7 – Impactos provocados pelo uso turístico	115
Gráfico 8 – Responsabilidade socioambiental.....	116
Gráfico 9 – Instrução aos turistas a respeito da conservação do meio ambiente....	116
Gráfico 10 – Atratividade do destino turístico	117
Gráfico 11 – Turista entrevistados pela categoria sexo.....	118
Gráfico 12 – Profissão dos turistas entrevistados	118
Gráfico 13 – Faixa etária dos turistas entrevistados.....	119
Gráfico 14 - Região emissora de turistas	119
Gráfico 15 - Hospedagem	120
Gráfico 16 – Sobre a contratação de agências ou operadoras de turismo.....	120
Gráfico 17 – Sobre a escolha do destino Cumbuco	121
Gráfico 18 – Atrativos do Cumbuco.....	121
Gráfico 19 – Sentimento dos turistas em relação ao destino Cumbuco	122
Gráfico 20 – Impactos socioambientais no Cumbuco	123
Gráfico 21 – Ações de responsabilidade socioambiental dos meios de hospedagem/visão do hóspede	123
Gráfico 22 – Infraestrutura do Cumbuco	124

LISTA DETABELAS

Tabela 1 – Demanda turística via Fortaleza segundo a motivação em 2014	36
Tabela 2 – Oferta hoteleira de Fortaleza em 2014	50
Tabela 3 – Taxa de ocupação hoteleira em Fortaleza	50
Tabela 4 – Avaliação dos equipamentos e serviços em Fortaleza.....	51
Tabela 5 – Estabelecimentos de meios de hospedagem	57
Tabela 6 – Oferta hoteleira nos municípios turísticos do Ceará em 2014	65
Tabela 7 – Demanda turística via Fortaleza segundo a motivação em 2014	66
Tabela 8 – Produto Interno Bruto/PIB de Caucaia em 2012	66
Tabela 9 – Praias do Ceará preferidas pelos turistas.....	69

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
AIA	Avaliação para Impactos Ambientais
AMC	Autarquia Municipal de Trânsito
APA	Áreas de Proteção Ambientais
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CIPP	Complexo Industrial e Portuário do Pecém
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
COOPTUR	Cooperativa dos Condutores de Veículos para Passeios Turísticos
CTI-NE	Fundação Comissão de Turismo Integrado do Nordeste
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
EMCETUR	Empresa Cearense de Turismo
GTP	Grupo Técnico de Planejamento
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IMAC	Instituto do Meio Ambiente
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPLANFOR	Instituto de Planejamento de Fortaleza
IPECE	Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará
MTUR	Ministério do Turismo
NIH	Norma Instituto de Hospitalidade
OMT	Organização Mundial do Turismo
ONG	Organização Não Governamental
PCTS	Programa de Certificação do Turismo Sustentável
PDDU	Planos Diretores de Desenvolvimento Urbano
PDITS	Programa de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável
PNMA	Política Nacional do Meio Ambiente
PRODETUR/NE	Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste
PRODETURIS	Programa de Desenvolvimento do Turismo em Zona Prioritária do Litoral do Ceará
PIB	Produto Interno Bruto
PMF	Prefeitura Municipal de Fortaleza

RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
RMF	Região Metropolitana de Fortaleza
SEINFRA	Secretaria de Infraestrutura
SEMACE	Superintendência Estadual do Meio Ambiente
SESC	Serviço Social do Comércio
SETUR	Secretaria do Turismo do Estado do Ceará
SISNAMA	Sistema Nacional do Meio Ambiente
WCDE	World Commission on Environment and Development

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
1.1	OPÇÃO METODOLÓGICA.....	21
1.2	OS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	24
1.3	BASE TEÓRICA DA DISSERTAÇÃO.....	25
2	A METRÓPOLE FORTALEZA QUE SE ESPRAIA PELO TURISMO NO LITORAL	33
2.1	LITORAL OESTE: ÁREA SELECIONADA PELO TURISMO.....	53
2.2	O MUNICÍPIO DE CAUCAIA E A OFERTA TURÍSTICA.....	60
3	A PRAIA DO CUMBUCO E OS EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS.....	68
3.1	DE COLÔNIA DE PESCADORES A NÚCLEO RECEPTOR DE TURISMO ..	79
3.2	SEGUNDAS RESIDÊNCIAS E LAZER.....	85
3.3	OCUPAÇÃO TURÍSTICA DA PRAIA DO CUMBUCO	88
4	RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL DOS EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS	95
4.1	RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL NA PRAIA DO CUMBUCO	105
4.2	PAPEL DOS <i>STAKEHOLDERS</i> DO CUMBUCO.....	109
4.3	TURISMO NA VISÃO DOS RESIDENTES.....	113
4.4	TURISMO NA VISÃO DOS TURISTAS.....	117
4.5	TURISMO NA VISÃO DOS GESTORES.....	124
4.6	MEIOS DE HOSPEDAGEM DO CUMBUCO.....	128
4.7	PRÁTICAS DE RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAIS.....	142
5	CONCLUSÕES.....	145
	REFERÊNCIAS	147
	APÊNDICES	162
	APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA	163
	APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	164
	APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS TURISTAS NA PRAIA DO CUMBUCO	165
	APÊNDICE D – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS GESTORES DO EMPREENDIMENTO TURÍSTICO	166
	APÊNDICE E – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS RESIDENTES DA PRAIA DO CUMBUCO	167

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem como objeto de investigação a Metrópole Fortaleza espalhada pelo turismo e a responsabilidade socioambiental de hotéis do Cumbuco/Ceará. A responsabilidade socioambiental como esclarece, Virginio e Fernandes (2011), é o compromisso que a empresa tem perante a sociedade como forma de agregar valor à imagem no mercado a partir do desenvolvimento, bem-estar e melhoria na qualidade de vida dos colaboradores, famílias e comunidade em geral. Proteção ao meio ambiente, segurança e saúde dos colaboradores, respeito aos direitos humanos e aos direitos básicos, assim como, as relações com empregados, clientes, fornecedores e comunidades nas quais a empresa opera e a transparência na comunicação com todos os grupos sociais, são exemplos de responsabilidade socioambiental.

Fortaleza é capital do Ceará que recebe fluxos relevantes de pessoas e mercadorias, bem como o litoral e se estabelece como lugar que polariza a cadeia produtiva do turismo. É ligada ao Cumbuco pelas práticas de veraneio ou segundas residências e tem o turismo como atividade econômica dinamizadora da economia do município. Esta é uma das praias mais visitadas por turistas devido à proximidade com Fortaleza e por oferecer ambiente propício para o desfrute do lazer, esportes náuticos como o *windsurfe* e *kitesurf*, passeios de jangada, cavalo e de *buggy* nas dunas da praia.

A conurbação de Fortaleza com Caucaia, infraestrutura turística da praia para atendimento dos fluxos sistemáticos, além dos encantos do litoral, fazem-na favorita ao consumo. Cumbuco é o núcleo receptor do turismo cearense que se destaca pelos fluxos, pela proximidade da Metrópole e pela significativa oferta de hotéis, resorts e empreendimentos turísticos. A área de investigação se insere geograficamente no litoral oeste do estado do Ceará.

As praias cearenses de modo geral ostentam sol o ano inteiro, praias propícias ao banho, o clima tropical amenizado pelos ventos e brisas marinhos torna o Ceará preferido, sobretudo por essas condições. Além disso, a estrutura rodoviária Fortaleza Caucaia é satisfatória devido ao acesso a este lugar turístico.

Portanto, diversos fatores transformam Cumbuco em núcleo receptor de turismo e tem como portão oficial de entrada, segundo a Prefeitura Municipal de

Fortaleza - PMF (2015) a metrópole Fortaleza. O lugar está estruturado com diversas acomodações e restaurações para turistas, variando desde *condohotéis*, *resorts*, hotéis, pousadas, casas de veraneio, barracas de praia, restaurantes e espaços gastronômicos com atendimento especializado à demanda turística.

Fortaleza possui inúmeras praias propícias ao lazer, no rumo leste e oeste. Modificada, reconstruída e modernizada, os vínculos com o sertão resistem na metrópole mesclando-se com a maritimidade.

Entre as décadas de 1920 e 1930, segundo Paiva (2011, p. 219), banhos de mar e caminhadas, com fins terapêuticos, eram usos da orla, mais precisamente na Praia de Iracema, antiga Praia do Peixe, e estabelece-se a importância da praia dos amores que o mar carregou, como canta Luiz Assunção, nas composições.

A partir da década de 1980, tem-se sistemática valorização dos litorais, como diz Coriolano (2006), que com a invenção do litoral a sociedade produz novos valores e espaços na orla de Fortaleza que entra na modernidade. A capital expande a urbanização para novos espaços e o litoral passa a espaço de lazer e de segundas residências. Fortaleza é mescla do sertão molhado pelo mar com marcas de areia por onde passa. A brancura do algodão invade armazéns, no século XIX, agora em competição com dunas brancas e bairros a que chegam: Jacarecanga, expandindo-se pelos bairros do Pirambu e Barra do Ceará (SILVA, 2012).

Começa com a industrialização, mas o turismo consegue dar a Fortaleza o espaço de que precisa, no contexto nacional. A capital do Ceará torna-se destino indutor e polarização de oferta turística, com destaque da rede hoteleira, restaurantes gastronômicos e espaços de lazer.

Apesar das praias, a Superintendência Estadual do Meio Ambiente - SEMACE (2016) registra em boletins mensais, a falta de balneabilidade, devido à falta de práticas de responsabilidade socioambiental¹ dos gestores públicos e empresariais, além dos residentes. Contudo conta a cidade com praia de destaque, Praia do Futuro. Como as praias da parte central da cidade não possuem balneabilidade, por receberem indevidamente dejetos urbanos, esgotos clandestinos e águas de galerias pluviais poluídas, apesar do saneamento básico, provocam

¹ Considere-se práticas de responsabilidade socioambiental: Comprometimento com o meio ambiente, respeito à dignidade humana, capacitação técnica/profissional dos funcionários da empresa, projetos que auxiliem os moradores da comunidade, inclusão social, medidas de economia da água e energia além de racionalização de insumos como combustível e óleo e tantas outras práticas que venham a contribuir para a melhoria da qualidade de vida do ser humano e preservação do meio ambiente.

impactos de forma negativa e prejudicam o banho. Assim, residentes e turistas direcionam-se à Praia do Futuro e às dos municípios vizinhos, como o caso de Cumbuco, em Caucaia.

A atividade turística intensifica-se desde a década de 1980, quando, no estado, com liderança do grupo de empresários organiza-se na condução da política cearense que governa e implanta mudanças substantivas. Assim, transforma-se a economia rural arcaica em moderna, de base industrial, tendo como carro-chefe o turismo. O território cearense, com predominância do sertão semiárido, caracterizado pelas secas sistemáticas instiga governantes a tirar o foco do estado rural e mergulhar na modernidade industrial e turística. Em quatro décadas, o turismo se consolida, segundo Coriolano (2006, p.70), com políticas públicas e privadas e eficientes trabalhos de *marketing*. A metamorfose do espaço dá-se com a implementação de infraestrutura urbana, com mudança da imagem do Ceará, que passa a ser lugar do sol e praias paradisíacas. As mudanças governamentais priorizam a indústria e serviços, e dá destaque ao segmento do turismo de sol e praia, sobretudo turismo dos planos de governo como política de desenvolvimento socioeconômico do estado.

O governo constrói imagem turística pelo *marketing*, reordena e equipa a Metrópole e segmenta o litoral em leste e oeste, em proposta de regionalização e desenvolvimento do turismo, de fato, atividade econômica chave. Atividade que ganha força e, na década de 1990, iniciam os grandes empreendimentos territoriais. O governo capta recursos externos, investe em políticas e transforma espaços de turismo para consolidar Fortaleza destino turístico.

Há que se investigar as transformações e formas de uso do Cumbuco e as relações com Fortaleza, além de empresas de turismo que atuam nos territórios. Fortaleza é vendida como mercadoria para segmento de sol e praia, negócios, esportes, aventura, entre outros. Impactos são provocados pelos empreendimentos turísticos e faz-se necessário que se investiguem as responsabilidades de gestores dos estabelecimentos, com os ecossistemas naturais e comunidades receptoras do turismo, na articulação com a Metrópole. A cadeia produtiva de turismo e empreendimentos são analisados pelos órgãos competentes de fiscalização, na identificação dos impactos da ocupação turística, sendo foco da análise a responsabilidade socioambiental dos gestores.

Fortaleza inter-relaciona-se pelo turismo com os municípios do litoral leste e oeste, em instâncias territoriais com políticas distintas, articuladas com mobilizações dos fluxos turísticos que chegam aos municípios vizinhos, em especial a Caucaia. A realidade investigada envolve ações de governos, gestores empresariais, residentes e turistas. Embora as relações sejam, muitas vezes, conflituosas, por atividades competitivas, também são colaborativas e tensas.

O Ceará figura entre os estados mais visitados do País. De acordo com boletim mensal do Ministério do Turismo – MTUR (2015), que mede intenção de viagem dos brasileiros, 42,7% de turistas do país preferem visitar a região nordeste e faz de Fortaleza a capital mais desejada. Ocupa o 2º lugar entre os destinos nacionais, de acordo com pesquisa do MTUR (2014), e segundo o Portal Brasil (2014)², a cidade de Fortaleza é um dos principais destinos turísticos do segmento de sol e praia e faz com que as políticas públicas e empresariais preparem os territórios para atendimento a novas demandas.

Na década de 1990³, a atividade turística beneficia-se do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR/NE), com aporte financeiro e investimentos em infraestrutura. Atrai investimentos públicos e privados, estrutura o território para o desenvolvimento do turismo, como atividade econômica e também atividade política e social.

A expansão das cidades, urbanização e infraestrutura turística, entre Fortaleza e Cumbuco, faz o turista ver Caucaia extensão da metrópole. A polarização dos serviços torna a cidade propícia a segmentos de negócios, eventos, aventura, esportes e ecoturismo.

As regiões rurais e serranas do Ceará, por razões questionáveis, são pouco valorizadas, razão por que o PRODETUR NACIONAL CEARÁ 2014⁴ define os Polos Litoral Leste, Maciço de Baturité e Chapada da Ibiapaba, de forma a produzir nova abrangência, no direcionamento dos investimentos, no entanto fluxos turísticos se direcionam às praias equipadas, Cumbuco, Porto das Dunas, Canoa Quebrada e Jericoacoara.

² PORTAL BRASIL, Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/turismo/2014/01/mtur-investe-r-33-milhoes-em-rodovia-do-ceara>. Acesso em: 8 fev. 2017.

³ SETUR/CE - PDTIS – POLO LITORAL LESTE. Janeiro 2014

⁴ PRODETUR NACIONAL CEARÁ 2014 – Revisão e Atualização PDTIS – Plano de Desenvolvimento do Turismo Integrado Sustentável – Polo Litoral Leste. Disponível em: <<http://www.setur.ce.gov.br/prodetur-nacional/pdtis/PDITS-litoral-leste-tomo-I.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2016.

Diante da realidade, a problemática remete aos impactos sociais e ambientais decorrentes das atividades econômicas, sobretudo do turismo e que pouco tem sido feito para resolução desses problemas, fazendo surgir a responsabilidade social e ambiental.

Nessa ótica, elaboram-se os seguintes questionamentos:

- Como o turismo descobre o Cumbuco?
- Como se dá a relação Fortaleza/Cumbuco pelo turismo?
- Quais impactos socioambientais decorrentes do uso turístico no Cumbuco?
- Que práticas de responsabilidade socioambientais podem-se registrar, em meios de hospedagens do Cumbuco?

Com base em estudos e na definição do problema, questionam-se e elaboram-se os seguintes objetivos:

Objetivo Geral:

- Analisar o turismo e a responsabilidade socioambiental de empreendimentos de hospedagem na praia do Cumbuco.

Objetivos específicos:

- Identificar como o turismo chega ao Cumbuco;
- Compreender a conurbação Fortaleza/Cumbuco;
- Identificar impactos socioambientais graves pelo uso turístico no Cumbuco;
- Descrever práticas de responsabilidade socioambiental de empresários do turismo, em meios de hospedagem em Cumbuco;

A pesquisa contribui para amenização dos problemas, sobre questões ambientais e responsabilidade socioambiental dos empreendimentos de meios de hospedagem, na praia do Cumbuco.

A dissertação pretende colaborar com o entendimento da responsabilidade socioambiental, com o papel dos *stakeholders*, tema relevante nos documentos oficiais, mas na prática pouco utilizado pelos empreendimentos.

A relevância do estudo sobre a praia do Cumbuco se tem pela importância do núcleo receptor articulado com a metrópole Fortaleza, que dinamiza a cadeia produtiva de turismo de Fortaleza e Caucaia, além de suprir a carência de praias. Mudanças em ambientes naturais e urbanos, em função do turismo, provocam transformações socioespaciais.

Estrutura-se o trabalho em três seções. A primeira, *A Metrópole Fortaleza que se Espraia pelo Turismo no Litoral* que traz abordagem a respeito de Fortaleza, onde se explora a orla da cidade, com recorte de leste a oeste, indicando não todos, mas os principais pontos turísticos que explicam sua história e atratividade. Também se aborda a questão do turismo litorâneo que se estende da capital em direção ao litoral oeste da metrópole, foco do estudo. São apresentados dados institucionais coletados que apresentam índices variados: demanda, oferta turística, oferta hoteleira, avaliação de equipamentos e serviços turísticos prestados na capital, entre considerações do turismo.

Na segunda seção, *Praia do Cumbuco e Empreendimentos Turísticos*, são estudados, além da praia do Cumbuco, origem do lugar, e história, a partir da descoberta, desde a colônia de pescadores até a ocupação com segundas residências e empreendimentos turísticos. Na terceira seção *Responsabilidade Socioambiental dos Empreendimentos Turísticos*, pesquisam-se os empreendimentos turísticos implantados e relação da gestão com o meio ambiente e moradores da região.

1.1 OPÇÃO METODOLÓGICA

A opção é pelo método dialético tendo em vista a apreensão de conflitos e contradições do turismo, nas cidades Fortaleza e Caucaia. O método ajuda a compreender impasses e acontecimentos de instalação dos empreendimentos, evitam-se dicotomias e se tem a realidade estudada com visão da totalidade. Richardson (1999) explica que “a parte central de uma metodologia genuinamente crítica é a lógica dialética” que prioriza a totalidade, não faz dicotomia e busca as determinações dos fatos. A realidade estudada é a síntese de múltiplas determinações e pesquisar exige aplicar as determinações.

A revisão de literatura dos principais trabalhos leva à definição de teorias e conceitos fundantes que servem de base à análise dos processos que formalizam o objeto de estudo.

A pesquisa documental contribui na compreensão da realidade pelos estudos de documentos oficiais e visões de governos e instituições. Documentos relevantes servem de fonte de informações e corroboram a compreensão do objeto. Os oficiais pesquisados são trabalhos técnicos, relatórios de pesquisa, indicadores turísticos, além de memorandos, vídeos e matérias que servem para dirimir dúvidas e provas de eventuais questionamentos sobre a realidade. Aquisição de documentos se dá pelos órgãos, Secretaria de Turismo do Ceará (SETUR/CE), Secretaria de Turismo de Caucaia, Superintendência Estadual do Meio Ambiente (SEMACE), Instituto de Planejamento de Fortaleza (IPLANFOR), Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), Ministério do Turismo (MTUR) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A pesquisa de campo foi realizada, no município de Caucaia, nos meses de dezembro 2016 e janeiro de 2017, na Praia do Cumbuco, leva à aquisição de dados que servem de base para a sustentação do que se investiga e se conclui com o estudo e se aferem dados qualitativos e quantitativos. A observação *in loco* é para reconhecimento da área estudada e posterior aplicação de investigações. Usaram-se técnicas de aplicação de questionários e entrevistas informais com 50 (cinquenta) turistas, 3 (três) gestores de empreendimentos de meios de hospedagem, e 25 (vinte e cinco) residentes, no entorno dos empreendimentos (chamados *stakeholders*). A amostragem se dá por seleção intencional e não probabilística.

A opção pelo método dialético é fazer a investigação crítica e interpretativa do contexto social, pela identificação dos conflitos e determinações associados às ações humanas. O cientista não é neutro como pensam positivistas, contudo a dialética remete a acontecimentos e movimentos das ações que se relacionam, é que os fatos se atrelam às influências políticas, culturais e econômicas e às relações de poder. Na compreensão de Lowy (1995), o entendimento de teorias, ideologias e visões de mundo ajuda a relacionar ações “com o conjunto da vida social, o histórico do momento, isto é, os aspectos sociais, econômico, políticos, religiosos e de classes sociais”. Nesse sentido, a dialética ajuda a ver as contradições que fazem parte da compreensão da realidade, associadas às visões globais e diferenças de contradições, pois o passado contém histórias não extintas

que se encontram em constante movimento e interação. Explica Triviños (2011) que as “conexões, interdependências e interações são fundamentais no processo dialético de compreensão de mundo”. E para Minayo (2008), sociedades humanas vivem o presente marcado pelo passado e projetado para o futuro que, em si, traz, dialeticamente, as marcas progressivas, na reconstrução constante do que está dado e do novo que surge.

Ressalta-se que o turismo é atividade vulnerável aos acontecimentos sociais e que, para obtenção de resultados relevantes, faz-se necessária investigação coerente com o momento político, econômico e as condições sociais humanas. Daí Ramirez-Hurtado (2010) afirmar que a:

Epistemologia de turismo implica romper com fundamentos tradicionais das ciências sociais, analisando-os desde a ótica transdisciplinar, pois por ser fenômeno de múltiplas facetas, a investigação implica reconhecer que o objeto de estudo são pessoas na sociedade (RAMIREZ-HURTADO, 2010, p.56).

O turismo é a atividade que permeia diversas áreas científicas, por isso interdisciplinar e transdisciplinar, com diversidade de conceitos e complexa teorização. Pela investigação da praia do Cumbuco, compreende-se a relação do turismo na região com os empreendimentos implantados e com a coexistência dos sujeitos do lugar. Entender a complexidade das relações diz respeito ao envolvimento dos moradores do lugar, turistas, conservação ambiental e especulação imobiliária, desenvolvimento econômico e social que tornam a história do Cumbuco dinâmica, com novas histórias desde a preexistente. Movimento e dinamismo da história são inerentes ao método dialético. Tudo se transforma, evolui, se constrói ou se destrói, devido aos acontecimentos que determinam a realidade. Acrescenta Spósito (2004, p.55) que “a concepção de realidade é dinâmica e conflitiva”.

O turismo, ao produzir territorialidades e reconfigurações geográficas, remete às relações de poder que provocam mudanças constantes. A dinâmica é compreendida como movimento dialético sob o ponto de vista dos acontecimentos, conflitos, críticas e contradições da história.

A abordagem quantitativa e qualitativa admite que o pesquisador tenha visão de mundo que, conforme Byrman (1984), é o “compromisso em ver o mundo social do ponto de vista do ator” e, para Denzin e Lincoln (2006, p. 17), “a pesquisa é uma atividade situada que localiza o observador no mundo”. A pesquisa permite o

uso de diferentes técnicas para avaliação e identificação do sentido dos fenômenos do contexto social. A abordagem quantitativa e qualitativa é necessária pela apresentação de dados estatísticos para melhor compreensão e confirmação da qualidade do fenômeno investigado.

A observação em campo é estratégia de compreensão da realidade e permite vivenciar acontecimentos da praia do Cumbuco e entender os motivos pelos quais existe procura preeminente do lugar.

1.2 OS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O estudo bibliográfico facilita a revisão de literatura, na definição das categorias de análise pelas publicações, trabalhos científicos e revistas eletrônicas de autoria dos que tratam do tema, no sentido de norteio da dissertação. Quanto à escolha dos trabalhos pesquisados, optou-se pelas publicações classificadas no sistema “Qualis” da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, com classificações variadas, indicadores turísticos e relatórios de pesquisa, memorandos, matérias jornalísticas, vídeos. Ressalta-se, no entanto, que, ao longo da dissertação, continua-se utilizando conceitos e explicações teóricas.

Realizou-se pesquisa *in loco*, em órgãos públicos institucionais, com a finalidade de conhecer, com proximidade, a relação do turismo, no município de Caucaia com Fortaleza, mais precisamente na caracterização da praia do Cumbuco como núcleo receptor de turismo e a relação com empreendimentos turísticos implantados.

A pesquisa de campo, na praia do Cumbuco, organiza-se pelos formulários e entrevistas junto a empreendimentos turísticos, no sentido de busca de informações, no que diz respeito à relação do turismo do lugar, com o ambiente e gestores de empreendimentos e turistas. Aliadas às visitas de campo, registram-se imagens do lugar.

1.3 BASE TEÓRICA DA DISSERTAÇÃO

O estudo teórico teve como ponto de partida definições de conceitos fundantes da dissertação que constituem pilares da explicação teórica: turismo, lazer, agência de turismo, lazer, agência de turismo, segunda residência, responsabilidade social e *stakeholders*.

A Organização Mundial do Turismo– OMT, Empresa Brasileira de Turismo e Secretaria de Turismo não são produtoras de teorias e conceitos, mas adotam-nos de maneira que viabilizem estrutura do mercado turístico. Para tanto, consideram-se neste trabalho como fonte de pesquisa.

O tema turismo fundamenta-se em Coriolano (2002, 2006, 2009, 2012); Moesch 2002, Muñoz (1994), Ignarra (2003), Ruschman (1997); Paiva (2007,2011), De la Torre (1992), entre tantos.

Em 1998, a Organização Mundial do Turismo adotou o seguinte conceito:

Turismo é o conjunto de atividades que as pessoas realizam durante as viagens e permanência em lugares distintos de seu entorno habitual, por um período de tempo consecutivo, inferior a um ano, com fins de ócio, negócios e outros. (OMT, 1998, p.31).

Turismo definido por Coriolano (2012, p. 11) “é o lazer dos que viajam”. O convencional é a atividade decorrente do modo de vida contemporâneo, interligado ao capital que estabelece posição contraditória, uma vez que prioriza necessidades do capital, fortalece desigualdades, com aumento da pobreza à medida que se ampliam os espaços de participação; “é invenção do capitalismo”, de acordo com Coriolano (2012, p.33). Na atividade turística, há os que usufruem do lazer, culturas, paisagens e recursos e há os que participam com trabalho prestando serviços na cadeia produtiva do turismo. Coriolano declara que

O turismo exige viagem e os motivos desta viagem podem ser os mais variados [...] o que existem são os lugares e o que eles possuem transformados em atrativos turísticos naturais e culturais a serem usufruídos pelas populações locais e viajantes (CORIOLANO, 2006, p.40).

O turismo como forma de lazer destinado aos que exercem o ócio, pela condição da conquista do tempo livre, é fenômeno de transformação sociocultural, ambiental e econômico. Coriolano explica que turismo é:

Uma forma elitizada de lazer, uma modalidade do uso e do tempo livre que exige viagens, deslocamentos, uma infraestrutura urbana e de serviços, transportes e hotéis. Assim, para que haja turismo, pressupõe-se a implantação de infraestrutura turística, além do diferencial que o lugar oferece aos turistas (CORIOLANO, 2001, p.29).

Experiências de viagens incluem diversidade de uso de transportes, estada de dias e hospedagem em diversos tipos de alojamento, envolvem motivações várias e leva o turista a utilizar variedade de equipamentos. O consumo da natureza e afastamento do cotidiano para desfrutar o lazer entendem que são portas ao turismo e explica Ruschman (1997):

O turismo contemporâneo ocorre pela busca do “verde” e da “fuga” dos tumultos dos conglomerados urbanos pelas pessoas que tentam recuperar o equilíbrio psicofísico em contato com os ambientes naturais durante o tempo de lazer (RUSCHMANN, 1997, p.9).

Em dimensões além do lazer, da fuga e do ócio, Paiva (2007) compreende o turismo como atividade correlacionada às práticas econômicas e explica: “apresenta-se como um dos principais produtos de consumo resultante da globalização, que entre outros processos aumenta a atratividade e a visibilidade dos lugares” (PAIVA, 2007,p.153).

Para De la Torre (1992) o turismo é

Fenômeno social que consiste no deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupos de pessoas que fundamentalmente por motivos de recreação, descanso, cultura ou saúde, saem do local de residência habitual para outro, no qual não exerçam nenhuma atividade lucrativa nem remunerada, gerando inter-relações de importância social, econômica e cultural (DE LA TORRE, 1992, p.19).

Como cerne do turismo, existem definições de teóricos que vinculam o conceito de lazer com o tempo livre ou com o ócio, no entanto, para Coriolano (2006, p.28) “ócio, lazer e turismo são conceitos diferenciados”. Para Lafargue (1983, *apud* CORIOLANO, 2006, p. 28), “O ócio se opõe ao trabalho e significa o direito à preguiça, ao descanso”.

O conceito de lazer se alinha à própria origem etimológica da palavra, que provém do latim *licere* e significa permitido, quer dizer, o lazer pressupõe liberdade do tempo de uso livre (VARGAS; LISBOA, 2010).

Os autores Coriolano (2006), Vargas e Lisboa, (2010), Dumazedier (1973, 1974, 1994), Gomes (2004); Kelly e Freysinger (2000), Morin (1969), Santos (1987), Marcellino (1996), Dumazedier (1973), conceituam lazer como:

Um conjunto de ocupações as quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, para divertir-se, recrear-se, entreter-se ou, ainda para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais. (DUMAZEDIER, 1973, p.34).

Lazer é tempo que se conquista, garantido pela Constituição Federal do Brasil de 1988, é necessidade básica, direito social assegurado tão importante para o ser humano. Gomes(2004)mostra a dimensão cultural do lazer.

Lazer como uma dimensão da cultura constituída por meio da vivência lúdica de manifestações culturais em um tempo/espaco conquistado pelo sujeito ou grupo social, estabelecendo relações dialéticas com as necessidades, os deveres e as obrigações, especialmente com o trabalho produtivo (p.125).

O lazer é algo de interesse da própria pessoa e varia de acordo com experiências vividas. Para Kelly e Freysinger (2000),“lazer é uma atividade feita prioritariamente por experiência própria” (p.3). Assim teóricos o explicam:

Morin (1969, p.71) afirma que lazer “não é apenas acesso democrático a tempo livre”, situa o lazer no contexto da alta modernidade quando o tempo livre passa a controlar as ações do turista, direcionado pelos meios de comunicação de massa. Santos (1987, p.48) esclarece que o lazer se tornou produto de consumo e os que “não podem pagar pelo mar, piscina, ar puro, água, dentre outros, ficam excluídos do gozo desses bens que deveriam ser públicos porque são essenciais”. Marcellino (1996) entende que o lazer, na vida moderna, significa considerá-lo tempo privilegiado para vivência de valores que contribuam para mudanças de ordem moral e cultural, necessárias à implantação de nova ordem social.

Como canal de viabilização das viagens, entre turista e lugar de visitaçao, estão as agências de viagens. As excursões ao litoral constituem principal oferta de turismo do Ceará. Sobre o assunto, consultam-se autores, Anato (2006), Ramírez (2004), Coriolano e Fernandes (2012), Castelli (1984), além da Lei Geral do Turismo nº 11.771, de 2008, base do referencial teórico.

Agências de viagens, de acordo com Anato (2006), fazem parte dos canais de comunicações clássicos e tradicionais, na comercialização do turismo. E para Ramírez (2004), as agências constituem objetos que viabilizam a atividade turística, como mediadora do mercado. Frente às constantes mudanças econômicas e políticas do país, integram a cadeia produtiva do turismo contribuindo para venda de viagens e pacotes turísticos.

De acordo com Fernandes e Coriolano (2012, p. 353), “agências de turismo são empresas comerciais que fazem parte do setor terciário, assim como todos os demais serviços”. A comercialização de destinos turísticos depende não somente de agências, também de operadoras de turismo de distribuição e produção

turísticos, em conexão entre prestadores de serviços e turistas. Conforme define a Lei Geral do Turismo, nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, agência de turismo é “a pessoa jurídica que exerce atividade econômica de intermediação remunerada entre fornecedores e consumidores de serviços turísticos ou os fornece diretamente”. Ainda que existam denominações utilizadas pelo trade turístico como operador, agente de turismo e agente de receptivo, a legislação citada não assim os reconhece. A Lei Geral do Turismo direciona o turismo nacional e registra que

As atividades de intermediação de agências de turismo compreendem a oferta, a reserva e venda aos consumidores de um ou mais dos seguintes serviços turísticos fornecidos por terceiros: passagens, acomodações e outros serviços em meios de hospedagem e programas educacionais e de aprimoramento profissional (BRASIL, 2008).

Castelli (1984) aponta que as agências de viagens têm por finalidade realizar viagens, informar, organizar e tomar medidas necessárias, em nome de uma ou mais pessoas. É o turismo litorâneo responsável por mais de 80% do fluxo turístico do estado do Ceará e as agências de turismo se empenham nos trabalhos de fomento do turismo nos litorais. Parte da população escolhe a proximidade com o litoral para moradia e o espaço geográfico é disputado para diversas finalidades, além de habitação. Pesca, comércio, lazer e turismo estão entre elas.

Litoral é categoria de análise da dissertação e, sobre o tema, estuda-se em Moraes (1999), Pereira (2004) e Coriolano (2001). Na percepção de Coriolano (2001), o litoral, além de espaço de organização espacial, é lugar de residentes, comunidades pesqueiras e organiza-se para o turismo, e “o litoral cearense é eleito como espaço de celebração do turismo”. Segundo Moraes (1999), o litoral é identificado como espaço de lazer por excelência. Litoral por definição é espaço móvel, onde se inter cruzam influências continentais e marinhas com sistemas litorais muito diversos e de desigual complexidade (PEREIRA, 2004). A conquista do litoral abre horizontes ao gozo de novos ambientes de lazer. Clima, paisagem, sol e praia sintetizam o turismo litorâneo e ocupação do litoral descoberto primeiramente pelas comunidades nativas, passa a ser gradativamente ocupado como lugar de lazer, surgindo as construções de segunda residência.

Para compreensão do significado de segunda residência, busca-se o entendimento do tema com os seguintes autores: Tulik (2001), Fonseca e Lima (2012), Silva (2012), Monteiro (2004) e outros.

Em 1980, o IBGE cria a categoria específica de residência secundária, denominada “domicílio de uso ocasional”, no Brasil, comumente chamada segunda residência. Conforme Tulik (2001), residências secundárias são propriedades particulares utilizadas temporariamente pelas pessoas com residência permanente noutra lugar. Porém Fonseca e Lima (2012) entendem que segunda residência assume função de alojamento turístico em certas ocasiões, quando ocupada pelos turistas.

Turismo, consumidor dos ambientes naturais, mares, paisagens, conceito que detém a capacidade de oferecer ao turista oportunidade da fuga, do lazer e abstração, transporta conglomerados a lugares que, sem as devidas atenções, destroem o meio ambiente. Para tanto, na atualidade, o turismo está ligado à consciência ambiental. Sem as devidas precauções e cuidados com a natureza, as gerações futuras não terão o prazer de desfrutar do ambiente. Por isso a discussão do turismo e desenvolvimento sustentável está diretamente ligada à conservação ou proteção da natureza.

Nesse aspecto, há de observar o comportamento de gestores de empreendimentos que se instalam em lugares turísticos, relação destes com o entorno, com pessoas do meio e com a atividade turística, objeto de existência. Para tanto, faz-se necessário compreender a responsabilidade social dos empreendimentos.

A responsabilidade social é tema com as correntes teóricas, algumas divergentes, vinculam-se ao assunto os seguintes autores: Votaw (1975); Giacomini(2000); Bowen (1957); Ashley (2000; 2003); Duarte e Dias (1986); Demajorovic (2003); Carrol(1979); Friedman (1979) e Chamberlein (1979). Variadas práticas, a empresa pode adotá-las no quesito responsabilidade social, com objetivos diferenciados, para redução de impactos ambientais, melhoria de qualidade de vida em que prevalece a importância da saúde, segurança e educação dos moradores do entorno dos empreendimentos. Daí Votaw (1975) explica ações ligadas às empresas.

Responsabilidade social significa algo, mas nem sempre a mesma coisa para todos. Para alguns, ela representa a ideia de responsabilidade ou obrigação legal; para outros significa um comportamento responsável no sentido ético; para outros, ainda, o significado transmitido é o de responsável por, num modo causal. Muitos simplesmente equiparam-na pelo sentido de socialmente consciente (apud DUARTE; DIAS, 1986, p.55).

Para Giacomini (2000, p.64), responsabilidade social é o “conjunto de atribuições que a sociedade estipula para as instituições como: cumprir leis, respeitar o meio ambiente, preservar os direitos de minorias e atender aos princípios éticos”. A responsabilidade socioambiental corresponde a ações e práticas que beneficiam funcionários de empresas, residentes da comunidade, clientes, fornecedores e os que, de alguma forma, tenham vínculo com a empresa. Esta definição contempla o conceito de *stakeholders*. Ashley (2003) vê responsabilidade social como:

O compromisso que uma organização deve ter com a sociedade, expresso por meio de atos e atitudes que a afetem positivamente, de modo amplo, ou a alguma comunidade, de modo específico, agindo proativamente e coerentemente no que tange a seu papel específico na sociedade e a sua prestação de contas para com ela. A organização, nesse sentido, assume obrigações de caráter moral, além das estabelecidas em lei, mesmo que não diretamente vinculadas as suas atividades, mas que possam contribuir para o Desenvolvimento Sustentável dos povos. Assim, numa visão expandida, Responsabilidade Social é toda e qualquer ação que possa contribuir para a melhoria da qualidade de vida da sociedade. (ASHLEY, 2003, p.6)

Há quem defina responsabilidade social “o ato de ser responsável ou socialmente consciente e os que associam a um simples sinônimo de legitimidade ou a um antônimo de socialmente irresponsável ou não responsável”. (DUARTE; DIAS, 1986, p.36). Com o advento do capitalismo, a extração de produtos ambientais e mau uso da natureza se submetem à racionalidade empresarial que tem critérios de rentabilidade e lucro. O imperativo faz retratar a importância de questões ambientais e reivindicação dos grupos e autores sociais para que setores produtivos passem a dar maior atenção à questão da degradação do ambiente. Para a sociedade saudável e sustentável, faz-se necessária a mudança de valores individuais e coletivos e Demajorovic (2003, p.12) entende que

É preciso que se criem todas as condições para a construção de uma sociedade sustentável, suprimindo da dose disseminando indicadores e tornando transparentes os procedimentos por meio de práticas concentradas na educação ambiental que possam garantir os meios de criar novos estilos de vida, desenvolver consciência ética que questione o atual modelo de desenvolvimento marcado pelo caráter predatório e esforço das desigualdades socioambientais.

Tem-se que responsabilidade socioambiental abrange questões humanitárias. Significa identificar, na gestão de empresas, relação do social com ambiental, de maneira saudável, agregando valores capazes de transformar a qualidade de vida da sociedade envolvida. É o modo de gerir empresa que estabelece cultura de cuidados, saúde, proteção ao meio, entende não somente a

escassez de produtos naturais como matérias finitas, mas também bem-estar da comunidade, respeito e qualidade de vida. Carroll vai além deste entendimento e expressa que deve haver relação entre investimento empresarial e benefícios de grupo social, quando conclui que

O envolvimento social da empresa, seja com empregados, com as pessoas que estão ligadas tecnicamente a empresa ou com a sociedade a grande questão é mesmo quanto custa a adoção de comportamentos socialmente responsáveis e não o simples fato de adotar determinados comportamentos. Por isso a empresa deve avaliar os aspectos econômicos, legal e ético, além das expectativas da sociedade, no que se refere à responsabilidade social (CARROL, 1979).

Nos termos de Friedman e Miles (2006), no que diz respeito à responsabilidade social, a meta principal da empresa é lucro, sem preocupações com a mesma. Considera Chamberlain (1979) que responsabilidade social se trata de ações tomadas pelos dirigentes de empresas, frente a determinadas situações. Constatam-se divergências na conceituação do tema responsabilidade social. Teóricos consentem a prática de ações empresariais com responsabilidade social, em detrimento dos que não concordam com comportamento responsável e sustentável das empresas. Tendo em vista discorrer sobre responsabilidade social, torna-se indissociável entender conceitos de *stakeholders*. Na década de 1980⁵, com o avanço dos estudos sobre responsabilidade social, surgiram definições sobre *stakeholders*. Assim, identificam-se definições e conceitos em Freeman (1983; 1984; 1999), Jensen (2001), Rowley (1998), Clarkson(1995), Donaldson e Preston (1995), Wood (1990) e outros.

O conceito de *stakeholders* adotado por Freeman (1984) define que “qualquer grupo ou indivíduo que pode afetar ou é afetado pela realização dos objetivos da empresa” e ainda conceitua como “um guarda-chuva para gestão estratégica” (1983). Jensen (2001, p.9), por sua vez, critica a definição e argumenta que, sob essa interpretação, ela consideraria o meio ambiente, terroristas e criminosos como *stakeholders*, por afetarem ou serem afetados pelo bem-estar da empresa. Não existe tradução literal do termo *stakeholder* na língua portuguesa. Autores fazem referência ao termo sempre no sentido de identificação de grupos de pessoas que trabalham diretamente ou indiretamente com empresas. Definição compatível com a de Freeman é a de Rowley (1998), ao dizer *stakeholders* grupos

⁵ BUSCH, Susanna Erica et al. Responsabilidade socioambiental empresarial: revisão da literatura sobre conceitos. INTERFACEHS-Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente, v. 4, n. 2, p. [25 p.], 2009.

ou pessoas que influenciam decisões do contexto organizacional da empresa para alcance dos objetivos. Clarkson (1995) atenta para outro aspecto e afirma que a longevidade da organização depende da “habilidade dos gestores em criar riqueza, valor e satisfação suficientes para aqueles que pertencem a cada grupo de *stakeholders*”, o que significa que Clarkson responsabiliza gestores por atender as expectativas dos *stakeholders*, em termos de valor e criação de riquezas.

Na visão equiparada à definição de *stakeholders*, Donaldson e Preston (1995, p.68) que acreditam na tese de que as pessoas ou grupos, com interesses legítimos que participam de empresas, fazem-no para obtenção de benefícios e, assim, não existem motivos para priorização de interesses, em detrimento de outros. Wood (1990) classifica *stakeholders* em primários e secundários. Primários: proprietários, clientes, fornecedores, empregados e concorrência. E secundários: governos internos e externos, mídia, comunidade, organizações sem fins lucrativos, analistas financeiros e instituições financeiras.

2 A METRÓPOLE FORTALEZA QUE SE ESPRAIA PELO TURISMO NO LITORAL

A Metrópole Fortaleza faz parte do contexto da dissertação por estar conturbada com a área do estudo e por ser dispersora dos fluxos turísticos. Fortaleza do final do século XX, destaca-se pela relação entre desigualdade social, segregação territorial e meio ambiente. Sobre o dado, diz Maricato (2003, p.152) que a possibilidade de modernização de cidades leva à perspectiva de prosperidade e avanço, em comparação à cidade rural. Grande parte da população, no final do século XIX, permanece no campo, mas a necessidade de mão de obra, nas cidades, urge. Em 1888, com a abolição da escravatura no Brasil, Proclamação da República em 1889 e principalmente após a revolução de 1930, inicia o processo de urbanização e industrialização em cidades, promovendo a libertação e independência com relação às elites oligárquicas dominantes. Sobre o assunto, destaca Santos (1986):

Não foi só o governo. A sociedade brasileira em peso embriagou-se, desde os tempos da abolição e da república velha, com as idealizações sobre progresso e modernização. A salvação parecia estar nas cidades, onde o futuro já havia chegado. Então era só vir para elas e desfrutar de fantasias como emprego pleno, assistência social providenciada pelo Estado, lazer novas oportunidades para os filhos [...]. Não disso, é claro, e, aos poucos, os sonhos viraram pesadelos (SANTOS, 1986, p.2).

Políticas implantadas, na década de 1930, que regulamentam o trabalho urbano, promoção da infraestrutura industrial e medidas induziram a população rural migrar para a cidade. Com os anos, efetivam-se problemas sociais não imaginados pela população imigrante, quando convivência com violência, poluição, sociedade desamparada pelo Estado, desigualdade social, menos oportunidade de emprego e problemas representam o cotidiano. Expandem-se as periferias que estabelecem segregação espacial ou ambiental, consolidação da pobreza e desigualdade social. As áreas pobres localizavam-se, antes do processo de urbanização, em áreas rurais, fato que não ocorre a partir dos anos 1980, problema da região urbana. Maricato (2003, p.151) diz que “a alta densidade de ocupação do solo e a exclusão social representam situação inédita”. As dificuldades levam o trabalhador à busca de favelas como forma de moradia, fato resultante, entre outros, da “política” de baixos salários oriunda da industrialização.

Na visão de Moraes (1999, p.23), o termo metrópole significa tipo específico de habitat humano. A forma pela qual expressa o maior nível de

adensamento populacional existente na superfície terrestre. É cidade com volume de habitantes, lugar de acontecimentos e de vida para alguns, associado à escala geográfica, ou escala metropolitana. Noutra perspectiva, a metrópole é também vista como *lócus* da reprodução econômica e, para tanto, Gras (1974) comenta que

O aspecto fundamental da metrópole não é sua dimensão ou estrutura, mas sua força funcional na medida em que concentra o comércio de ampla zona, sendo ponto de convergência de produtos comerciais e agrícolas GRAS (1974).

Identificada a importância da metrópole, estudada sob abordagens, Simmel (1979, p.12) diz que “a metrópole é a sede da economia monetária”. A geografia econômica identifica a metrópole como espaço de circulação de mercadorias, trocas comerciais e reprodução social. Sob o ponto de vista do campo da política, metrópole identifica-se como organização estatal relacionada ao dinamismo próprio da cidade, movimentos sociais e urbanos com políticas públicas. Simmel (1979, p.11) reflete sobre a formação dos grupos políticos e de parentesco, associações partidárias e religiosas que são parte da metrópole, inerentes ao processo de formação social e que são grupos que limitam a participação do indivíduo no desenvolvimento de qualidades próprias e movimentos livres.

As metrópoles têm papel definido como lugar, em várias partes do País, e, embora as diversas abordagens, mantêm conceitos complementares. A capital tem 314.930km² de área e 2.452.185 habitantes (IBGE 2010), não é metrópole global, mas regional. Pelas informações da PMF (2006)⁶, a faixa litorânea tem extensão de 34,2 km de praia banhada pelo Oceano Atlântico, inclusive a orla do Rio Ceará com extensão de 43,4 km. O litoral se bifurca em direções preferenciais: sentido leste-oeste, entre Rio Ceará e Porto do Mucuripe, na extensão de 19,4 km (com inclusão de 9,2 km da margem do Rio Ceará, faixa passa a 28,4 km). A direção noroeste-sudeste situa-se entre Serviluz e foz do Rio Pacoti, com aproximadamente 15 km.

Contradição urbano-social segue por toda a extensão da metrópole, e, na orla oeste, estão favelas destacadas: Moura Brasil e Pirambu que, de acordo com Jucá (2003, p.52), “em 1953 calculava-se em 18.100 o número de habitações do Moura Brasil e Pirambu”. Segundo estudo de Parente (2012), na orla leste situa-se a praia de Iracema até o Porto do Mucuripe, prevalecem espaços de luxo na região de moradia da classe abastada, além de vitrine para o turista. É onde se estabelecem

⁶ Prefeitura Municipal de Fortaleza – Projeto Orla (2006, p.10).

hotéis de bandeiras nacionais e internacionais, condomínios, flats, apartamentos residenciais e ofertas de serviços turísticos em variedade. Enquanto o bairro do Pirambu, ocupado pelos flagelados do sertão que fugiam de secas, de 1932, vinham para Fortaleza, escalados pelo poder municipal para habitarem além deste, bairros Arraial Moura Brasil, Cristo Redentor, Barra do Ceará e Floresta.

O litoral leste é cada vez mais valorizado. No Mucuripe, orla leste, instala-se modal ferroviário na década de 1940, para escoamento de produtos pelo porto do Mucuripe, a partir do que surgiram favelas ao longo da ferrovia e dunas. A construção da Draga do Porto desencadeia o processo de decadência da Praia de Iracema devido à erosão e comprometimento do lazer na orla, além da infraestrutura de galpões, pontes e alfândega obsoletos. Recentemente infraestrutura e equipamentos são recuperados para o turismo.

Contradições espaciais não impedem a Metrópole de compor cenário de belezas naturais paisagísticas e culturais, atrativos turísticos. As praias acomodam jangadas distantes da orla, para atividade de pesca, de manhã bem cedo com retorno ao pôr do sol, carregadas de peixes, fato que movimenta a vida dos pescadores que sustentam a família e estabelecem relações comerciais com produtos do mar. A pesca é atividade que chama atenção dos turistas, pertence ao setor primário, realizada artesanalmente mostrando o trabalho com estilo de vida dos pescadores no cotidiano.

O espaço urbano de Fortaleza revela-se contraditório, com desníveis sociais, deficiência na infraestrutura, denunciando negligências de gestores públicos. Contudo, na década de 1970, a Metrópole melhora a mobilidade urbana que possibilita maior circulação entre bairros e leva à descoberta de novos espaços, o que resulta na especulação imobiliária. Assim, de acordo com Parente (2012, p.43), abrem-se avenidas: Castelo Branco (Avenida Leste Oeste), José Bastos, Borges de Melo e Aguanambi que dão à cidade de Fortaleza dinamização urbana. De acordo com Coriolano (2012, p.40), “a orla oeste de Fortaleza, desprestigiada, entra no circuito de reordenamento dos espaços da Metrópole, vira mercadoria e vai sendo cooptada pela especulação e modernidade urbana”.

Fortaleza, na região nordeste, confere posição privilegiada no turismo nacional e projeta-se para o internacional. Embora apresente diversidade de atrativos ao turismo, com predominância do segmento sol e praia, por ser área

litorânea tropical, as motivações dos turistas são variadas, e, de acordo com a SETUR (2015), a demanda pela capital está apresentada na Tabela 1.

Tabela 1– Demanda turística via Fortaleza, segundo motivação em 2014

Motivação	Turistas total	(%)
1.Passeio	1.435.623	45,7
1.1. Atrativos Naturais	1.246.798	84,2
1.2 Turismo Esporte/Aventura	109.537	7,4
1.3 Compras	60.689	4,1
1.4. Ecoturismo	13.026	0,9
1.5. Outros	50.180	3,4
2. Visita a parentes/Amigos	600.009	19,1
3. Negócios/Trabalho	659.695	21,0
4. Eventos e Congressos	320.423	10,2
5. Outros	125.656	4,0
Total geral	3.262.259	100,0

Fonte: Adaptado de SETUR/CE(2015).

O turismo se organiza em segmentos variados. O de sol e praia é prioridade em Fortaleza. No turismo litorâneo, encontram-se atrativos naturais e culturais. Fortaleza dispõe de atrativos além do litoral, podendo, assim, atrair turistas pelos segmentos de negócios, eventos, aventuras, esportes, entre outros. Estudo da Metrôpole turística implica entendimento e abrange conceito de atrativo turístico que, na concepção de Ignarra (2003, p.53), “atrativo turístico é um tema complexo, dado que a atratividade de certos elementos varia de forma acentuada de turista para turista”. A atração relaciona-se com a motivação do turista e sua avaliação.

Fortaleza é, para muitos, reconhecida como capital nacional do humor, manifestação cultural típica do povo cearense. Grandes humoristas nacionais são cearenses. A culinária local, de acordo com o Ministério do Turismo⁷ (2015), está cada vez mais aprimorada e gastos com alimentação, entre as principais despesas dos turistas brasileiros, atrás somente de despesas de transporte. Em Fortaleza, há polos gastronômicos, a exemplo de Varjota, Beira Mar, Praia de Iracema, Dragão do

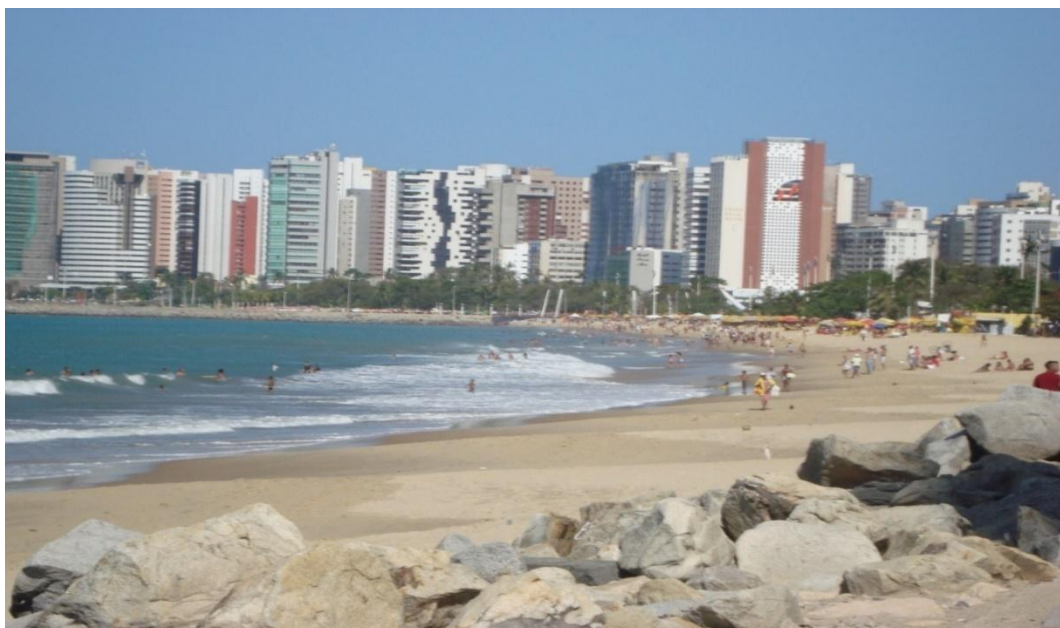
⁷ Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/ultimas-noticias/5281-turismo-seleciona-propostas-que-divulgam-a-gastronomia-regional.html>. Acesso em: 15 de setembro de 2016.

Mar, Maraponga, Bairros de Fátima/Benfica, Bezerra de Menezes, Jovita Feitosa, Parangaba e área sul da Cidade que se estende desde a região do Shopping Iguatemi ao Bairro Cidade dos Funcionários (ABRASEL/CE, 2015), além de estruturas para oferta de gastronomia, barracas da Praia do Futuro. Os lugares dão oportunidade de degustação de diferentes sabores da culinária cearense, além dos sabores regionais oriundos do sertão, mesclados com sabores do mar e internacionais ofertados nos polos. Na cozinha sertaneja, misturam-se sabores e elementos indígenas, temperos lusitanos e elementos negro-africanos, menciona Barroso (2000, p.12). O Polo Gastronômico da Varjota é o de maior destaque em Fortaleza, pela oferta de comidas regionais, conhecido Corredor Gastronômico da Varjota, oficializado pela Lei de nº 9.563, de 28 de dezembro de 2009⁸.

Assim, a Metrópole ostenta espaços culturais e equipamentos turísticos, atrativos culturais, museus, shoppings, centro de eventos e Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura, atrativo cultural e espaço de lazer. O turismo é responsável pelas transformações e produção de espaços, principalmente na Metrópole e litoral leste e oeste, sendo que ambientes naturais sofrem impactos quando da implantação de equipamentos turísticos. Espaços do calçadão da Beira-Mar, com a feirinha de artesanato, barracas de Praia da Beira-Mar, além de espaços de hospedagens, hotéis, resorts e flats, além de prédios residenciais são direcionados ao turismo em todo o litoral. Parte do calçadão da Beira-Mar, representa-a a Figura 1, com panorama, ao fundo, de hotéis, prédios residenciais e flats.

⁸ Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=174793>. Acesso em 15 de setembro de 2016

Figura 1– Calçadão Beira-Mar



Fonte: Própria autora (2016).

Espaços especiais do turismo são ambientes naturais de zonas de praia. A produção espacial realiza-se em processo evolutivo resultante de transformações do modo de viver, costumes da sociedade, evolução de tecnologias e influências sobre a capital.

Na segunda metade do século XX, transformações ocorrem. A cidade litorânea com marcas de sertão exporta algodão aos Estados Unidos, devido à Guerra de Secessão, pelo Porto do Mucuripe. Vínculos com o mundo exterior, via Porto do Mucuripe, nas relações econômicas de exportação, exigem mudanças na cidade, e superação de problemas. A zona portuária é via de contato com os Estados Unidos e continente europeu, em movimentos comerciais e de informações influenciadoras e transformadoras da dinâmica cultural da capital. Conforme Coriolano (2006, p.55), a cidade rural misturava-se com a urbana, o latino-americano com o europeu, padrões estrangeiros copiados e assim novos elementos de identidade são incorporados à capital. Em pouco tempo, Fortaleza é metamorfoseada para a função de capital. Nas últimas décadas, as mudanças são impactantes na função de MetrÓpole. Nos últimos anos, passa a reconhecer-se como MetrÓpole turística.

Em 2012, reforma-se o Porto do Mucuripe para atendimento à demanda turística da Copa do Mundo de 2014. O Porto dispõe de cais para a atracação de

navios cruzeiro com 350 metros de extensão e 13 metros de profundidade possibilitando recepção de passageiros, de acordo com SETUR (2015). Estradas que interligam aeroporto às zonas de praia facilitam acesso dos turistas e fluxos, e promovem a integração da cidade com municípios da região metropolitana.

A inauguração do novo Aeroporto Internacional Pinto Martins, em 1998, equipamento fundamental de desenvolvimento do turismo ajuda a ampliação dos fluxos turísticos nacional e internacional, além de fortalecer a ocupação hoteleira. Conforme a SETUR-CE (2015), o fluxo turístico nacional aumenta mais de 340%, entre os anos de 1995 e 2011, e mais de 570% do internacional, com ressalvas, na época, do atentado terrorista de 11 de setembro de 2001, em Nova York, que resultou na diminuição dos fluxos, nos anos seguintes de 2002 e 2003.

Fortaleza e metrópoles brasileiras vivem a *Belle Époque*, a exemplo de Paris, moderniza-se e cresce. Também o modo de vida francês exerce influência na vida cearense, na moda, estilos arquitetônicos dos prédios. Segundo Oriá (2000, p.243), “o ecletismo como estilo arquitetônico se fixava no desejo de conciliação de velhos estilos e inovações tecnológicas oriundas da Revolução Industrial, com a utilização do ferro, do aço e estruturas pré-moldadas nas construções”. De acordo com Coriolano (2006, p.55), a época forma o patrimônio cultural do Estado e parte dos atrativos para o turismo, com diversas construções na capital e em municípios.

Sob a influência da Europa, o litoral, antes tratado como lugar perigoso e o mar residência de monstros e de dragões que se alimentavam de seres humanos, passa a ser visto como lugar terapêutico e nobre, capaz de curar doenças. Corbin (1989) descreve o oceano como “recipiente líquido dos monstros, é um mundo condenado em cuja obscuridade se entre devoram as criaturas malditas”. Banhos de mar, ora indicados por prescrição médica para cura de determinadas doenças, elevam os mares mostrando potencialidades de cura que define força determinante de mudanças nas cidades litorâneas. O litoral cearense conta com 573 km de praias, SETUR (2015). Estende-se de Fortaleza ao Rio Grande do Norte, correspondente à costa leste do estado – Costa do Sol Nascente, e de Fortaleza ao estado do Piauí – Costa do Sol Poente. A Figura 2 representa o litoral da costa leste ao extremo oeste do estado do Ceará.

Figura 2 – Litoral do estado do Ceará



Fonte: <http://gerco.semace.gov.br> (2014).

O litoral leste abrange os municípios de Eusébio, Aquiraz, Pindoretama, Cascavel, Beberibe, Aracati, Fortim e Icapuí. Praias mais visitadas: Porto das Dunas, Prainha, Iguape, Caponga, Águas Belas, Morro Branco, Praia das Fontes, Pontal do Maceió, Canoa Quebrada, Quixaba, Majorlândia, Icapuí e Redonda.

O litoral oeste compreende os municípios de Caucaia, São Gonçalo do Amarante, Paracuru, Paraipaba, Trairi, Itapipoca, Amontada, Itarema, Acaraú, Cruz, Jijoca de Jericoacoara, Camocim e Barroquinha. Praias mais visitadas: Icaraí, Cumbuco, Taíba, Paracuru, Lagoinha, Flecheiras, Mundaú, Icaraí de Amontada, Almofala, Jericoacoara e Tatajuba.

A valorização dos espaços litorâneos decorre da mudança da mentalidade de residentes, fruto da influência da sociedade europeia, absorvida pela classe abastada local, que passa a valorizar banhos de mar, caminhadas à beira da praia, moradia próxima ao mar e veraneio no litoral e práticas esportivas marítimas. Assim, a nova relação das pessoas com o mar traduz-se no fenômeno conhecido por maritimidade que, para Claval (1996), é “o conjunto de relações que determinada população estabelece com o mar – aquelas inscritas no plano das preferências, das imagens e das representações em particular”.

Com o fenômeno da maritimidade ou invenção de uso do mar, a urbanização chega ao litoral e logo Fortaleza se revela lugar turistificado e o litoral,

espaço de segunda residência, lazer e turismo. Na verdade, são fenômenos complementares em que a instituição do veraneio marítimo proporciona urbanização das praias e valorização dos espaços litorâneos, fato ocorrido nas praias de Fortaleza, em especial Praia do Futuro e Praia de Iracema, tornando-as atrativo turístico e difundindo posteriormente o turismo litorâneo.

O litoral de Fortaleza possui mais de 30 km de extensão e a Praia do Futuro “possui mais de 6 km de extensão sendo limitada pelo rio Cocó (a leste) e pelo Porto do Mucuripe (a oeste)” (PAULA;MORAIS;DIAS;FERREIRA, 2012, p. 302), onde se instalam as barracas de praia que representam a produção de espaço com bastante atratividade turística, com destaque dos serviços de gastronomia, lazer e diversão. A praia do Futuro é ocupada com barracas de praia que representam modificações na paisagem natural, mar de grande beleza e receptividade. A Figura 3 destaca a extensão da Praia do Futuro com numerosas barracas para desfrute de residentes e turistas.

Figura 3 – Barracas da praia do Futuro



Fonte: @Meu Ceará1 (2014).

A Praia do Futuro passa por mudanças para oferecimento de espaços turísticos a quem busca ambientes naturais de diversão à beira-mar. Entre as décadas de 1960 e 1970, frequentavam-na residentes, com difícil acesso. As barracas de praia eram precárias, sem infraestrutura e fiscalização dos órgãos competentes. Residentes da praia eram os próprios pescadores. Na década de 1980, a praia torna-se a mais frequentada de Fortaleza, e, assim, mais organizada e

estruturada, além de melhoria na acessibilidade ao lugar. Fluxos de banhistas despertaram as atenções e viabilizaram negócios e empreendimentos, tornando-se atrativa também para os turistas. Impactos no litoral levam o poder público à ideia de promoção da conservação ambiental, de maneira rigorosa quanto às concessões de licenças ambientais.

Terrenos do litoral de Fortaleza são especulados, especialmente no bairro Dunas. Nas décadas de 1990 a 2010, quando o turismo começa a fazer diferença, a economia do estado leva a MetrÓpole a cada vez mais reestruturada para atender as exigências. Barracas de praia se tornam competitivas e organizadas, oferecendo serviços de melhor qualidade e infraestrutura, com oferta de piscinas, shows humorísticos, parques infantis, aquáticos, lojas de conveniência e melhores restaurantes com variedade gastronômica.

A Praia do Futuro proporciona desfrute das barracas de praia, principalmente da balneabilidade, extensão para andar à beira-mar, ventos, sol, ondas para esportes aquáticos e rede hoteleira, e acessibilidade via meio de transporte público e privado.

Na direção leste-oeste, na enseada do Mucuripe, está o Porto do Mucuripe, reformado para proporcionar espaço de recepção de passageiros e alternativa de hospitalidade. Turistas pernoitam em navios cruzeiro atracados e fazem visitas e passeios de um dia, na cidade. Por isso, não se trata somente de atrativo turístico, mas de aporte a turistas que fazem parte do segmento que deseja conhecer a costa litorânea do Nordeste ou do Brasil e desfrutam a possibilidade de aportar na costa cearense. A Figura 4 apresenta a imagem do Porto do Mucuripe, na enseada do Mucuripe.

Figura 4 – Porto do Mucuripe



Fonte: Própria autora (2016).

Depois do Porto, na direção leste-oeste, chega-se ao Calçadão da Beira-Mar, Praia do Mucuripe, Mercado dos Peixes, reformado em 2016. É ponto turístico a venda de frutos do mar frescos, fornecidos pelos próprios pescadores, em quiosques do empreendimento, bem como fornecimento da culinária, com produtos chegados do mar, além de bebida gelada em lugar reservado.

A Figura 5 identifica o Mercado dos Peixes visitado pelos turistas ao fim do Calçadão.

Figura 5 – Mercado dos Peixes



Fonte: SkyscrapreCity.com (2016).

O Mercado dos Peixes tem espaço reservado a visitantes, à beira-mar, para desfrute da paisagem e alimentação. (Figura 6).

Figura 6 – Espaço de alimentação no Mercado dos Peixes



Fonte: Própria autora (2016).

Adiante, Praia de Iracema e Calçadão da Beira-Mar. Na área, a Estátua de Iracema, imagem originária da obra clássica literária de José de Alencar (Figura 7).

Figura 7 – Estátua de Iracema



Fonte: Própria autora (2016).

Em maior escala, para melhor compreensão da extensão do Calçadão onde está a estátua de Iracema e, ao fundo, Porto do Mucuripe, referenciando parte do calçadão reformado (Figura 8).

Figura 8 – Calçadão da Beira Mar



Fonte: Própria autora (2016).

O calçadão da Beira-Mar é atrativo da cidade, agradável a residentes e turistas servindo de espaço de lazer. Diz Paiva (2011, p.227) que é destaque “por seu uso turístico e forte impacto visual, que capturado, como cartão postal é comercializado enquanto espaço mercadoria”.

Em direção ao oeste, Feira do Calçadão da Beira-Mar (Figura 9), conhecida como feirinha da Beira-Mar que recebe grande número de turistas, com concentração de hotéis, restaurantes, barracas de praia e venda de produtos artesanais e gastronômicos, dinamizando o turismo e divulgação da arte e da cultura cearense.

Figura 9 – Feira de artesanato da Beira Mar



Fonte: Uchoa (2015)⁹.

A comercialização de artesanato, produtos alimentícios, castanha de caju, tapioca, milho e água de coco, que tão bem representam Fortaleza e o Ceará (Figura 10). Trata-se da feira de artesanato da Beira-Mar.

Figura 10 – Comércio da feira de artesanato



Fonte: Própria autora (2016).

⁹ Disponível em: <www.pbase.com/alexuchoa>. Acesso em: 23 jan. 2016.

O calçadão se estende por 5 km de litoral, pavimentados, espaço que, além de ambiente agradável pela paisagem marítima, é transitado pelos pedestres, desde o nascer do sol até o crepúsculo. As compras ocorrem não somente em torno da Feira de Artesanato e Mercado dos Peixes, mas em inúmeras lojas da orla.

A oeste, entre o Centro e a Praia de Iracema, o governo do estado reordena o centro da cidade, promove a imagem cultural, articula o chamado “corredor cultural”¹⁰ e constrói o Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura¹¹. O corredor faz a conexão entre pontos estratégicos, Calçadão da Beira-Mar, e o restante da orla da Praia de Iracema com a Av. Monsenhor Tabosa – Centro de Confecção e Centro da cidade.

O patrimônio histórico edificado possui arquitetura eclética, de estilo *art-nouveau*, clássico, neoclássico e *art-déco*, conforme Coriolano (2007, p.54). A conexão ajuda no marco cultural e histórico viabilizando o desenvolvimento econômico e comercial via turismo.

A região do Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura, ocupavam-na galpões do antigo Porto, desativado na década de 1940, em cujas ruas não havia iluminação adequada, pavimentação, habitação privilegiada, sem segurança, além de boates e cabarés que abriam precedentes ao comércio e uso de drogas e prática da prostituição. A região, mal frequentada devido ao descaso do poder público, reordena-se atualmente área de lazer de residentes e turistas. A degradação predominava, até o momento em que o governo do estado transforma o lugar em novo espaço, com capacidade de atração de visitantes e valorização do ambiente arcaico e nebuloso.

A Figura 11 mostra o Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura, inaugurado em 1999, com anfiteatro para apresentações de artistas nacionais e locais, auditório para conferências, congressos e aulas. A Praça Verde é ambiente aberto, com capacidade de acomodação de até 4000 pessoas, com atrações de shows e apresentações, Teatro Dragão do Mar, Espaço Rogaciano Leite ao ar livre, onde comumente acontecem recitais, espetáculos de teatro, desfile de maracatus e

¹⁰ O Corredor Cultural é projeto estimado pelo poder público que antecede a existência do Centro Dragão do Mar, no entanto a retomada deste, com a revitalização do centro da cidade e os investimentos no intuito de fortalecer a imagem cultural e turística do estado, constitui programações e aportes financeiros nos anos 2000. Disponível em: <http://ptceara.org.br/noticias/texto.asp?id=5860¤t=INSTITUCIONAL>. Acesso em: jul 2016.

¹¹ Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura, inaugurado em 29 de abril de 1999. Disponível em: <http://www.dragaodomar.org.br/>. Acesso em jul 2016.

concentrações de tradicionais blocos de carnaval, também valorizados pelo público turístico. Há também cinema, planetário, biblioteca, ambiente para degustação com espaços que atraem visitação do público e se mantêm as atividades do Centro Dragão do Mar em evidência.

Figura 11 – Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura



Fonte: Própria autora (2016).

Segundo Lima (2011), na divisa oeste com a Praia, quanto ao chamado “corredor cultural” da Avenida Dr. João Moreira, antigas edificações que remetem à origem e à história de Fortaleza são o Forte de Nossa Senhora da Assunção, Passeio Público –Praça dos Mártires, Santa Casa de Misericórdia, Encetur – Centro de Turismo – antiga casa de detenção, Estação Rodoviária João Filipe, Catedral Metropolitana, Mercado Central que atrai turistas para lazer e consumo do artesanato. Destaca-se como parte do centro cultural-histórico Praça do Ferreira, Teatro José de Alencar, Praça José de Alencar, Teatro São José, Museu das Secas, Igreja do Patrocínio, Praça da Lagoinha, Assembleia Provincial – atual Museu do Ceará. O IPHAN-CE¹² reconhece edificações, Patrimônio Histórico Material da Cidade, caso do Teatro José de Alencar, área do Passeio Público, Assembleia Provincial e Forte de Nossa Senhora da Assunção, com materiais de artilharia.

¹² Tabela de Bens Tombados e Processos de Andamentos do IPHAN-CE (11.05.2016).

Fortaleza, no que se refere à mobilidade urbana, oferece, além de linhas separadas ao trânsito de ônibus, vias de ciclistas que podem transitar com mais rapidez e segurança. São ações decorrentes de políticas públicas que favorecem a mobilidade atendendo às demandas e necessidades públicas.

O governo, por meio de políticas estabelece normas e ações para atendimento às necessidades coletivas e solução de conflitos relacionados a bens públicos. As enquanto sujeito, dirigidas a atender as necessidades de toda a sociedade (DIAS, p.121, 2003). O turismo, atividade de relevância econômica, leva o poder público a tornar o turismo política pública, de maneira a trazer regulamentação, metas e ações planejadas e preestabelecidas. Beni (2000) relata que

A política pública de um país não se faz unicamente no interior de órgãos públicos do setor, mas em muitas outras manifestações de iniciativa pública e privada, empenhadas em vários tipos de programas para o desenvolvimento turístico.(BENI, 2000, p.26).

Políticas públicas seguem no sentido de influenciar o poder privado e despertar interesse de empresários para investimento no turismo com equipamentos essenciais ao desenvolvimento e fortalecimento da atividade e da economia cearense. Além de patrimônios natural, histórico e cultural, a atividade turística depende de atividades que interagem entre si, formando malha que compõe elos da cadeia produtiva. E um dos principais é alojamento e alimentação (hotéis, bares, cafés, botecos e restaurantes), seguidos de serviços de transporte, comércio, pequenas indústrias, produção de artesanato, serviços turísticos ofertados pelas agências de receptivos e espaços de lazer.

Agências de receptivos são apoio aos turistas e comercializam excursões a praias vizinhas, não somente às praias, mas a lugares turísticos no sertão e serras. São bens e serviços, tangíveis ou intangíveis, ofertados de forma que satisfaçam necessidades e anseios dos turistas. De acordo com Beni (2000, p.24), “o produto turístico é produzido e consumido no mesmo local e o consumidor é que se desloca para a área do consumo”.

Na Tabela 2 a oferta dos meios de hospedagem, que contabilizam 26.629, leitos no ano de 2014, sem especificação do número disponível de leitos nos municípios vizinhos, para os quais os turistas se dirigem. Entre 2012 e 2014, houve leve aumento de 3,04% do número de leitos, de acordo com GTP/CTI-NE 2015.

Tabela 2– Oferta hoteleira de Fortaleza em 2014

2014	Hotéis	Pousadas	Flats	Albergues	Rede Hoteleira
Meio de hospedagem	104	81	24	9	218
Unidade Habitacional	7.917	1.483	1.283	96	10.779
Leitos	19.001	3.927	3.311	390	26.629

Fonte: Adaptado de SETUR/CE (2015).

Conforme o Plano Estratégico do Turismo de Fortaleza¹³(2016),a oferta hoteleira passa de 215 meios de hospedagem (hotel, flat, pousada e albergue),com 8.149 unidades habitacionais (apartamentos) e 19.414 leitos, em 2000, para 218 meios de hospedagem, 10.779 unidades habitacionais e 26.609 leitos em 2014. Em 2015, são 239 meios de hospedagem, 11.873 unidades habitacionais e 29.587 leitos. A taxa de ocupação em percentual de hotéis é crescente desde os anos de 2010 até 2014(Tabela3), conforme GTP/CNI-NE/2015.

Tabela 3–Taxa de ocupação hoteleira em Fortaleza

Capital	2010	2011	2012	2013	2014
Fortaleza (CE)	66,4	67,6	69,6	71,3	70,0

Fonte: Adaptado de GTP/CTI-NE¹⁴(2015).

É importante destacar o aumento da taxa de ocupação hoteleira: 56,2% em 2006, 69,1% em 2013 e 73,2% em 2015. Por se tratar de cidade com demanda turística de 3.343.815 turistas em 2015¹⁵, dado que representa população flutuante maior que a da cidade, há que esperar que a infraestrutura, em primeiro lugar, atenda às necessidades de residentes e, em segundo lugar, que funcione com total eficiência na recepção dos visitantes, fato que representa sucesso do desempenho da atividade turística. O mercado internacional é pouco representativo em demanda turística no Ceará, no período de 2006-2015, de 268.124 para 278.523 e representa menos de 9% da demanda de turistas via Fortaleza.¹⁶

¹³ Integrante do PDES do Plano Fortaleza 2040.Prefeitura Municipal de Fortaleza; Instituto de Planejamento de Fortaleza – IPLANFOR; Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura – FCPC. Junho 2016.

¹⁴ Fundação CTI/NE: Formada pelos órgãos oficiais de turismo dos nove estados que compõe o NE brasileiro (Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia).

¹⁵ SETUR/CE, 2015.

¹⁶ Prefeitura Municipal de Fortaleza; Instituto de Planejamento de Fortaleza – IPLANFOR; Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura – FCPC. Junho 2016.

Infraestrutura de apoio ao turismo envolve serviços de comunicação, sinalização urbana, segurança pública, limpeza, ônibus urbano, hospital, terminal rodoviário e aeroporto. Infraestrutura precária e carência de segurança pública agravam o problema. Os serviços urbanos são deficientes, com baixa qualidade do transporte coletivo, problemas na área da saúde, hospitais e atendimentos emergenciais, além do setor de educação e outros. São problemas que atingem toda a Metrópole e municípios cearenses. Ainda que hospitalidade seja ponto forte na recepção turística, não é o suficiente na qualificação da receptividade, uma vez que a atividade turística é competitiva e se torna preponderante qualificação profissional.

Em 2015, a SETUR/CE divulga o índice de avaliação de turistas com parâmetro (ótimo-bom) e (ruim-péssimo) calculando a média, no período de 1997 a 2012, com relação a atrativos turísticos, equipamentos/serviços turísticos e infraestrutura levando aos seguintes resultados (Tabela 4):

Tabela 4 – Avaliação dos equipamentos e serviços em Fortaleza

Itens avaliados	Entre 1997 a 2012 (Média)
1.Atrativos Turísticos	79,7
2.Equipamentos/Serviços Turísticos	76,4
3.Infraestrutura	44,1
Índice médio	70,5

Fonte: Adaptado de SETUR (2015).

De acordo com a avaliação, ofertam-se atrativos turísticos, na condição de nível médio juntamente com equipamentos turísticos e serviços, no entanto a infraestrutura classifica-se ruim ou péssima, segundo a avaliação, resultando em índice de valor da avaliação também mediano.

A construção do Aeroporto Internacional de Fortaleza, equipamento que favorece fluxos e da Rodovia Estruturante do Litoral Oeste, CE-85¹⁷, que interliga a capital com o litoral, são valores relevantes. Considera-se um dos maiores benefícios à região, no que se refere à atividade turística. Além do Aeroporto Pinto Martins, o novo Aeroporto de Jericoacoara, no município de Cruz, a 22km de

¹⁷ A rodovia CE-85 (Rota do Sol Poente) liga Fortaleza ao município de Itapipoca, passando paralelamente distante da costa, foi eixo utilizado para a criação de vias secundárias que levavam à costa de outros municípios beneficiados pelo turismo. O PRODETUR-NE teve importante influência no desenvolvimento da malha rodoviária do Nordeste.

distância da sede, está pronto, de acordo com a SETUR/CE¹⁸, que informa que os setores de aviação, turismo, hotelaria e transportes estão aptos a prospectar importantes negócios no litoral oeste. O terminal está com previsão para operação a partir de novembro de 2016, conforme negociações com a Azul Linhas Aéreas, com voos regulares semanais e dois voos charters semanais operados pela empresa de turismo CVC. Consta também, segundo anúncio do Fórum de Turismo do Ceará 2016, o planejamento de parcerias com empresas de taxi aéreo para transporte de turistas que desembarcam no aeroporto de Fortaleza e tenham por destino o Litoral Oeste.

Na Figura 12, aeroporto e importância para fluxos turísticos e atividade do Ceará.

Figura 12 – Aeroporto Internacional Pinto Martins



Fonte: www.brasil247.com (2015).

Fortaleza, embora das mais visitadas, com belas praias da região Nordeste, enfrenta sérios problemas com questões de segurança, o que prejudica o turismo. Relaciona-se com turismo litorâneo, mas também ao sexual e não oferece segurança pública adequada ao combate à violência nem à prostituição de crianças e adolescentes.

¹⁸ SETUR/CE, em 4 maio 2016. Disponível em <http://www.ceara.gov.br/sala-de-imprensa/noticias/16510-aeroportos-regionais-terminal-de-gericoacoara-quece-fluxo-de-turistas-pa>. Acesso em: 8 ago. 2016.

2.1 LITORAL OESTE: ÁREA SELECIONADA PELO TURISMO

No Ceará, são 21 municípios litorâneos, alguns com praias urbanizadas, ocupados pelas comunidades nativas, na maioria, voltados para a prática da atividade turística: Icapuí, Fortim, Aracati, Beberibe, Cascavel, Pindoretama, Aquiraz, Caucaia, São Gonçalo do Amarante, Paracuru, Paraipaba, Trairi, Itaipoca, Amontada, Itarema, Acaraú, Cruz, Jijoca de Jericoacoara, Camocim, Barroquinha, além da MetrÓpole Fortaleza.

Litoral é um lugar privilegiado para residência e turismo, lugares que alimentam a imaginação dos turistas. Diz Vasconcelos (2005, p. 25) que “aproximadamente 2/3 da população mundial vive atualmente a menos de 50 km do mar. Em centros urbanos, cerca de quatro bilhões de pessoas vivem em terras litorâneas que ocupam menos de 2% do território terrestre”. Coriolano (2004) acrescenta:

O litoral se reveste de significados, passando a ser produto social, que contém espacialidades produzidas por via das relações de força e poder. Nesse processo, o litoral, além de ser o espaço da organização social, é lugar dos residentes, das comunidades pesqueiras e organiza-se para o turismo. Os bens naturais são transformados em atrativos turísticos e recursos econômicos e passam a ser sistematizados, organizados e divulgados por uma publicidade de alcance internacional como o paraíso para o turismo, desencadeando uma luta pelo espaço litorâneo. As empresas, os investidores, os especuladores entram em ação na luta pela aquisição de terrenos. (CORIOLANO, 2004, p.202)

Com viagens, identifica-se o segmento do turismo praticado e motivação pela escolha do lugar. De acordo com Coriolano (2001, p.110), “o turismo não passa de uma abstração; o lugar é que possui materialidade, é o que há de concreto”.

O litoral oeste compreende 363 km da capital até o município de Barroquinha, limite com o estado do Piauí, alvo de políticas de turismo. O litoral recebe benefícios e atenções ao desenvolvimento da atividade, pelo Programa de Desenvolvimento do Turismo em Zona Prioritária do Litoral do Ceará - PRODETURIS¹⁹ que, em 1989, planejara o litoral para o turismo.

Em 1992, o PRODETUR-CE, programa turístico do Ceará, estabelece que o litoral oeste seria *lÓcus* do programa. Apesar de a faixa litorânea medir 573 km, o

¹⁹ O PRODETURIS de 1989 foi anterior ao PRODETUR/NE de 1992 e serviu de paradigma para lançar as bases técnicas e conceituais do PRODETUR/CE. A criação do PRODETURIS revela que o Ceará antecipou as políticas de turismo em relação às iniciativas federais, elegendo o litoral como o lugar privilegiado de intervenção, acreditando na produtividade e competitividade do território. Tratava-se de impor uma racionalidade técnica ao planejamento e gestão dos recursos turísticos existentes através do mapeamento, zoneamento e diagnóstico das suas potencialidades intrínsecas.

PRODETUR-CE considera apenas 115 km, a oeste e classifica área como Costa do Sol, englobando sete sedes urbanas, oito distritos e localidades distribuídas nos municípios de Itapipoca, Trairi, Paraipaba, Paracuru, São Gonçalo do Amarante, Caucaia e Fortaleza²⁰, contemplando-se o município de Caucaia, especialmente com o PRODETUR-CE I. Valorização de áreas litorâneas atrai investimentos que possibilitam a implementação de empreendimentos com infraestrutura necessária para o desenvolvimento da atividade. Em 1994 com o PRODETUR/NE, beneficiou-se o estado do Ceará com ações de fortalecimento da capacidade municipal para gestão de turismo, planejamento estratégico, treinamento e estrutura e promoção de investimentos do setor privado (SETUR/CE, 2014).

Instituíram-se quatro regiões: Região Metropolitana de Fortaleza, litoral oeste como Costa do Sol Poente, litoral leste como Costa do Sol Nascente e região do litoral extremo oeste do Ceará. A Costa do Sol Poente foi escolhida como principal foco de intervenção do PRODETUR/CE I. (PAIVA, 2014, p.308).

O PRODETUR/NE II (2000) dá continuidade, consolida e cria novos conceitos priorizando a questão da sustentabilidade²¹, capacitação dos recursos humanos e complementação de ações do primeiro programa. Fortalece a infraestrutura com destaque da ampliação da via Estruturante CE-085, na chamada Costa do Sol Poente e duplica a CE-40, entre sede de Aquiraz e Beberibe. Nessa fase, o Programa de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – PDITS corresponde à principal ação da segunda fase do PRODETUR/NE, programa voltado especificamente aos Polos definidos no PRODETUR/NE I. Dezoito municípios compõem o PRODETUR/CE II: Caucaia, Fortaleza, Itapipoca, Paraipaba, Paracuru, São Gonçalo do Amarante, Trairi, Aquiraz, Camocim e Jijoca de Jericoacoara, Amontada, Acaraú, Barroquinha, Chaval, Cruz, Granja, Itarema e Viçosa do Ceará.

Na década de 2000, o programa passa a ser nacional e desenvolve ações voltadas ao investimento e desenvolvimento da atividade, em regiões escolhidas a critério do próprio estado. Assim, as áreas selecionadas passam a Polos, áreas prioritárias embasadas no desempenho das atividades turísticas desempenhadas. No Ceará, o PRODETUR NACIONAL direciona as ações aos Polos: Litoral Leste,

²⁰ SETUR/CE

²¹ Para De Assis (2003) “ A base do turismo sustentável é composta pelas pilastras que formam o tripé do desenvolvimento sustentável – eficiência econômica, justiça social e prudência ecológica”.

Maciço de Baturité e Ibiapaba, que apresentam potencial turístico e, para tanto, necessário aprimoramento de imagens, atrações turísticas, infraestrutura, fortalecimento da sociedade, setor público e privado. Nessa conjuntura, o Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável - PDITS – que representa instrumento de planejamento, de gestão e orientação estratégica, na condução de decisões com base sustentável, para o setor turístico, trabalha com maior objetividade no quesito sustentabilidade. O turismo sustentável corresponde à aplicação de desenvolvimento do turismo de maneira sustentável.

O turismo sustentável é um enfoque positivo visando minimizar as tensões e os atritos pelas complexas interações entre o trade, os visitantes, o ambiente e as comunidades locais que recebem turistas [...] uma perspectiva que envolve esforço para a longa viabilidade e qualidade dos recursos naturais e humanos. (*apud* GARROD; FYALL, 1998, p. 201).

No Litoral Oeste, as praias têm balneabilidade, ocupadas pelos coqueirais e dunas formando paisagens atraentes, em espaços propícios, e municípios registram histórias de sujeitos com tradições culturais que representam vivências dos turistas com a cultura, em interação de residentes com visitantes. Infraestrutura de hospedagem e serviços gastronômicos favorecem residentes que oferecem serviços e turistas pela hospitalidade.

Lugares e equipamentos urbanos são apropriados pela atividade turística. Muñoz (1994) afirma que o turismo litorâneo, para muitos países, é capaz de dinamizar economias, e Coriolano (2006, p.52) explica que, os litorais são áreas de concentração demográfica que atraem, em todo o mundo, demandas, independentemente de qualquer artifício, e, preservados, garantem fluxo turístico ao Estado. Dantas (2009) acrescenta que a cidade do passado, associada à pobreza, dá lugar à metrópole do turismo de sol e praia, e a nova imagem repercute o restante de cidades marítimas. A imagem da “terra da luz”, “terra do sol” e “terra das praias ensolaradas”, criadas para privilégio do litoral. Serras e sertões acabam por ter mais visibilidade no Estado, o que proporciona diversidade de atrativos aos turistas.

A visão governamental é de que há possibilidades turísticas no Ceará e as atenções a serem dadas associam-se ao progresso. A implantação de novas estruturas e rodovias, construção de equipamentos, qualificação de serviços, *marketing* e políticas públicas direcionadas fazem o avanço da atividade. De acordo com Benevides (1998, p.19), “o litoral passa a ser o primeiro território turístico

cearense no conjunto das relações econômicas mundiais”. Território turístico é o resultado do mapeamento ordenado, por não somente criar territorialidades, mas propõe e define destinos e faz do litoral maior atrativo. O turismo se apropria de espaços preexistentes, mas também constrói novos espaços e equipamentos com o fim de gerar fluxos interurbanos e metropolitanos, no que se refere às relações entre a capital e o litoral oeste. Além da viabilidade aeroportuária do turismo para o litoral oeste, vias de acesso às praias são úteis e necessárias para visitantes e residentes, as quais proporcionam conforto nos deslocamentos, reduzem distâncias entre municípios, por meio de acesso seguro e rápido para turistas, de Fortaleza a municípios vizinhos, com retorno no mesmo dia. Linhas alternativas de ônibus que atendam a residentes e turistas são importantes para a viabilidade de fluxos.

O litoral oeste é lugar privilegiado não somente pelos recursos naturais, mas principalmente pelos investimentos de Programas de Desenvolvimento de Turismo (PRODETUR I, II, III), com apoio da SETUR, MTUR e com aporte financeiro da parceria, entre Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e governo Federal, Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), de acordo com MTUR (2015).

De acordo com Coriolano (2006), entre 1970 e 2000, o litoral passa por etapas desde antes da facilitação de acesso, ao litoral oeste, formação legal da Região Metropolitana de Fortaleza e, por fim, a elaboração dos Planos Diretores de Desenvolvimento Urbano (PDDU), nos municípios metropolitanos (1980), estendendo-se ao oeste da RMF, como aconteceu em Paracuru, Paraipaba, Trairi e Itapipoca (1980), Caucaia e São Gonçalo do Amarante (1990). O plano regula e reorganiza uso e ocupação do litoral, uma vez que predominavam os conflitos resultantes de implantações de empreendimentos hoteleiros, segundas residências, loteamentos legais e, às vezes, ilegais e ocupação das terras originalmente pertencentes aos pescadores.

A Praia do Cumbuco, das Fontes, Prainha e Lagoinha são alvos de investimentos, nos anos 2000, período em que a Superintendência Estadual do Meio Ambiente – SEMACE – emite licenciamentos ambientais para construção de *resorts*, em atendimento à demanda. De acordo com GEOCONSULT (2004, p.91), as licenças se concedem com intuito de “colaborar para o desenvolvimento do setor turístico, e, sem dúvida, contribuir para promover o Estado do Ceará como destino, no cenário internacional do turismo”. Para construção de *resorts*, são necessários

licenciamentos, construídos ao longo da orla dos municípios litorâneos. Pela nova ordem dos espaços litorâneos, há favorecimento da especulação e apropriação do solo e crescimento do setor hoteleiro, embora a atividade turística não tenha gerado resultados, esperados devido à sazonalidade da região.

A Tabela 5 apresenta a quantidade de meios de hospedagem, nos municípios do litoral oeste do Ceará.

Tabela 5 – Estabelecimentos de meios de hospedagem

Municípios	2002	2004	2006	2008	2010	2012	2014
Icapuí	12	16	21	25	25	25	28
Aracati	52	53	58	90	84	84	88
Fortim	8	8	7	6	7	7	8
Beberibe	18	25	25	35	30	30	37
Cascavel	19	19	18	11	8	8	10
Aquiraz	25	26	30	36	32	32	39
Fortaleza	-	222	215	208	199	207	218
Caucaia	-	34	35	32	39	39	43
São Gonçalo do Amarante	28	28	30	30	31	31	32
Paracuru	15	15	16	16	21	21	22
Paraipaba	15	15	12	10	16	16	19
Trairi	37	26	38	36	36	36	40
Itapipoca	9	9	14	17	16	16	17

Fonte: Adaptado de SETUR/CE (2015)

*Em 2002 não constam informações nos municípios de Fortaleza e Caucaia.

O crescimento do número de estabelecimentos, entre 2002 e 2012, é de no percentual de 52,9% do litoral oeste e no litoral leste apenas de 38,8%. No litoral leste, constavam, em 2002, 134 estabelecimentos e em 2012, 186. No litoral oeste, em 2002, 104 estabelecimentos e em 2012, 159, com destaque de números expressivos, nos municípios de Aracati, litoral leste. Identifica-se constante crescimento do número de hospedagens, mesmo em período de crise financeira, no Brasil. Em 2014, litoral leste, verificam-se 210 meios de hospedagem, com variação percentual, entre 2002 e 2014, de 56,72%. No litoral oeste, em 2014, constam 173 meios de hospedagem, com variação percentual, entre 2002 e 2014, de 66,34%, sem inclusão de Fortaleza na contagem do número de hospedagem para cálculo

percentual, por tratar-se da Metrópole *lócus* de infraestrutura base da atividade turística.

Em 2008, devido à crise financeira mundial, o desenvolvimento da atividade turística foi afetado e se observam variações, no período entre 2010 e 2012. No litoral leste, nos municípios de Aracati, Beberibe e Aquiraz, houve redução do número de hospedagens e, somente em Icapuí, pequena alteração. Verifica-se que, nos municípios de Caucaia, São Gonçalo do Amarante e Trairi, litoral oeste, constam, em 2002, 104 estabelecimentos de hospedagem e, devido à instalação do Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP), com demanda pela moradia/hospedagem da mão de obra, houve acréscimo de estabelecimentos, principalmente em Caucaia e São Gonçalo do Amarante, lugares próximos do CIPP. Em Trairi, pousadas foram instaladas em 2002 com praias beneficiadas pelo PRODETUR, o que se verificou no aumento da demanda. A reestruturação de espaços litorâneos desencadeia acréscimo de 39,4% de estabelecimentos de hospedagem, entre os anos de 2002 e 2006, na região, devido ao aumento da demanda. As obras de urbanização de Paraipaba e Paracuru também fazem elevar a demanda por hospedagem.

O processo de urbanização, nas praias do litoral oeste, evolui com a construção de rodovias e aprimoramento de infraestrutura básica, energia elétrica, esgotamento sanitário e melhor distribuição do abastecimento de água, apesar de haver sido Fortaleza única sede municipal, no litoral, que primeiro evolui no processo de urbanização e concentração de serviços e infraestrutura. A instalação de residências para novas práticas marítimas, no litoral oeste, evolui na década de 1990, em especial nos municípios a oeste de Paracuru, como em Paraipaba, Trairi e Itapipoca.

O litoral oeste possui atrativos, o que torna região privilegiada para a atividade turística. A viabilidade de acessos rodoviário e aeroportuário em andamento, no litoral extremo oeste, oferta de estabelecimentos para hospedagem, barracas e restaurantes e paisagens naturais representam foco do motivo da viagem.

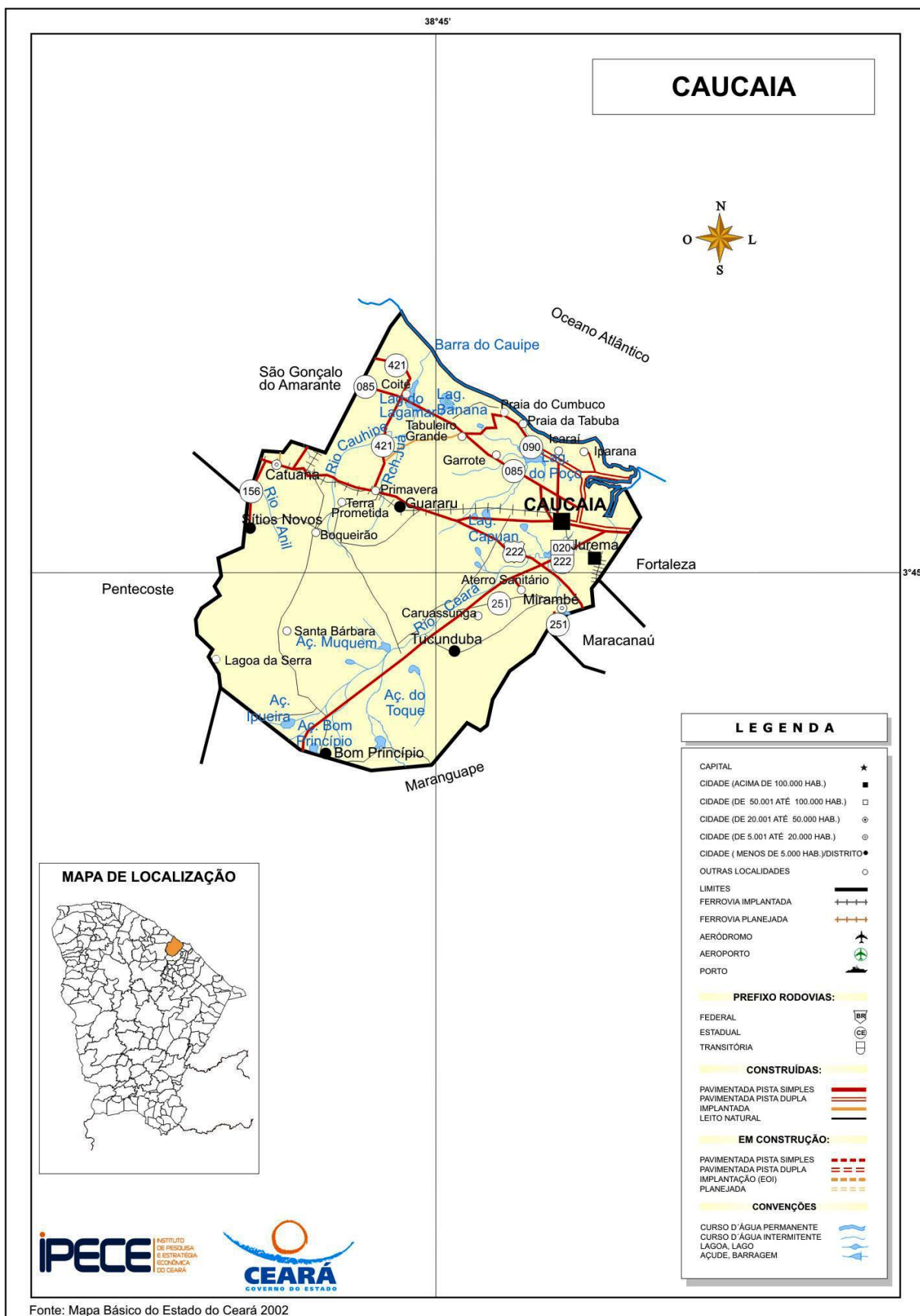
2.2 O MUNICÍPIO DE CAUCAIA E A OFERTA TURÍSTICA

Em 1735, os jesuítas aportam no litoral com intenção de catequizar os índios caucaias: cria-se um dos primeiros povoamentos do Ceará. O lugar era aldeia vinculada à Vila de Fortaleza, em 1943, posteriormente denominada Vila Nova de Soure e município de Soure, hoje, município de Caucaia IBGE (2016).

Caucaia está em conurbação com Fortaleza, detentora de praias que se destacam no turismo nacional pelos recursos naturais e espaços de lazer. Caucaia se destaca por deter o terceiro maior Produto Interno Bruto Nominal²² do estado do Ceará e, das dez praias mais visitadas, duas estão no município de Caucaia, Icaraí e Cumbuco, e Caucaia é parte estratégica do Polo litoral leste e do oeste. A renda per capita média de Caucaia é baixa, inferior a ¼ do salário mínimo (19,73%, em 2010), próximo à linha da extrema pobreza e setores da indústria, em 2012, tiveram arrecadação do Produto Interno Bruto 39,52%, no setor de serviços, 59,59% e no setor da agropecuária, 0,89% (IBGE/IPECE 2015). Trata-se de município com atributos naturais relevantes, no segmento de sol e praia, além de temperatura e clima agradáveis e ambientes favoráveis à prática de esportes em praias, lagoas e dunas do município. Na Figura 13, o município de Caucaia.

²² IBGE, 2011.

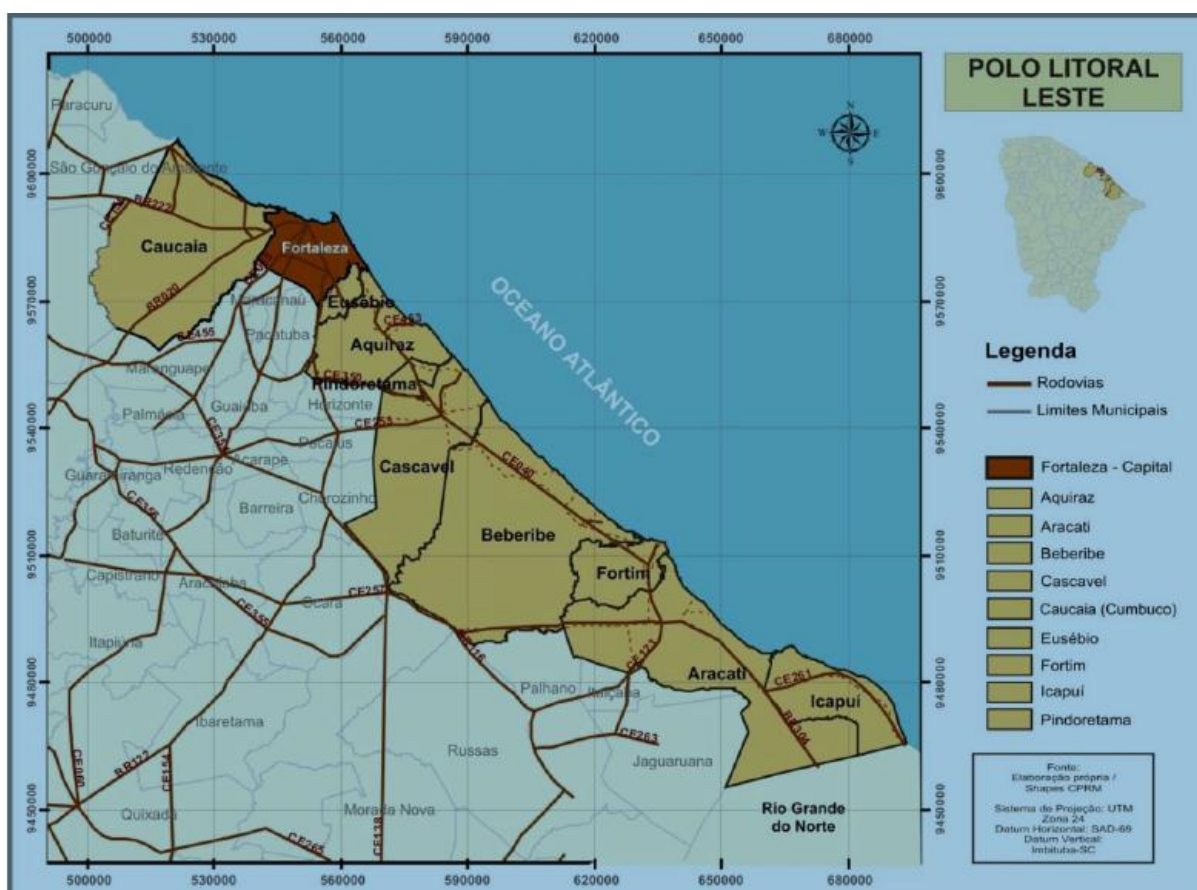
Figura 13 – Mapa municipal de Caucaia



Fonte: IPECE (2006).

O litoral de Caucaia insere-se na Região Metropolitana de Fortaleza, em torno de 20 km da Capital. De acordo com a SETUR/CE 2014²³, Caucaia integra geograficamente o litoral oeste de Fortaleza, e faz parte da Região Metropolitana de Fortaleza e, por questões estratégicas, para efeito de financiamentos do PRODETUR Nacional/CE (2014), está incluída no Polo do Litoral Leste. No plano de turismo, o Polo Litoral Leste compreende 10 municípios²⁴: Caucaia, Fortaleza, Eusébio, Aquiraz, Pindoretama e Cascavel, Beberibe, Fortim, Aracati e Icapuí (Figura 14). Destes, apenas Eusébio e Pindoretama não têm área litorânea. Extensão definida pelo PRODETUR NACIONAL (2010) como polo litoral leste vai do município de Caucaia até Icapuí. Para efeito de financiamento, inclui Caucaia, a rigor, no litoral oeste.

Figura 14 – Localização do polo litoral leste



Fonte: COBRAPE (2012).

²³ SETUR/CE, 2014. Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – PDITS, Polo Litoral Leste, TOMO I, Fortaleza-CE, 2014.

²⁴ SETUR/CE – PDITS 2014

O PRODETUR beneficia todo o país, por isso denominado PRODETUR NACIONAL, como objetivo de promover e consolidar a imagem turística de destinos e aumentar a competitividade, conforme descreve o PDITS/2014. Para tanto, o programa setoriza áreas a serem beneficiadas denominando-as Polos Turísticos. No estado do Ceará, criaram-se os Polos Litoral Leste, Ibiapaba e Maciço do Baturité. Para cada um, com base no diagnóstico da região, instala-se o Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS). Trata-se de instrumento técnico de gestão de condução e coordenação de decisões, de forma a melhorar a relação entre capacidade empresarial e mercado turístico, conforme explica PDITS/2014. Mas, embora tenha havido mudanças no âmbito do Programa do Turismo, o que se estuda é o município de Caucaia como extensão da Região Metropolitana de Fortaleza, para efetivos de explicações sobre turismo.

Comumente o acesso à capital e município de Caucaia faz-se pela via Estruturante (BR-020 e BR-085) ou pela Ponte José Martins Rodrigues sobre Rio Ceará, no bairro da Barra do Ceará, inaugurada desde 1997. O deslocamento se dá pela Avenida Leste Oeste e a ponte interliga a faixa litorânea de Fortaleza com o oeste do estado. Caucaia possui área territorial de 1.228.506 Km² e população estimada em 2016, de 358.164, de acordo com IBGE (2016)²⁵. De acordo com Paula (2013),

O trecho costeiro de Caucaia tem aproximadamente 25 km de extensão, sendo limitado pelo Rio Ceará, a leste, e pelo Porto do Pecém, a oeste, incluindo cinco praias principais: Iparana, Pacheco, Icaraí, Tabuba e Cumbuco (PAULA, 2013, p.3).

A população de Caucaia varia em períodos de férias, com a chegada de turistas e veranistas instalados em distritos e praias. Caucaia, além das praias de Iparana, Pacheco, Icaraí, Tabuba e Cumbuco, constitui-se pelos distritos²⁶ de Caucaia, Bom Princípio, Catuana, Guararu, Jurema, Mirambé, Sítios Novos e Tucunduba (IPECE, 2006). Destes, são litorâneos distritos de Caucaia (sede), Guararu e Catuana, sendo que os espaços litorâneos de Guararu e Catuana estão protegidos pelas leis ambientais, por pertencerem às Áreas de Proteção Ambiental – APA e Estação Ecológica (MORAIS, 2010, p.38).

²⁵ IBGE 2016. Acesso em:

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2016/estimativa_dou.shtm>.

²⁶ Perfil básico municipal 2015 - Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE).

Cunha (2016, p. 2) explica que “os municípios de Caucaia e Aquiraz são importantes e estratégicos para o desenvolvimento de atividades de lazer dos fortalezenses”. Ao despontar a atividade turística, na década de 1990, as políticas públicas produzem e reproduzem novos espaços e Fortaleza como Região Metropolitana se consolida com a dinâmica de fluxos e de espraiamento dos municípios vizinhos. Caucaia, município vizinho, extensão da metrópole, amplia sua capacidade de evolução e progresso atraindo fluxos e investimentos para as localidades praianas.

A extensão da Região Metropolitana e as práticas marítimas modernas induzem a migração de parte da população para municípios vizinhos, em busca de lazer, promovem a atividade turística e a vilegiatura marítima, atividades antigas interligadas na contemporaneidade.

Caucaia possui variedades de ocupação do solo, de acordo com a praia. Em Iparana, Icaraí e Tabuba, encontram-se residências para moradia fixa, anteriormente destinadas a veraneio, enquanto Cumbuco possui variedade de equipamentos voltados ao turismo e estabelecimentos de hospedagens turísticas e residências, nova tendência da hotelaria, e também segundas residências.

Núcleo receptor, Caucaia representa lugar de vetores de oferta e demanda. Representa o município que interliga a capital com praias do litoral oeste, com atrativos naturais concernentes à região, serviços turísticos e toda a infraestrutura de apoio para onde flui a demanda. De acordo, com as informações da SETUR/CE 2015, a demanda via Fortaleza compõe-se de 2.989.465 de turistas nacionais; 272.794 de turistas internacionais totalizando participação de demanda em 8,4%, no ano de 2014. A relação entre demanda turística e desembarque de passageiros, no Aeroporto Pinto Martins em 2014, constou de 3.228.000 passageiros (SETUR/CE 2015).

Caucaia recebe e distribui fluxos, e se faz importante e estratégico para o desenvolvimento do turismo da região. Interliga-se com a metrópole não somente pela proximidade, mas também pelos serviços, espaços litorâneos de que dispõe, pelos empreendimentos e investimentos de cunho nacional e internacional. O Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR) considera oferta turística o conjunto de atrativos turísticos, serviços e equipamentos e toda a estrutura de apoio ao turismo de área ou região determinada. Na década de 1990 a praia do Icaraí instalou condomínios voltados para o lazer de segundas residências e exigiu

investimentos de infraestrutura, principalmente de vias de acesso, linhas de ônibus direto da capital, para Caucaia e à praia. Após alguns anos, a erosão tornou inviáveis as práticas marítimas modernas e transformou condomínios em residências de moradia.

A praia do Cumbuco, em Caucaia, encontra-se em primeiro lugar no *ranking* das pesquisas de preferências do Ceará, praia de maior visitação, conforme SETUR/CE²⁷(2015). Tem dinâmica diferenciada, por conter diversidade de serviços, infraestrutura, equipamentos e espaços naturais, para desfrute da prática de esportes radicais e náuticos. *Wind surf, kitesurf* e o próprio *surf*, oferecem passeios de *buggy* sobre dunas. São elementos para desenvolvimento da oferta turística de Caucaia, constituída pelos elementos que passam a produtos turísticos. Para análise, dizem-se elementos tangíveis, considerada prestação de serviços agregados. Os produtos oferecidos, equipamentos de hotelaria, restaurantes, bares, transportes e lazer, são capazes de atrair a visão do turista e tornar o lugar possível destino turístico, além de desenvolver e afluência turística.

O Ministério do Turismo (2016) acredita desenvolver o turismo como atividade econômica sustentável, com papel relevante na geração de empregos e divisas, com inclusão social, e inovar na condução de políticas públicas, com modelo de gestão descentralizado. Impõe o Inventário da oferta, conforme MTUR (2015), que serve de instrumento para conhecimento do governo do potencial turístico do lugar, estabelecer metas e fortalecer os produtos da região, de forma a atender a demanda. São vetores que deslocam pessoas, motivadas pelo desejo. O deslocamento demanda transporte, hospedagem, alimentação, lazer, segurança e outros. Ou seja, a demanda é composta pelos serviços essenciais ou equipamentos turísticos, não bens ou serviços individualizados, sendo bens que se complementam.

Segundo o Ministério do Turismo²⁸, destinos desejados, no Brasil, continuam sendo Rio Grande do Sul, Ceará, Rio de Janeiro e Rio Grande do Norte. Com 46,4% de preferência para os estados da região nordeste, 26,6% para o sudeste e para o sul 21,6% (2015). Assim, os lugares turísticos acabam subordinados às determinações de agências de receptivos, que decidem núcleos receptores e incluí-los em pacotes turísticos, em destaque Caucaia, praia do

²⁷ Secretaria de Turismo do Estado do Ceará, Órgão Estadual com o intuito de elevar e estabelecer o favorecimento no turismo regional.

²⁸ Portal Brasil 14 maio 2015.

Cumbuco, um dos lugares mais visitados, pelos melhores equipamentos e melhor infraestrutura.

Segundo a Secretaria de Turismo do Ceará (2015), a oferta hoteleira, nos municípios do litoral Oeste, em dezembro de 2014, era de 218 meios de hospedagem, 4.017 unidades habitacionais e 9.272 leitos. Com o aumento da demanda, a oferta hoteleira cresceu para recebimento de turistas nacionais e internacionais.

A Tabela 6 apresenta Caucaia, com 43 meios de hospedagem, 1.431 unidades habitacionais e 3.268 leitos, município que se destaca em primeiro lugar na categoria, indicando que, em nenhum tipo de oferta, de meios de hospedagem, unidades habitacionais ou leitos, perde posição para municípios do litoral.

Tabela 6 – Oferta hoteleira nos municípios turísticos do Ceará em 2014

Litoral Oeste	Meios de hospedagem	Unidades habitacionais	Leitos
Acaraú	8	134	244
Amontada	14	201	401
Caucaia	43	1.431	3.268
Itapajé	4	71	211
Itapipoca	17	371	765
Itarema	12	141	277
Paracuru	22	297	729
Paraipaba	19	265	618
Pentecoste	3	68	158
São Gonçalo do Amarante	32	431	1.105
Tejuçuoca	2	34	95
Trairi	40	545	1327
Uruburetama	2	28	74
Total	218	4.107	3.403

Fonte: Adaptado de SETUR/CE 2015.

A relação da motivação da viagem com a demanda turística se entrelaça com fatores da Tabela 7, de acordo com dados da SETUR/CE (2015).

Tabela 7 – Demanda turística via Fortaleza segundo a motivação em 2014

Motivação	Turistas		Perm. (dias)	Gastos (R\$)		Receita Turística		Impacto no PIB (%)
	Total	%		Per capita	Per capita/Dia	R\$ Milhões	(%)	
Lazer/Passeio	1.481.066	45,4	13,6	1.891,25	139,06	2.801,1	45,6	5,4
Visita	623.091	19,1	12,7	1.635,31	128,76	1.018,9	16,6	2,0
Parente/Amigo	685.074	21,0	6,1	2.020,79	331,28	1.384,4	22,6	2,7
Negócios/Trabalho	332.750	10,2	5,9	2.231,88	378,28	742,7	12,1	1,4
Congressos/Eventos	140.277	4,3	11,2	1.320,20	117,88	189,7	3,1	0,4
Total	3.262.259	100,0	11,1	1.881,16	169,47	6.136,8	100,0	11,2

FONTE: SETUR/CE (2015)²⁹.

A Tabela demonstra que 1.481.066 turistas, em 2014, deslocaram-se com intuito de fazer turismo via Fortaleza, pelo período de aproximadamente 13,6 dias, com gastos de R\$ 1.891,25 por pessoa, gerando receita no valor de R\$ 2.801.000,10, com impacto positivo no PIB de 5,4%. Os dados comprovam que as viagens motivadas pelo passeio geram melhores resultados do que as motivações previstas.

A Tabela 8 comprova que é o setor de serviços mais impactante no Produto Interno Bruto de Caucaia, em detrimento dos demais. Na avaliação, o PIB *per capita* de Caucaia tem valor monetário aproximado do PIB *per capita* do estado. A classificação da importância do turismo, em Caucaia, considera as diferenças em dimensões populacionais, demográficas, geográficas, políticas, econômicas e de quaisquer setores.

Tabela 8 – Produto Interno Bruto/PIB de Caucaia em 2012

Discriminação	Caucaia	Ceará
PIB a preço de mercado (R\$ MIL)	3.657.134	90.131.724
PIB <i>per capita</i> (R\$)	10.881	10.473
PIB por setor (%)	100,0	100,0
Agropecuária	0,89	3,38
Indústria	39,52	22,84
Serviços	59,59	73,78

Fonte: IPECE (2015).

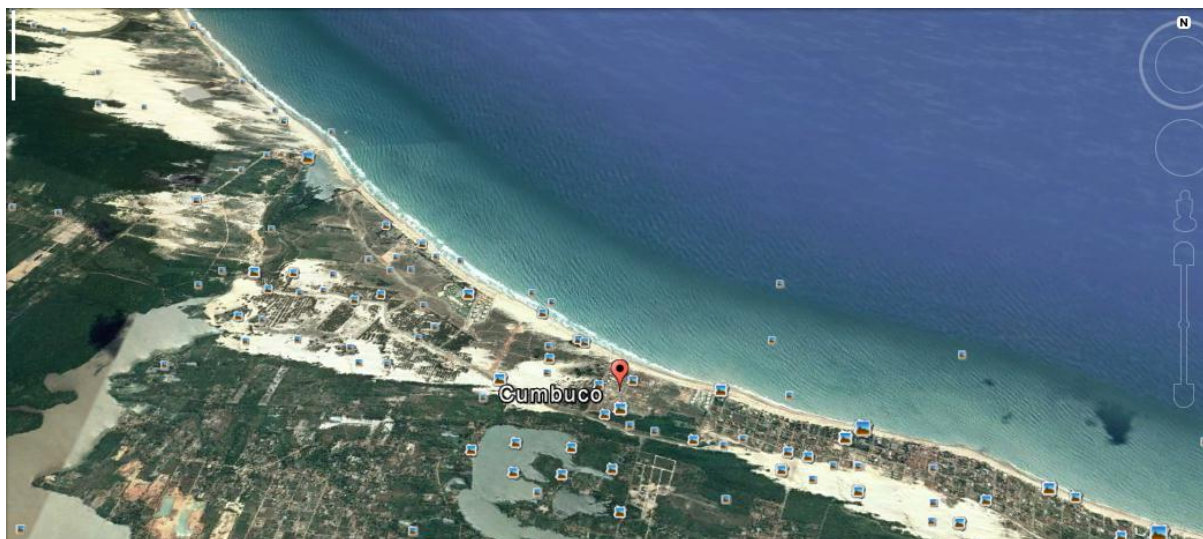
²⁹ Considera-se passeio, as demandas por atrativos naturais, turismo de esporte/aventura, compras, ecoturismo e outros.

Em 2015, o Produto Interno Bruto (PIB) do Ceará apresenta avanço de 1,05%, no primeiro trimestre de 2015, em comparação com o mesmo período de 2014 (IPECE, 2015). O desempenho do estado ocorre em tempos de retração da economia do Brasil, com registro de queda de 1,6%. Segundo o IPECE, a tendência de expansão acima da média nacional é mantida e o resultado decorre do aumento das atividades de turismo e serviços públicos governamentais (3,29%). Os setores do comércio e indústria de transformação tiveram retração. (IPECE, 2015). A renda gerada representa 16,4% no setor de serviços em 2015 (IPLANFOR, 2016).

3 A PRAIA DO CUMBUCO E OS EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS

O Programa de Desenvolvimento de Turismo insere o litoral de Caucaia na atividade que planeja e ordena a praia para o desenvolvimento da atividade e estabelece base de economia local. Nessa perspectiva, o litoral, mais precisamente praia do Cumbuco, é eleito lugar para dar retorno do investimento de forma imediata. É o lugar litorâneo do município de Caucaia, faz parte do roteiro turístico Costa do Sol Poente, idealizado pelo Programa de Desenvolvimento do Turismo – PRODETUR I, em que constam praias de Iparana, Pacheco, Icarai e Tabuba. A praia de Cumbuco (Figura 15) possui cerca de 2.298 habitantes (IBGE, 2011), sendo o distrito sede³⁰ do município.

Figura 15 – Vista aérea da praia do Cumbuco



Fonte: Google Earth (2016).

De acordo com pesquisa da SETUR (2009), entre as praias do litoral, a praia do Cumbuco é a preferida dos turistas (Tabela 9), pesquisa realizada nos anos de 1999 e 2008.

³⁰ Parte da faixa litorânea de Caucaia localiza-se no distrito sede, estendendo-se desde a Barra do Ceará até a Praia das Moitas. Somente uma pequena faixa está localizada nos distritos de Catuana e Guararu.

Tabela 9 – Praias do Ceará preferidas pelos turistas

Praias	Ano	Praias	Ano
	1999		2008
Cumbuco	19,2	Cumbuco	16,1
Canoa Quebrada	15,3	Canoa Quebrada	14,2
Morro Branco	11,7	Jericoacoara	9,5
Porto da Dunas	9,1	Icaraí	8,2
Jericoacoara	7,0	Morro Branco	7,4
Icaraí	4,6	Prainha	5,3
Lagoinha	6,3	Porto das Dunas	4,8
Praia das fontes	4,6	Iguape	4,4
Outras	22,2	Outras	30,1
Total	100,0	Total	100,0

Fonte: Adaptado de SETUR/CE (2009).

A Praia do Cumbuco, em períodos diferentes, se encontra em primeiro lugar na preferência dos turistas, conforme dados da SETUR/CE/2009.

A valorização litorânea do município inicia nas décadas de 1960 a 1970, relacionada às práticas de veraneio das famílias de Fortaleza. No entanto, a partir da década de 1990, dá-se oficialmente a consolidação do município como lugar turístico, devido aos investimentos planejados pelo PRODETUR I, seguidos de investimentos privados.

Cumbuco é o principal destaque turístico de Caucaia e se insere na lógica do turismo convencional e de megaempreendimentos e os critérios contribuem para as instalações. Os loteamentos facilitam a construção de equipamentos maiores, grandes hotéis e resorts; o destaque da praia, no circuito nacional, é fator importante ao estabelecimento dos grandes empreendimentos, entre 1970 e 1980, quando espaços não ocupados, vazios urbanos ou terras de reservas são utilizados. Vazios urbanos, de acordo com Coriolano (2012, p. 312), “existem por razão de proteção de espaços naturais e neste caso são vazios urbanos porque devem ser ambientalmente preservados, e normatizados a partir de leis”. Mas também devem ser expressos como lugares ou propriedades de especulação passíveis de urbanização.

A construção de empreendimentos imobiliários e turísticos é foco de investidores quando da observância do quanto promissora para a atividade é a praia do Cumbuco. Investidores nacionais e internacionais investem no litoral, com imóveis de grande porte, sobretudo com instalação de megaempreendimentos. As mudanças sociais e estruturais, no território do Cumbuco, são resultantes da mudança espacial em São Gonçalo do Amarante, próximo à praia do Cumbuco, coma construção do Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP). Executivos do Porto, muitos de outras nacionalidades, estabelecem residências na Praia do Cumbuco, apropriadas ao lazer.

Caucaia, segundo dados do IBGE (2012), comporta o maior número de residências secundárias no estado, perdendo apenas para Fortaleza, entre os anos de 1980 e 2000. Após o período, quando as segundas residências caem em desuso, Aquiraz passa à frente de Caucaia, no segundo lugar, e deixa Caucaia em terceiro. Fatores vários consolidaram a praia do Cumbuco, nos anos 2000, polo receptor de turismo, tornando-a mais visitada do Ceará, depois de Fortaleza, na Região Metropolitana. A Figura 16 apresenta parte da beleza da praia do Cumbuco à beira-mar.

Figura 16 – Praia do Cumbuco/Caucaia



Fonte: Própria autora (2016).

Fez-se destino de visitação preferido no circuito, e devido à diversidade de atrações em um só lugar, identificam-se variedades de segmentos turísticos além do predomínio do turismo de sol e praia. Coriolano e Silva (2005) apresentam estudos sobre turismo alternativo no Cumbuco como estratégia de sobrevivência dos com menores condições econômicas, na cadeia produtiva, é o caso dos bugueiros da Cooperativados Condutores de Veículos para Passeios Turísticos (COOPTUR). A praia forma-se de espaços originais para práticas de esporte náutico e é cenário de competições internacionais de *kitesurf*, esporte seletivo do turista de elite. A Figura 17 apresenta prática do *Kitesurf*, esporte que se adapta aos ventos e espaço na praia do Cumbuco.

Figura 17 – Kitesurf



Fonte: tripadvisor.com.br (2014).

O esporte é praticado também nas limitações da Praia do Cumbuco (Figura 18), em Barra Nova, a poucos metros.

Figura 18 – Kitesurf em Barra Nova nas limitações do Cumbuco



Fonte: Própria autora (2016).

De acordo com o portal do Cumbuco (2016), além de esportes náuticos, oferecem-se passeios de *buggy* (Figura 19) pelas dunas, passeios de jangada, quadriciclo, a cavalo ou jumento e “skibunda” descida das dunas sobre pequena prancha de madeira, até ao encontro das águas. Os de *buggy* seguem um trajeto, caso o turista queira sair da lagoa de Parnamirim em direção à do Banana. São passeios oferecidos “com emoção” ou “sem emoção”, com preços predeterminados e motoristas com experiência, da cooperativa dos bugueiros.

Figura 19 – Passeio de buggy



Fonte: guiadasemana.com.br (2016).

Chamado pelo cliente à cooperativa dos bugueiros, o motorista vai ao encontro do turista para a aventura (Figura 20) em frente à Barraca Restaurante Velas do Cumbuco.

Figura 20 – Encontro em frente à barraca restaurante velas do Cumbuco



Fonte: Própria autora (2016).

A praia apresenta variedades de aventura, a quem prefere correr risco e ter emoções.

Na Figura 21, passeios de jangada, eleito pelos turistas como um dos melhores e aventureiros, de acordo com relatos: “nos sentimos como uma folha no meio das ondas. É maravilhoso!”.

Figura 21 – Passeio de jangada



Fonte: Própria autora (2016).

Os que gostam de aventura diferente, em solo firme, como para usufruto da natureza, optam pelo passeio de jumento ou a cavalo: os animais ficam com os guias à beira mar (Figura 22), à espera de oportunidade.

Figura 22 – Passeio de jumento e cavalo



Fonte: Própria autora (2016).

Para a SETUR (2015), o turismo interno é praticado pelos turistas oriundos de outros estados, principalmente do Sudeste, em especial São Paulo, e o externo é para prática de esporte náutico, e o segmento de sol e praia, em grande parte, para turistas europeus. Cumbuco está incluído em roteiros divulgados pelo *site* do Ministério do Turismo (2009), como intermediário de visitação do litoral brasileiro.

Em 2007, a Superintendência do Meio Ambiente do Ceará (SEMACE)³¹ emitiu 22 licenas para construo de empreendimentos em Caucaia, das quais, 18 no litoral, ou seja, 82% de cinco lugares litorâneos. De 14, para complexos hoteleiros e pousadas, todas na praia do Cumbuco, que concentra 63,3% de licenas de empreendimentos no município, com destaque do turismo. Diante da busca por espaos para a construo de equipamentos ou instalaoes, principalmente de complexos hoteleiros/*resorts*, investidores estrangeiros preferem áreas litorâneas, de forma a se efetuarem negócios e parcerias com o estado e, por decorrência, com o litoral de Caucaia. Estabelecem-se assim, relaoes de negócios e vínculos com turismo de negócios, no município de Caucaia.

Cumbuco, praia “extrema do litoral de Caucaia e menos ocupada” (ARAÚJO, 2013) tem a lógica da segunda residência, de acordo com a SETUR (2016), um dos principais destinos turísticos da região metropolitana de Fortaleza, e, na década de 1980, lugar de veraneio litorâneo,   divulgada como uma das praias mais importantes do litoral oeste. Nas décadas de 1990 a 2000, para Coriolano (2006), a atividade turística do estado se consolida e ampliada nacionalmente. Com a especulao imobiliária latente, o mercado internacional v  a praia do Cumbuco lugar propício   instalao de grandes empreendimentos de porte internacional, pautados em recursos naturais do lugar.

Os empreendimentos atraem investimentos na construo de grandes complexos de lazer, caso do Cumbuco Golf Resort (2011)³², instalado na Barra do Rio Cauípe, do grupo Vila Galé Sociedade de Empreendimentos Turísticos S.A. De acordo com a SETUR (2010), a construo contribui para o aumento de fluxos para a região. O grupo lana *VG Sun*², ao lado do Vila Galé Cumbuco, projeto que conta com servios exclusivos do hotel. Destina-se aos turistas, mas também abriga

³¹ Superintendência do Meio Ambiente do Ceará, 2007.

³² Vila Galé Disponível em: <<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/negócios/vila-gale>>. Acesso em: 13 jan. 2017.

primeiras e segundas residências de executivos do porto do Pecém, no município de São Gonçalo do Amarante, nas proximidades do Cumbuco.

Ressalta-se que o Vila Galé³³ é o segundo maior grupo hoteleiro de Portugal que, além de investimentos no Ceará, possui *resorts* nos estados da Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco, sete empreendimentos entre hotéis, *eco resorts* e *resorts*, conforme informação no site do grupo, o que comprova interesse estrangeiro sobre áreas naturais litorâneas do país, e faz reverberar interesses econômicos acima de interesses socioambientais.

Duro Beach Hotel Restaurante e centro de *Kitesurf* ideal para quem busca esportes radicais. Empreendimentos como Carmel Cumbuco Resort, possuidor de centro fitness e acomodações luxuosas, frente ao mar, e *Wai Wai Cumbuco EcoResidence*, empreendimento inovador e sustentável da região, contêm *fitness center*, *spa*, restaurantes e luxo para atendimento das necessidades de classe econômica abastada.

O sistema oficial do Ministério do Turismo, CADASTUR (2016), apresenta apenas cinco meios de hospedagem cadastrados: pousada Durobeach, Pousada Brasita, Vila Galé Cumbuco, Bada Hostel, Onna Beach Cumbuco. Conta com barracas de praia, restaurantes e bares para atender a demanda, não somente durante o dia, mas à noite, de forma a atender exigências de público não somente nacional, principalmente estrangeiro.

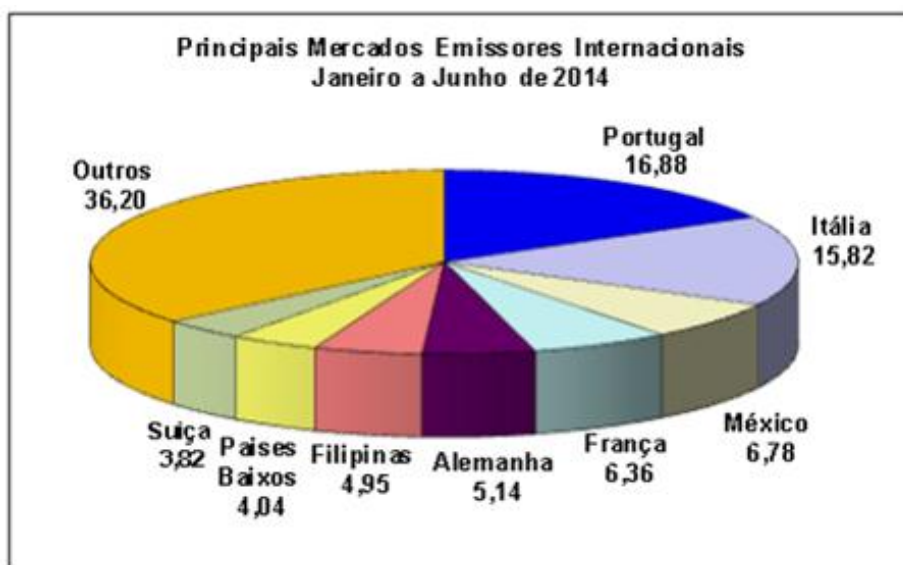
A Secretaria de Turismo do Ceará SETUR (2016) divulga que o fluxo de estrangeiros, pelo Aeroporto Pinto Martins e terminais do Porto do Pecém e Porto do Mucuripe, cresce em 21% nos meses de janeiro a junho de 2015, em comparação com o mesmo período em 2014. Turistas que desembarcam no aeroporto representam crescimento de 16% e turistas marítimos representam crescimento de 69%. A via aérea, em Fortaleza, tem voos diretos atualmente da Argentina, Alemanha, Colômbia, Cabo Verde, Estados Unidos, Itália e Portugal, o que significa 52% de visitantes (SETUR, 2015). Conforme perfil do turista, a maioria é de europeus, sendo a Itália o principal emissor, com 19%; Portugal, 18,9%; Alemanha 8%, França 7,4%.

Os Gráficos 1 e 2 apresentamos principais mercados emissores internacionais para o Ceará, em períodos respectivos de Janeiro a Junho de 2014 e

³³ Grupo Vila Galé: <http://www.vilage.com/pt/hotéis>

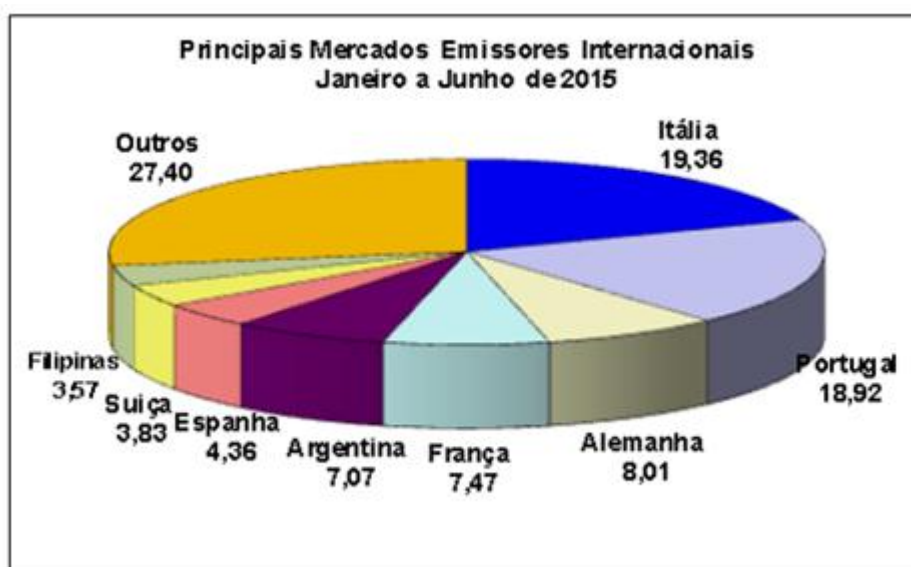
2015. Demonstram crescimento, em percentual, de recepção de turistas internacionais, tendo Portugal, Itália e Alemanha como maiores emissores internacionais. Nos países do Gráfico 2, aumenta o volume de turista para o Ceará em 2015, bem como parcela de países aleatórios fica diminuída. Filipinas é o único país-arquipélago com o número de turistas reduzido em percentual.

Gráfico 1 – Principais mercados emissores internacionais para o Ceará/2014



Fonte: SETUR/CE (2015).

Gráfico 2– Principais mercados emissores internacionais para o Ceará/2015

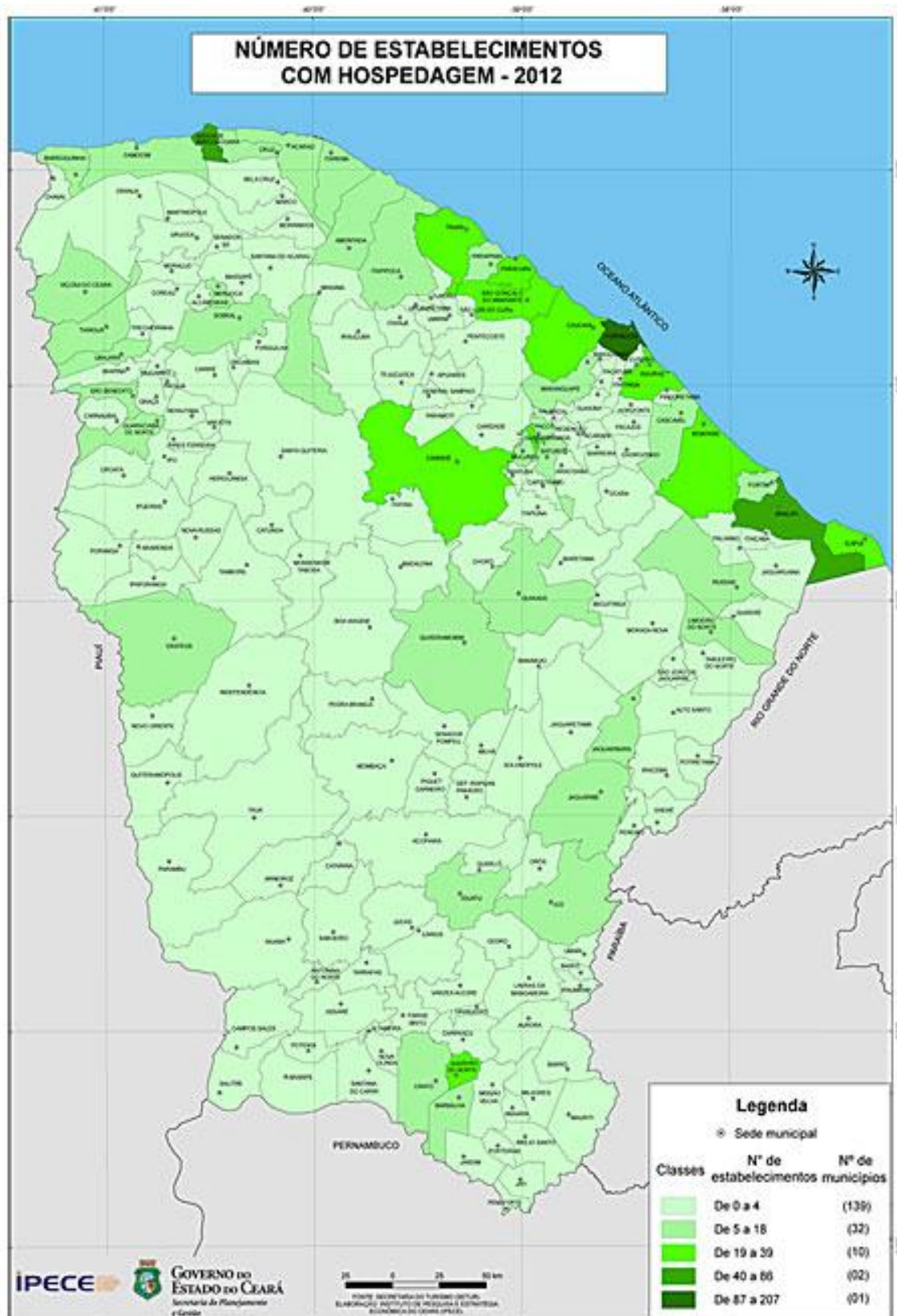


Fonte: SETUR/CE, 2015.

Conforme pesquisa da SETUR/CE (2015) maior parte de turistas estrangeiros (71,6%) hospedam-se em hotéis, flats, pousadas, resorts e albergues,

outros ficam em casa de parentes e amigos. A Figura 23 demonstra o número de estabelecimentos com hospedagem em 2012, no Ceará.

Figura 23 – Número de estabelecimentos com hospedagem em 2012



Os órgãos responsáveis pelas construções, Secretaria de Infraestrutura (SEINFRA), Instituto do Meio Ambiente (IMAC) e Superintendência Estadual do Meio Ambiente (SEMACE) permitiram, ao longo dos anos, a instalação de equipamentos, na praia do Cumbuco, que comprometeram a estabilidade dos ecossistemas e do ambiente. Por se tratar de região exposta à forte especulação imobiliária, a fiscalização é de difícil prática por predominantes, muitas vezes, interesses políticos, em detrimento de questões ambientais.

3.1 DE COLÔNIA DE PESCADORES A NÚCLEO RECEPTOR DE TURISMO

A praia do Cumbuco fora colônia de pescadores, casas de palha, na década de 1950, em meio a dunas e região desértica, tinha como principal atividade econômica a pesca, no mar e lagoas próximas, desaparecidas com o tempo, soterradas por processos naturais. O acesso a Caucaia se dava pelo litoral. Até a década de 1920, a Praia era deserta e de difícil acesso e os pescadores de Fortaleza e de outras regiões se deslocavam para morar no lugar de abundante pesca.

A ocupação se fez não somente pelos pescadores nativos, mas pelos oriundos de outros mares, pelos indígenas e imigrantes do interior do estado, fugidos da seca e de conflitos. Embora a pesca tenha sido vetor responsável pelo assentamento da população, o desenvolvimento é instável e oscila entre momentos favoráveis à economia e desfavoráveis. Diegues (1995) comenta que pescadores, em ambiente de perigo, risco, mobilidade e mudanças físicas, formam comunidades marítimas.

Estas estão relacionadas com o distanciamento da “terra” enquanto lugar de trabalho e vida e com a apropriação econômica e sócio cultural do meio marinho, onde os pescadores, tanto artesanais quanto os vinculados à pesca passam parte considerável do tempo (DIEGUES, 1995, p.19).

Na época colonial a Coroa Portuguesa, no intuito de apropriação e defesa de terras, ocupa, de maneira pontual, o litoral. Como a Marinha não dispunha de condições para proteção do território, a alocação de comunidades pesqueiras desempenha a função, pois, em caso de conflito, as colônias de pescadores faziam a defesa. Cumbuco Velho, na época, tinha casas precariamente construídas com madeira e palha, compunha-se de lagoas Inter dunares, com peixe em abundância,

áreas vazantes aproveitadas para cultivo de batata, milho, feijão, arroz e do necessário à subsistência familiar. Usava-se a terra também para criação de animais de pequeno porte, galinha, porco e outros. As atividades mantinham-se pelas famílias que, em períodos do ano, devido ao mar revolto, tinham dificuldade com a pesca. De acordo com Cavalcante, 2012,

Algumas lagoas, em processos naturais eram soterradas pelas dunas; todavia com o início da terraplanagem, em 1977, para a construção da Vila e dos loteamentos, as dunas foram aplainadas e parte da areia foi usada para o aterramento de grande parte das pequenas lagoas. (CAVALCANTE, 2012, p.46).

Após a consolidação da construção da Vila de Pescadores famílias migravam para a praia pela oportunidade de subsistência. Mesmo com a organização do espaço pelos loteamentos, segregação espacial preexistente verifica-se entre nativos e veranistas e, logo depois, entre moradias e segundas residências.

Na década de 1970, mais precisamente em 1972, o engenheiro e investidor João Bosco Aguiar Dias, conhecendo a região e possibilidade de ocupação e urbanização, inaugura Cumbuco Empreendimentos Ltda. e logo inicia a construção da Vila, segundo Cavalcante (2012), instalada em 1978. Até esse momento, o Cumbuco reconhecia-se pela Capitania dos Portos como Capatazia da Colônia de Pescadores da Barra do Ceará. As “Colônias de Pescadores” foram criadas em 1922, pela lei federal, com estrutura semelhante às “guildas”³⁴ espanholas, podendo exercer a profissão somente pescadores das respectivas colônias (DIEGUES, 1995). Em 1996, a reportagem “Um homem cultiva as terras do mar” descreve-o como visionário audaz, capaz de naturalizar a paisagem costeira. Em 1977, havia 120 famílias registradas que mudaram para ali fazerem morada, conforme Pinho (1981).

Dona Regina (Figura 24) conhecida como “mãe do Cumbuco”, senhora parteira de 57 anos, moradora da Vila do Cumbuco (jan., 2017), é uma das intermediadoras junto à comunidade com o empresário João Bosco, nas negociações de transformação da Colônia de Pescadores para Vila do Cumbuco.

³⁴ Guildas: tipo de associação que na Idade Média, nos países europeus, agregava pessoas que possuíam interesses comuns, com o propósito de oferecer segurança e assistência aos seus membros.

Figura 24 – Dona Regina

Fonte: Própria autora (2016).

Dona Regina faz o seguinte relato:

Dr. Bosco, chegou ao Cumbuco, na década de 1970, época em que as casas eram todas de palha, na colônia de pescadores, sugerindo transportar estes moradores para um lugar próximo, a uma região chamada Caranguejo. Eu falei com o capitão e perguntei: Doutor, como é que os pescadores vão viver no cabo da enxada? Porque eles vivem é da pescaria, não tem condições de sobreviver”. “Quem vive da pescaria não tem poder no cabo da enxada. O peixe é uma coisa tão sagrada que o pescador ia para o mar, pescava os peixes, vendia e comia com a família”. O capitão concordou com o que ouviu e passou a informação para Dr. Bosco, “uma das melhores pessoas que estive na nossa comunidade se chama Dr. Bosco.

As mudanças inicialmente se deram pela alteração de tamanho das moradias, de único compartimento, em que se alocavam as “coisas dos pescadores”. Vendo o espaço pequeno e carente, Dr. Bosco disse: “vamos fazer uma colônia de pescadores aqui, grande”. Tratava-se de posto de saúde e colônia de pescadores. “A Colônia de pescadores atual tem a pracinha, mas a antiga colônia é onde se encontra a maternidade”. A maternidade do Cumbuco fez-se para a comunidade, com sala de parto. Entretanto a colônia acabou por “desmanchada” e construída vila de casas (1982) para moradores unicamente de Cumbuco.

Na opinião de D. Regina, João Bosco ajudou muito, porque os pescadores não tinham condições de investimento em melhores residências, hoje, de acordo com as mudanças, e possuem residências melhores. Na fala da moradora, líder no Cumbuco, turismo, é uma atividade que traz pontos positivos, geração de emprego e capital circulante, dando condições melhores de sobrevivência aos moradores. Havia barracas de praia alugadas e, por consequência, oferta de emprego a residentes, com melhoria de vida: “foi um grande benefício para a comunidade”. Ponto negativo atribui-se aos próprios moradores que “abriram as portas e venderam os quintais, os terrenos, as moradas aos portugueses, aos estrangeiros”, transformando a vila em lugar não mais somente da comunidade, mas de estrangeiros estabelecidos em pousadas com pontos comerciais.

A ocupação pelos estrangeiros é tratada como aspecto negativo e de responsabilidade dos próprios cumbuqueiros, o que trouxe grande preocupação, no que diz respeito às intenções dos novos residentes, afirma D. Regina. Indagada sobre valores oferecidos pela compra de casas e terrenos, a senhora afirma que, na época, foram bem vendidos, na medida em que se construíram casas para os filhos e para si próprios. Não mais em Cumbuco e sim em regiões próximas, Parazinho e Tabuba, ou seja, os pescadores foram expropriados de suas terras.

De acordo com Pereira (2013, p. 8), João Bosco apresentava-se como benfeitor e ecologista, proprietário de parte de terras e buscava estratégias para diferenciar a praia do Cumbuco da do Icaraí, antes do Cumbuco. Iniciavam, no momento, os loteamentos à beira-mar. Na época, o empresário João Bosco convence pescadores a cederem residências de palha e madeira e mudarem para casas de alvenaria, tirando do lugar cerca de 80 pescadores: expropriação sem grandes problemas, estratégia para passar por bom e não por especulador. De acordo com Pereira (2013), o engenheiro se autodenominou de “primeiro projeto de desfavelamento do litoral”. No entanto questiona-se a propriedade das terras, e Pinho, conforme pesquisa realizada, afirma que:

A Marinha do Brasil, sob o Decreto-Lei nº 9.760 de 15 de setembro de 1946 afirma pertencer-lhe as terras que vão até 33mt de linha preamar e acrescidos, podendo na prática chegar até 100 ou 200mt de orla. A Cumbuco Empreendimentos solicita então, que a União fizesse a demarcação das terras naquela praia (PINHO, 1981, p.23).

A construtora informa oficialmente que o restante das terras “era fazenda abandonada, mas possuía escritura desde 1848 e que era dividida em duas partes, Parnamirim e Jabaquara, antes pertencentes à Caetana Tereza das Maravilhas”. (CAVALCANTE, 2012)

Assim construíram-se casas, na Vila do Cumbuco, somente para pescadores, em estilo rústico, bem como loteamento do restante da Praia do Cumbuco³⁵. Antes, existiam relatos de conflitos entre empreendedor e cumbuqueiros, embora o *marketing*, em favor do Cumbuco, atuasse positivamente por meio da mídia e do próprio construtor. As escrituras das novas casas dos pescadores constam como doação, mas os pescadores destacam que as casas não foram doadas e sim trocadas ou compradas por “pouco mais” ou “nada”, de acordo com Pinho (1981, p.16-17). O empreendedor mantinha controle sobre pescadores interferindo no modo de vida e hábitos, quando muitos, além de manter a pesca, faziam-no com a criação de pequenos animais, o que para ele era reprovável, bem como construção de barraca de palha para venda de comida e bebida aos frequentadores da praia. Ocorre a transformação do Cumbuco, com a Vila de Pescadores, e o lugar valoriza-se, sendo vendido como paradisíaco. As ideias eram transmitidas a turistas e investidores.

Decorridos alguns anos, no final de 1980, João Bosco investe no projeto que lançaria a praia do Cumbuco no cenário internacional, que passa a atrair turistas europeus, frequentadores da Côte d’Azul, para o Brasil. País tropical, de calor, sol e clima constantes. O projeto denominava-se *Saint Tropez des Tropiques*, estrutura hoteleira que oferecia bangalôs para acomodação, lago artificial e restaurante, ambiente próprio para recepção dos que exigem luxo em hospedagem em megaempreendimentos europeus. De acordo com Gonçalves (2007), “o *Saint Tropez des Tropiques* foi criticado por transformar a praia do Cumbuco em colônia de férias exclusiva para europeus, em especial franceses”.

O hotel *Saint Tropez des Tropiques* (Figura 25) tinha formato de cabana e bangalô, que fazem referência às antigas moradias dos pescadores da Vila, com suas casas de teto de palha.

³⁵ Até os finais da década de 1980, com a consolidação do Loteamento do Cumbuco a partir da efetiva ocupação por famílias de elevados níveis de renda da capital cearense, o Cumbuco parecia caminhar para uma realidade próxima da praia do Icaraí, mesmo que de maneira mais seletiva, pois esta possui valorização associada à classe média de Fortaleza. Todavia, nos finais da década de 1980 e principalmente nos anos de 1990 a 2000 o Cumbuco passa a ter valorização associada ao turista e investidor estrangeiro. (CAVALCANTE, 2012, p. 80)

Figura 25 – Hotel Saint Tropez des Tropiques



Fonte: O POVO (1989).

O projeto não evoluiu, resultando em ruína e espaço inacabado. Obra de grande porte exige capital estrangeiro, principalmente dos franceses. Infraestrutura de apoio, comunicação, via de acesso, saneamento básico, segurança eram inexistentes para fazer prosperar projeto do porte. Mesmo assim, o fracasso não inviabilizou a ocupação e reconhecimento da praia do Cumbuco, como núcleo receptor do turismo nacional e internacional. O empreendimento teria prosperado, na década de 1990, quando o Estado opta pela atividade turística.

Nas décadas de 1970 e 1980, a Praia do Cumbuco era um vazio urbano, ou terra de reserva que, em processo de descoberta e ocupação, determina a instalação de empreendimentos, e preconiza-se o veraneio que, vinculado ao turismo convencional, torna-se fator importante na consolidação de equipamentos. “Cumbuco era a parte mais extrema e menos ocupada do litoral de Caucaia” (ARAÚJO, 2013). A ocupação avança e aloca-se uma variedade de equipamentos, em relação às demais praias, com a concentração de 50% do total que, juntamente com a praia da Tabuba, formam destino turístico obrigatório da RMF: 75% dos empreendimentos, de acordo com Araújo (2011).

A paisagem natural da praia, dunas, a Vila de Pescadores, coqueiros e casas de veraneio serviram de cenário para filmagem de novelas e filmes, o que divulgou a praia como uma das mais belas do litoral, que comporta também as mais belas casas de veraneio da costa litorânea do Ceará. A projeção fez parte da

construção da imagem turística baseada no *marketing* e propaganda que destaca Cumbuco destino, aliado ao processo de divulgação propício aos segmentos de aventura, de esporte e de sol e praia, foco principal. Na década de 1990, com o consumo das casas de veraneio no apogeu, a Praia consolida-se como alvo da atividade, transformando-se em destino, frente às transformações espaciais e diversidade de atratividades. A articulação, entre a Metrópole e Caucaia, promove a urbanização litorânea e, por consequência, a instalação de primeiras e segundas residências e, a seguir, instalação de empreendimentos. Os novos espaços litorâneos são produzidos para práticas de lazer.

A divulgação da Praia do Cumbuco é resultante de investimentos estatais e privados, na década de 1990, contribuindo para a visitação de turistas nacionais e internacionais, com grande número de estabelecimentos hoteleiros, pousadas, delas familiares, hotéis, *resorts*, *condoresorts* e complexos turísticos.

3.2 SEGUNDAS RESIDÊNCIAS E LAZER

Uso e ocupação do espaço litorâneo para lazer de residentes antecedem a atividade turística. As casas de veraneio reconhecem-se entre denominações, como residências secundárias ou segundas residências. Na década de 1980, o litoral passa a ser ocupado com a construção das residências e Seabra (1979) define casa de veraneio.

É uma modalidade de alojamento para população diferenciada em termo de poder de compra. Diferenciada pelo fato de poder possuir segunda residência para fins de semana, férias e que é também alternativa de investimentos (SEABRA, 1979, p.19).

No Brasil, de acordo com Tulik (2001), residência secundária ou segunda residência são denominações comumente aplicadas às propriedades particulares utilizadas temporariamente pelas pessoas que têm residência permanente em outro lugar. Segundas residências são lugares de descanso ou lazer, devendo ser de uso esporádico. O vínculo com o lugar estabelece a característica de segunda residência. Coriolano (2001, p. 121) esclarece que a “afinidade, afeição, conhecimento e apego são o que define lugar” e “não lugar”, de acordo com Augé (1994, p.15 *apud* CORIOLANO, 2001, p.121), é diametralmente oposto a lar, residência, a espaço personalizado. De acordo com Fonseca e Lima (2012):

Os usuários de segundas residências diferem dos turistas propriamente ditos na medida em que o retorno frequente a uma dada localidade possibilita a criação de vínculo territorial que se expressa de distintas formas: vínculo afetivo e psicológico com o lugar, sendo esta uma das distinções mais importantes entre o usuário da segunda residência e o turista; vínculos de vizinhança e sociabilidade com outros usuários de segundas residências e moradores locais (FONSECA; LIMA, 2012, p.13).

Segunda residência define-se por diversos fatores, com a finalidade de lazer e tempo livre, condições essenciais para usufruto do alojamento; e temporalidade, vez que ninguém mora em segunda residência permanentemente; disponibilidade financeira é fator relevante, e que ninguém adquire ou mantém segunda residência sem condição financeira. Deslocamento e manutenção do imóvel requerem condição; a propriedade do imóvel faz-se domicílio particular, pertencimento, embora o fato não deva estar ligado ao conceito operacional de segunda residência; vínculo entre usuário e lugar da segunda residência, regularidade entre saída, chegada e retorno do usuário da residência. (TULIK, 2001).

O Censo demográfico brasileiro de 1970 registra o que se entende por residência secundária, incluída entre “domicílios fechados”. Essa é a categoria adotada pelo IBGE, atribuída a domicílios cujos proprietários não estão presentes, ao tempo da pesquisa.

Em 1980, o IBGE denomina residência secundária “domicílio de uso ocasional” e não “domicílio fechado”, como antes chamado. No entanto, mantém a condição de somente computar domicílio, caso o proprietário esteja ausente ou o imóvel, fechado. A partir de 1991, domicílio passa a ser contabilizado pelo IBGE, na data do Censo, ainda que os proprietários estejam no imóvel. É importante ressaltar que, a partir da década de 1980, a criação da categoria “domicílio de uso ocasional”, pelo IBGE, representa avanço metodológico, na contabilização de residência secundária, no Brasil. É condição de uso o que define o tipo de domicílio como residência secundária. Conforme Abreu e Vasconcelos (2014, p. 342) segundas residências são “habitações cujo uso é eventual, as quais, portanto, não se constituem suporte da vida cotidiana”. No final dos anos 1970 e início dos anos 1980, a cultura da segunda residência se instala no litoral cearense, fato que desencadeia problemas fundiários na região, também é época em que ocorrem mudanças de padrão socioeconômico da população, e Singer (1986) tece o seguinte comentário:

Houve diminuição de pobreza no Brasil, ocorre afirmação da classe média, pessoas que até então não tinham acesso aos bens duráveis de luxo como automóveis, aparelhos de som, passam a tê-lo. As famílias ricas ficam cada vez mais ricas, crescendo a demanda para o exterior. São também dessa época a construção de cidades de veraneio no litoral, nas montanhas e a utilização de casa de luxo (SINGER, 1986, p.40).

Com a finalidade de lazer, com aproveitamento de tempo livre, a busca pela natureza e usufruto de momentos de descanso e tranquilidade, longe dos aglomerados urbanos, conduzem à busca de espaços para construção de segundas residências e conseqüente especulação e valorização de áreas litorâneas. De acordo com Monteiro (1981 *apud* Luchiari, 1998):

A história das residências secundárias mostra a valorização das paisagens litorâneas, onde esse fenômeno primeiro se iniciou e ainda hoje se faz presente transformando lugares selvagens, inabitados, ou com populações tradicionais, em centros de turismo de massa ou em refúgios do turismo de elite (MONTEIRO 1981 *apud* LUCHIARI, 1998, p.113).

O fenômeno de segundas residências é relevante não somente no litoral, mas em regiões não banhadas pelo mar. No entanto a construção de segundas residências expande-se no litoral, nas proximidades da região metropolitana, Praias do Icaraí e Cumbuco, pertencentes ao município de Caucaia, litoral leste, Praias de Iguape e Prainha, do município de Aquiraz. O fenômeno de segundas residências deixa de ser aprofundado, neste estudo, por relacionar-se com o objeto, mas não foco da questão. A prática de construção de segundas residências, para estada temporária, é atividade que antecede o turismo. E, de acordo com Pereira (2012), a atividade ressignifica a paisagem litorânea como lugar de lazer e diferenciação urbana. Ocorre novo delineamento da zona de praia, desencadeado pela busca de lazer e veraneio marítimo que, posteriormente, gera nova lógica em planejamento, estratégico e político, de dadas regiões. A reconfiguração do lugar é o início da urbanização.

Sob o ponto de vista econômico, compradores de segundas residências arriscam a compra de imóveis com finalidade que não é lazer, mas investimento. Característica de investidores nacionais e estrangeiros, a aquisição do imóvel passa a ser negociada com agências e imobiliárias no sentido de promover locação para residente e turista, para obtenção de rendimentos anuais. A expansão de construção de domicílios vincula-se a investimentos de empresários do setor imobiliário que encontram oportunidade de negócios com construção de imóveis, segundas residências e outros, com finalidade de alojamento. O processo de parcelamento e

loteamento dos terrenos litorâneos eleva a categoria da praia do Cumbuco. A corrida imobiliária provoca nova organização espacial, atraindo para o novo espaço, restaurantes, bares, hotéis, pousadas e *resorts*. Surgem novas estruturas, condomínios fechados horizontais que oferecem serviços de refeição, academia, *spa*, segurança privada, lazer, entretenimento, comércio, entre outros. Os *condoresorts* são empreendimentos que se enquadram na categoria, pautados juntamente com *resorts*, no ideal de natureza refeita.

Importante ressaltar que a corrida imobiliária e loteamento, ao longo do litoral, de forma, muitas vezes, desordenada, provocam questões a serem tratadas, com impactos ambientais que, sob competência municipal, deverão resguardar o ambiente, por meio dos órgãos competentes.

A praia do Cumbuco se beneficia com investimentos internacionais associados a instalações imobiliárias direcionadas à atividade turística, mas também com a instalação do Complexo Industrial e Portuário do Pecém³⁶. O fato promove a busca por imóveis para residência de profissionais do alto escalão das empresas e imóveis mais simples para acolher demais trabalhadores. Segundas residências, antes utilizadas para veraneio ou turismo, tornam-se residências permanentes de executivos prestadores de serviços das empresas e parte do Complexo Industrial. O fluxo de pessoas, empresas e empreendimentos de médio e grande portes para atender a demanda do Pecém, em São Gonçalo do Amarante, reverbera, no município de Caucaia, na Praia do Cumbuco, refletindo resultados que vão além da qualidade turística ou do lazer de Cumbuco.

3.3 OCUPAÇÃO TURÍSTICA DA PRAIA DO CUMBUCO

A ocupação da praia do Cumbuco se dá em tempos remotos pelos nativos da região que, nos primórdios, vivem da pesca e pequena agricultura, posteriormente pelo deslocamento de pescadores oriundos de Fortaleza. Em 1920, de acordo com Pinho (1981), o pescador deixa a praia de Iracema e se desloca à do Cumbuco, insatisfeito com a vida. Nessa década, dá-se início à ocupação da praia de Iracema pelas famílias abastadas, para construção de casas de veraneio à beira-

³⁶ Localizado no município de São Gonçalo do Amarante, vizinho ao município de Caucaia.

mar, em que residentes da metrópole se apropriam de novos costumes oriundos da Europa que são práticas de banho de mar com fins terapêuticos (DANTAS, 2002). A apropriação do espaço litorâneo é promovida, inicialmente pela elite, decorrente dos novos hábitos.

Anos depois, em 1950, conforme Dantas (2002), no litoral de Caucaia, praia de Iparana, dá-se a construção do Serviço Social do Comercio – SESC, primeiro empreendimento de veraneio no município, hoje transformado em Colônia Ecológica do Sesc Iparana. Assim, interesses chegam à área que não representam a ocupação para moradia, e sim para lazer. De acordo com Campos (1989), na década de 1970, veranistas iniciam a construção de segundas residências, em espaços litorâneos que não Fortaleza. Insatisfeitos com o estado das praias da metrópole pela poluição, se deslocam para praias vizinhas, caso de Icaraí e Cumbuco, em Caucaia, e praia do Iguape em Aquiraz (DANTAS, 2002).

Lembre-se que práticas marítimas modernas se efetivam pela busca e apropriação de espaços litorâneos, fato que antecede e promove a ocupação turística. Descoberto o litoral para fins terapêuticos, segue lenta modificação de atitude e interesse da sociedade. Inicia-se pela busca de lazer, em ambientes praianos onde as famílias usufruem do espaço em segundas residências. O passo seguinte é a descoberta do litoral pelos turistas.

No entendimento de Gormsen (1989, p.78), segundo análise em espaço turístico mexicano, existem três fases de desenvolvimento de ocupação: primeira fase realizada pelos pioneiros do lugar que, por caminhos difíceis, conformam-se com alojamentos modestos; segunda fase, demanda e iniciativa privada, com investimentos nacionais e estrangeiros, empreende-se a construção de hotéis de baixa e média categorias, ao mesmo tempo que se constroem segundas residências; e terceira fase são investimentos em grandes projetos, com base em iniciativas provenientes do estado.

A análise diferencia-se dos costumes no Brasil, uma vez que se entende que, em primeira fase, o espaço é descoberto, ocupado pelos nativos; na segunda, a descoberta se dá pelos veranistas residentes, na proximidade do lugar, e somente na terceira fase ocorrem investimentos públicos e privados para aplicabilidade de infraestrutura e empreendimentos hoteleiros, de baixo, médio e grande portes, para atender a turistas nacionais e internacionais. Como acontece no Ceará, quando da descoberta da praia do Cumbuco, inicialmente pelos pescadores, depois o Sr. João

Bosco constrói a vila de pescadores e efetua o loteamento para construção de segundas residências. A partir da década 1980, iniciam programas de investimento do turismo que dão suporte financeiro e estrutural, quando Caucaia é, desde o início, beneficiada pelos programas de desenvolvimento de turismo.

De acordo com Santos (1994, p.44), “lugar é o encontro entre possibilidades latentes e oportunidades preexistentes”. A praia do Cumbuco é um lugar que a atividade turística viabiliza, com possibilidade de contribuição do desenvolvimento. Diz Yi-Fu Tuan (1983, p.4) que “lugar” e “espaço” são termos familiares que indicam experiências comuns. “Os lugares são centros aos quais atribuímos valor, onde são feitas as necessidades biológicas de comida, água, descanso e procriação”. Na concepção de Santos (2005, p.158) “lugar define-se como funcionalização do mundo e é por ele (lugar) que o mundo é percebido empiricamente”. O lugar Cumbuco é parte do litoral com relevante importância, em decorrência da implantação dos programas de manutenção de turistificação no estado. A cultura do Cumbuco, com a Vila de Pescadores e modo de vida, favorece a identidade da praia. Conforme Coriolano (2001, p. 114), “os lugares históricos que guardam suas memórias são considerados mais importantes para o turismo”.

A paisagem (Figura 26) é de importante para a atividade turística, sendo um dos principais atrativos do segmento de natureza do turismo litorâneo que compreende sol e praia, rural, turismo de aventura, desportivo, de pesca, entre outros. Santos (2012, p.61) diz que “a sociedade produz a paisagem, mas que isso jamais ocorre sem mediação. Por ser bem natural, transformador e de transformação, a paisagem, de acordo com Coriolano (2006, p.28), é muito mais que cenário: é o resultado da dinâmica da natureza, “é produto da sociedade e da cultura que se desenvolve em um lugar, pois é resultado de transformação coletiva da natureza” (CORIOLANO, 2006, p.27).

Figura 26 – Paisagem da praia de Cumbuco



Fonte: Própria autora (2016).

Turismo de sol e praia se sustenta em recursos naturais e culturais, pontos fortes da praia do Cumbuco e, assim, mobiliza fluxos intensos para o litoral se identifica como destino turístico, sobretudo como produto do consumo. O Produto é, segundo Petrocchi (2001, p.101), trabalhar a imagem de forma que o mercado o identifique como algo, a exemplo de “Ceará, terra do sol”.

A ocupação turística provoca reconfiguração do território, descaracterizando o espaço litorâneo de origem natural, em lugar aparentemente urbano. As mudanças ocorrem, muitas vezes, com conflitos entre comunidades nativas e investidores empresários. Os conflitos são naturais dentro do contexto estudado e entende-se que a atividade turística é fator que potencializa contradições.

De acordo com Coriolano (2006, p.159):

Enquanto o litoral se constituía apenas uma reserva de valor essa ocupação tradicional pelas comunidades pesqueiras, era mais pacífica, contudo, com essa descoberta do litoral para o lazer e o turismo, acelerou-se o processo de expulsão dos nativos, e expropriação dessas terras para as segundas residências e o turismo. E onde o território é disputado para o turismo, este passa por uma situação desagregadora, desrespeitosa e agressiva.

Figura 27 – Imagem aérea da praia do Cumbuco.



Fonte: SETUR/CE (2012).

A ocupação turística, em Cumbuco, promove o dinamismo da economia e gera emprego, mas em contraponto, leva à desagregação da comunidade, por ser atividade de realidade contraditória. Assim, entende Mendes (2004) que o turismo pode trazer desenvolvimento social e econômico, desde que a comunidade assuma o turismo como vetor de reanimação do desenvolvimento. Para tanto, respeito ao ambiente é a solução dada às questões sociais, fatores relevantes do processo de desenvolvimento. Encontrar alternativas viáveis para implantação da atividade, de modo a promover relação harmoniosa com a natureza, o desenvolvimento da infraestrutura e inclusão das comunidades na cadeia produtiva do turismo tornam-se imperativo.

Conforme relato de moradores da vila de pescadores, com a chegada do Sr. João Bosco à região, houve mudanças significativas, sem muitos conflitos. No entanto, a construção da vila antecede a especulação fundiária e a atividade turística só ocorre após o processo. A expansão do veraneio do Cumbuco está relacionada ao estabelecimento de empreendimentos imobiliários de grande porte, *resorts* e *condo hotéis*³⁷ que, além de apropriação da natureza preexistente, refaz e adéqua a natureza ao espaço construído e particular. A ocupação turística reconfigura o

³⁷ Condo-hotel: é modalidade de empreendimento imobiliário concebido como uma incorporação que permite a venda de unidades na planta com destinação hoteleira. O incorporador ajusta antes da venda a contratação da empresa hoteleira a qual detém o conhecimento da exploração (cont.) desta atividade. Pouca antes da obra finalizar, o empreendimento é customizado e uma vez concluído, operar como hotel.

território e, muitas vezes, provoca conflitos entre interessados e comunidade, e provoca impactos que, na maioria, não são esclarecidos à sociedade, quando o estado apresenta somente índices de impactos positivos do desenvolvimento turístico. A construção da Vila do Cumbuco antecede a especulação fundiária e o estabelecimento de estrangeiros na região. A partir de então, decorre a ocupação do Cumbuco por turistas que movimentam a economia e o espaço. Cumbuco é ocupado de maneira adensada. A maioria das casas é de alvenaria, luxuosas ou não, algumas bem estruturadas, outras não. Existem pequenas ruas de barro, ou areia, calçamento muitas vezes precário, em contraponto às vias de acesso bem pavimentadas que levam ao *Resort Vila Galé* e *VG Sun* (Figura 28) que representa o Portal de Entrada.

Figura 28 – Via de acesso que leva ao Resort Vila Galé e Vg Sun



Fonte: Própria autora (2016).

São fatos da Praia do Cumbuco que não se justificam, devido à predominância da ocupação turística, não apenas em lugares específicos, senão em todo o lugar. Urbanização e modernização do litoral, como diz Lefebvre (2001), “adquirem também um processo de urbanização “desurbanizante e desurbanizada”.

Segundo a SETUR/CE (2012), Caucaia recebeu 307.717 turistas, distribuídos pelas praias do município, chegados ao Ceará via Fortaleza. De acordo com Mota (2015), os atrativos naturais do Cumbuco representam maior média (5) no quesito competitividade, quando da elaboração de pesquisa com gestores do setor privado. Quesitos como acomodações (estrutura de hospedagem da rede hoteleira e

de pousadas), gastronomia, hospitalidade, oferta de estabelecimentos (quantidade de estabelecimentos que oferecem serviços a turistas) compreendem os maiores índices, de forma que se confirmam as razões pelas quais se dá o elevado índice de ocupação da Praia de Cumbuco.

Cumbuco se estabelece entre destinos turísticos de Fortaleza mais procurados para visitação. Como destino turístico, possui 81% de ocupação da hotelaria, em férias do mês de julho/2015, conforme informa SETUR (2016). A proximidade geográfica com Fortaleza, paisagens, oferta e variedade de meios de hospedagem, restaurantes, hospitalidade, são os principais fatores que sustentam a demanda e ocupação de Cumbuco, embora com deficiência na gestão de segurança, comunicação, saneamento e saúde, conforme conclui Mota (2015).

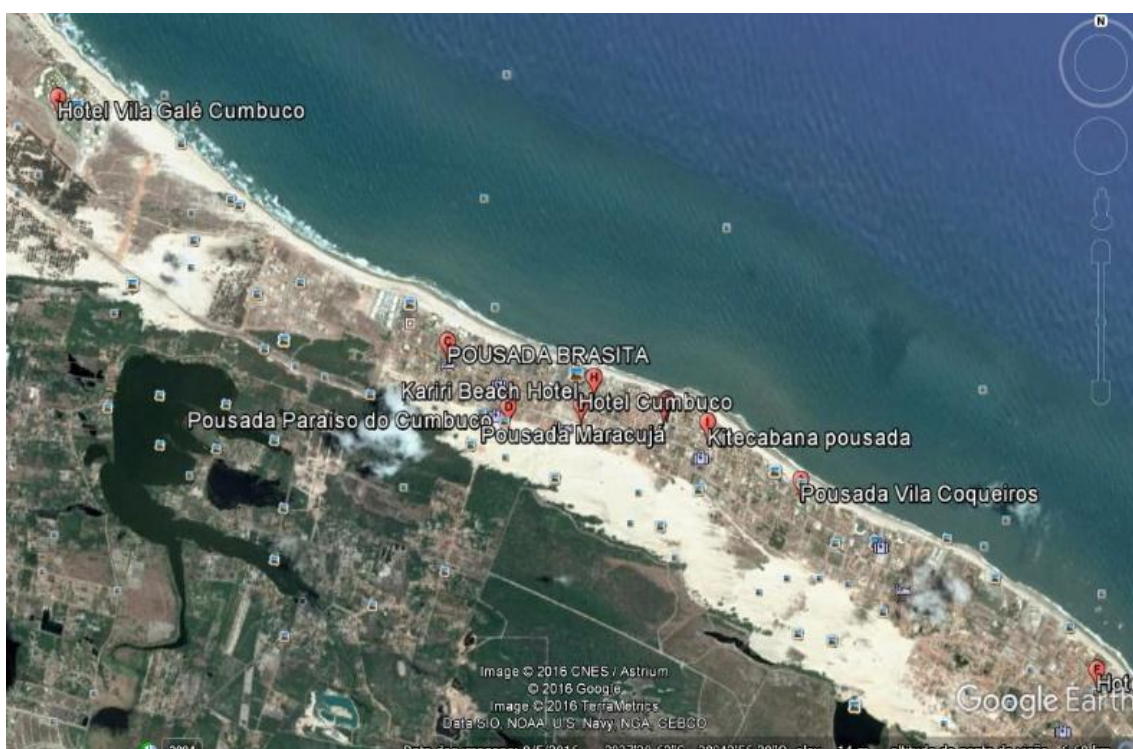
4 RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL DOS EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS

Desde o início da construção da Vila do Cumbuco, na década de 1970, até hoje, a Praia do Cumbuco consolida-se como núcleo receptor. De acordo com Coriolano e Nascimento (2006, p.88), “o turismo necessariamente articula lugares e se materializa na lógica da diferenciação histórica e geográfica dos núcleos receptores de turismo”. Norma brasileira ABNT NBR 15401: 2006, “as práticas dos empreendimentos devem ser sustentáveis e minimizar a degradação do ambiente”.

O empreendimento deve estabelecer e manter procedimentos para identificar o potencial de risco, para prevenir a ocorrência e atender acidentes e situações de emergência na área do empreendimento ou por ele causados, bem como para mitigar os impactos ambientais deles decorrentes. O empreendimento deve também testar periodicamente tais empreendimentos. (ABNT NBR 15401: 2006).

A Figura 29 apresenta vista aérea da praia do Cumbuco, pontuando empreendimentos de hospedagem, entre pousadas, hotéis e *resorts*.

Figura 29 – Praia do Cumbuco e empreendimentos de hospedagem



Fonte: Google Earth (2016).

A pesquisa de campo constata informações contraditórias, entre o que traz de positivo e negativo, para região essencialmente turística. Expandindo-se de maneira desordenada, recebe moradores de regiões, veranistas e turistas, que se

instalam em segundas residências inicialmente, e, gradativamente, com o turismo, empreendimentos turísticos de hospedagem e barracas de praia à beira-mar, restaurantes e bares para atividades noturnas.

Rica pelo patrimônio cultural, além da qualidade balneária e paisagística, mantém características, à época da Colônia de Pescadores e construção da Vila do Cumbuco, reformada na década de 1982, no entanto a crescente expansão pela produção de novos espaços de lazer alimenta o fluxo turístico e gera impactos positivos, quanto à geração de renda e emprego à população local e impactos negativos, quanto à degradação ambiental, imposição de nova identidade aos moradores devido à presença de estrangeiros e outras pessoas de outras regiões, predisposição à violência, dentre outros.

Sobre o Estado recai o dever de cobrar responsabilidade social³⁸, o que não ocorre, com prejuízo para a população. Fatos, relatos e fotografias de campo registram que a negligência é do poder público e de empreendimentos que não se empenham em ações que, de fato, comprovem o compromisso com o social e também com o ambiental. No entanto, alguns empreendimentos têm visão de desenvolvimento que contribui para melhoria social e ambiental, embora não suficiente.

Pensar responsabilidade social e ambiental exige ética. Ter compromisso com direitos humanos, com o planeta, comportando-se de maneira responsável e com sustentabilidade. Reconhecer insustentabilidade ecológica e limitações da natureza é promover bem-estar do público interno e externo, é aplicar gestão administrativa de desenvolvimento que corrobore com o sucesso da empresa, dos que estão envolvidos e da preservação ou conservação da natureza. De acordo com Ashley (2003, p.6), “responsabilidade social é toda e qualquer ação que possa contribuir para melhoria da qualidade de vida da sociedade”. A responsabilidade socioambiental compreende ações que têm como resposta consequências positivas para com a sociedade e a natureza. Declaram Virginio e Fernandes (2011) que

A responsabilidade socioambiental inclui dentre outras questões, as relações diretas com a comunidade e funcionários mantendo uma atitude profissional positiva, através da dignidade, honestidade e do respeito mútuo, procurando agir com imparcialidade e objetividade, assim como o comprometimento com a preservação do meio ambiente e o respeito à dignidade humana. (VIRGINIO; FERNANDES, 2011, p.226).

³⁸ Segundo Megginson *et. al* (1998, p.93), a responsabilidade social é o dever que a administração tem em estabelecer diretrizes, tomar decisões e seguir caminhos de ação que são fundamentais em termos de valores e objetivos da sociedade.

A importância do turismo como veículo de desenvolvimento social e econômico é referendada pela comunidade internacional pelas numerosas iniciativas. O patrimônio natural e a biodiversidade são ferramentas estratégicas da atividade turística. O turismo impacta, na comunidade, com a produção de novos espaços, o que representa progresso para alguns, mas, noutra perspectiva, significa degradação por degradar o ambiente. Entretanto produzem-se novas maneiras de sociabilidade, entre o novo e o antigo, mostrando contradições do turismo, na Praia do Cumbuco. O processo de evolução e ocupação desordenada causa preocupação e acarreta mudanças que, no decorrer dos anos, transformam-se em problemas impactantes para a região. Assim como declara Luchiari (1998):

O movimento entre o velho e o novo, acelerado pela urbanização turística, gera novas paisagens, consome outras, traz à cena novos sujeitos sociais, elimina ou marginaliza outros e redesenha as formas de apropriação do espaço urbano, substituindo antigos usos e elegendo novas paisagens a serem valorizadas para o lazer (LUCIARI, 1998, p.3.).

A pesquisa de campo revela contradições e falta de políticas por parte do poder público: cada empreendedor faz ao seu modo. De acordo com Santos (2009), residentes se preocupam em se beneficiar com o que gera o turista do que propriamente com a hospitalidade. Ou seja, o turismo passa a ser necessário, embora a presença incomode, porque o dinheiro faz falta. (SANTOS, 2012, p.127). O processo de urbanização faz-se necessário para consumo do lugar, assim ações de empresários junto com o poder público constroem e reformam espaços que geram novas formas de sociabilização e lazer, entre turistas e residentes. A articulação entre poder público e privado, no sistema capitalista, torna a Praia do Cumbuco em mercadoria, vendida em benefício de turistas, empresários e residentes que conseguem sobreviver do turismo.

A Praia do Cumbuco transforma-se em produto negociável, no mercado que é desigual a partir do momento em que estabelecemos quem pode pagar mais ou menos pelo usufruto do produto. Existem os que buscam produtos de luxo proeminentes do alto poder aquisitivo, e os que buscam produtos e formas de lazer, de poder aquisitivo inferior. Ou seja, o modelo de produção capitalista cria mercadorias no mercado fatiado, realizando desejos dos que pagam mais por algo maior e menos por algo menor, variando de acordo com o poder aquisitivo.

Propriedade privada é condição de sociedade capitalista. Nessa ordem, os conflitos de classe pelo uso e ocupação do ambiente, geram contradições com

império da geração do lucro e impactos que, embora o Estado deva prestar contas à sociedade, acabam por cumprir com os objetivos do capitalismo, não dando atenção ao meio ambiente, conservação ambiental, preservação, nem ao bem-estar da sociedade e pessoas pobres de periferias. São condições que empreendimentos se instalam à beira-mar e em qualquer lugar em que o capital se instala para reprodução. A Praia do Cumbuco é detentora de fluxos turísticos, com urbanização desordenada, aliada à expansão de novos empreendimentos, crescendo a especulação imobiliária.

Sobre a instalação na Praia do Cumbuco, alguns empreendimentos responderam que a expansão do Complexo Industrial e Portuário do Pecém - CIPP, no município de São Gonçalo do Amarante, é razão de expansão do turismo. Realmente ocorreu expansão nas praias de Taíba e Pecém, mas perderam atratividade pela presença do Porto e ampliação da demanda da Praia do Cumbuco.

De acordo com dados do Ministério do Trabalho e Emprego³⁹, em 2013, concederam-se 667 licenças de trabalhadores sul-coreanos para vir ao Ceará e, em 2014, 397 licenças. O último acordo firmado entre sul-coreanos e o Estado se deu em setembro de 2016, para instalação de Unidade Fixa de re-gaseificação, no Complexo Industrial e Portuário do Pecém – CIPP, abrindo portas para entrada de trabalhadores oriundos desse país, trazendo maior movimento, instalações e necessidade de trabalhadores especializados. Em consequência, a Praia do Cumbuco passou a ser procurada para lazer de turistas.

Pecém fica a 25 km de distância de Cumbuco, mais estruturado, com restaurantes, casas de aluguel (antigas casas de veraneio ou segundas residências), comércio e vida noturna, com atividade turística intensa. Pecém, essencialmente turística, passa a “industrial”. Sendo assim, os que trabalham no Complexo Industrial, não nativos, e desempenham funções elevadas, ali fazem residência. Grande número de sul-coreanos trabalha no Porto do Pecém, no entanto residem na praia do Cumbuco. O fato trouxe diversidade de mercado e de serviços. Restaurantes e mercadinhos são essencialmente coreanos (Figura 30). De acordo com relato do vendedor, “nem os coreanos gostam da nossa comida e nem nós gostamos da deles, que é apimentada e adocicada”. São alimentos ricos e variados,

³⁹ Ministério do Trabalho e Emprego - MTE: <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/negocios/sul-coreanos-1-3-mil-autorizados-a-trabalhar-no-ce-1.1127397>. Acesso em: 02 dez. 2016.

óleo de gergelim, *shoyo*, massa de arroz, e bebida à base de arroz, *ginseng*, carne de porco, sal, alho e açúcar e variedades que, de acordo com a cultura oriental, se diz comida medicinal.

Figura 30 – Mercado coreano



Fonte: Própria autora (2016).

Os coreanos manifestam a própria cultura e instalam os próprios restaurantes, para melhor atendimento do povo coreano (Figuras 31 e 32).

Figura 31– Restaurante coreano



Fonte: Própria autora (2016).

Figura 32 – Restaurante coreano Junju

Fonte: Própria autora (2016).

Além dos de sul-coreanos que investem na praia, grande parte de imóveis pertencem a estrangeiros, na maioria, italianos, holandeses e portugueses, informa pesquisa em dezembro de 2016.

A relação profissional de prestadores de serviços, nativos e estrangeiros, proprietários de empreendimentos turísticos têm sido aprendido de residentes que entendem pontualidade e profissionalismo cobrados. Os estrangeiros primam pelo compromisso de trabalho combinado, horário, qualidade e responsabilidade, com exceções do que diz respeito a coreanos que se contentam com o serviço efetivado, independente da qualidade. Afirmam residentes que prestam serviços a estrangeiros.

Residentes vendem residências, algumas na antiga Vila de Pescadores, à época do João Bosco, atraídos por ofertas satisfatórias, se desfizeram das casas transformadas em residências de estrangeiros, pousadas, restaurantes e mercados. Por sua vez, os nativos quando não mudam para outras localidades, fazem-na para áreas de dunas. Segundo relatos, não existe favela em Cumbuco, no entanto, existem casas construídas em lugar não autorizado e impróprio, caso de ocupação das dunas do Cumbuco. Apesar da informação, há relatos de invasões de terras, em direção à praia, próximo a uma área em que se encontra a “Igreja dos Coreanos”. Há barracos e moradias com impacto visual, social e ambiental.

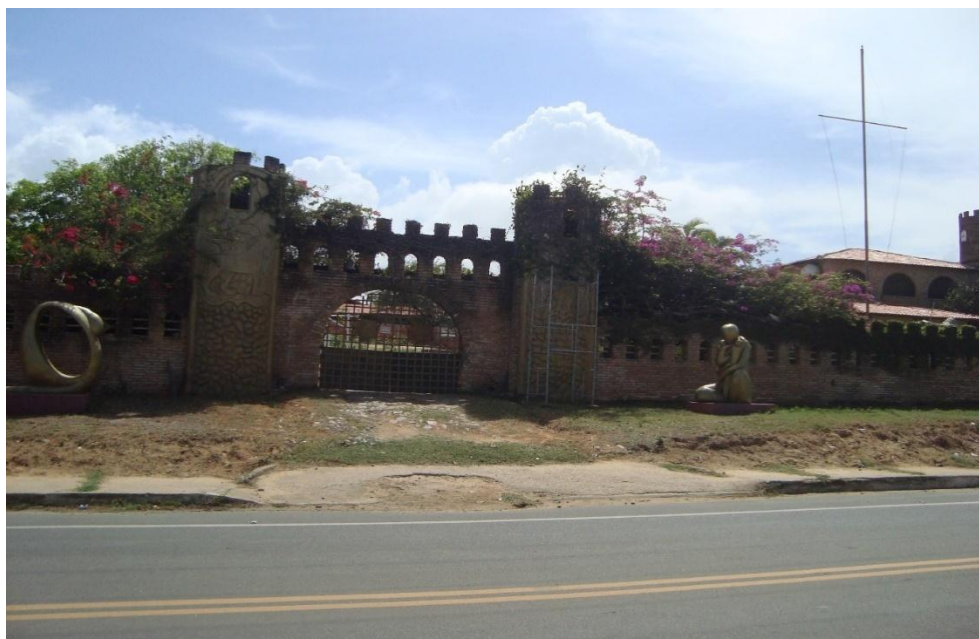
Fato relevante, relatado pelos moradores e empresários, é o aumento da violência e falta de policiamento e segurança. Existe um carro de ronda, com três policiais, sendo um o motorista. Nas ocorrências, dois policiais estão livres para repressão e direção. Assaltos, furtos e até sequestros têm ocorrido. Residente estrangeira, proprietária de grande pousada, é roubada e feita refém com os hóspedes. Relata-se que marginais saem de Fortaleza, estacionam carros e fazem violência, depois voltam a Fortaleza, “sem se quer serem notados”.

Verifica-se exploração sexual de garotas, em pontos estratégicos, bares, principalmente no período da noite. Informaram que meninas se deslocam de Fortaleza para prestar serviços sexuais a estrangeiros que pagam bem. De acordo com morador, existe desconfiança de que as meninas colhem informações e repassam a “cafetões” que providenciam posteriormente assaltos, roubos, sequestros e formas de violência. De treze maiores empreendimentos, dois pertencem a brasileiros. É comum condomínios de apartamentos de propriedade estrangeira alugados a turistas e sul coreanos, funcionários do Complexo Industrial do Pecém.

A diversidade de empreendimentos turísticos é de pousadas, hotéis, *resorts*, restaurantes, bares, barracas de praia, *condoresorts* e condomínios em que os proprietários investem para aluguel, em temporada de turismo. Mesmo com tanta diversidade e consciência a respeito do lugar, com relação ao turismo e expansão, a responsabilidade dos empreendimentos turísticos com o ambiente e com a parte social dos trabalhadores é praticamente inexistente.

Vê-se contraste da beleza com o acúmulo de resíduos sólidos. De um lado, antiga construção com aparência de castelo (Figura 33), segundo relato informal de residente, era alugada para confraternizações e eventos, atualmente, em reforma.

Figura 33 – Castelo



Fonte: Própria autora (2016).

Do outro lado da rua, terreno abandonado, plano, aberto, com o lixo espalhado, pelo descaso (Figura 34).

Figura 34 – Depósito de lixo em terreno abandonado



Fonte: Própria autora (2016).

A praia de Cumbuco é bem frequentada e com balneabilidade aceitável, segundo a SEMACE (2016), porém mantém areias sujas por falta de lixeiras e de educação dos usuários, (Figura 35).

Figura 35 – Lixo nas areias da praia



Fonte: Própria autora (2017).

A insuficiência de saneamento (Figura 36) é problema. Não somente residentes, mas turistas convivem com esgoto a céu aberto, em areias da praia causando mal-estar.

Figura 36 – Esgoto a céu aberto em direção ao Mar



Fonte: Própria autora (2017).

O relato de Antônio, morador do Cumbuco, microempresário do setor de manutenção elétrica, em empreendimentos turísticos da praia, informa que, em

Cumbuco, não falta emprego, falta qualificação de trabalhadores. A maioria dos restaurantes tem cozinheiro com experiência internacional e há funcionários bilíngues, devido ao fluxo de estrangeiros. Não existem políticas públicas de educação para o turismo, de modo a preparar os moradores. Quem deseja profissionalizar-se recorre a Fortaleza. “Havia um pequeno prédio na Praia do Icaraí, onde professores ministravam cursos profissionalizantes, no entanto a prefeitura de Caucaia decide transformar o prédio em escola para ensino fundamental”, pondo fim aos cursos profissionais, conforme relato informal de morador.

Antigas residências de veraneio transformam-se em espaços de realização de casamento e grandes eventos, alugado pelos promotores de festas. Casas perdem a característica de segundas residências e denotam mal-uso do espaço e falta de compromisso dos locatários.

No Centro de Apoio ao Turismo, está o escritório central da Cooperativa dos Condutores de Veículos para Passeios Turísticos (COOPTUR). Conforme Timbó (2014), 133 bugueiros credenciados pela Secretaria de Transportes de Caucaia se organizaram em cooperativas e se uniram no intuito de organizar e regulamentar passeios de *buggy*, de forma a tabelar valores e criar roteiros, com direito à parada para fotografias e visita de atrativos, na Área de Proteção Ambiental, na lagoa do Cauípe. A Prefeitura Municipal de Caucaia é a permissora da operacionalização do serviço de garantia e segurança de usuários. De início, a negociação é entre o turista e o bugueiro, hoje a cooperativa possui credenciados que trabalham de forma sistemática, no controle e ordem. O bugueiro tem um número que é seguido e controlado por operadores, ou seja, as cooperativas mantêm funcionários com rádios nos restaurantes e barracas, para convocar os bugies na Central de Atendimento aos Turistas (Figura 37), onde se localiza a Secretaria das Cooperativas.

Figura 37 – Centro de apoio ao turismo



Fonte: Própria autora (2017).

A Prefeitura Municipal de Caucaia ordena os órgãos, Autarquia Municipal de Trânsito (AMT), que fiscaliza e participa na definição da área do trajeto; Secretaria de Turismo (SETUR), responsável pelo aperfeiçoamento de motoristas e estabelecimento dos valores dos serviços; e Instituto do Meio Ambiente de Caucaia (IMAC) que define a área e trecho a ser percorrido pelos bugueiros e turistas, expede normas de operação de serviço e cuida da preservação ambiental, além de cursos de formação de educação ambiental (TIMBÓ, 2014). No Centro de Apoio ao Turista, há carência de funcionário, e o bugueiro J.C informa que *devido a mudança de prefeito, o Centro não está funcionando no momento*. O trabalho do bugueiro garante a subsistência de famílias. Na alta estação nos meses de dezembro a fevereiro (carnaval) e de julho, os trabalhos se intensificam. Apesar da prevenção e cuidado de pleno estabelecimento dos serviços de bugueiro, ocorrem eventualmente acidentes, o que impacta, de forma negativa, a visão do turista.

4.1 RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL NA PRAIA DO CUMBUCO

Cumbuco, praia, conurbada com Fortaleza, constituiu colônia de pescadores, detentora de modo de vida específico. Hoje, território turístico, tem a Vila de Pescadores como núcleo central do Cumbuco, conjunto de casas misturadas a empreendimentos comerciais, pousadas, hotéis e restaurantes. A palavra origina-se do tupi-guarani, da palavra Cumbuca, de acordo com Cavalcante (2012).

Segundo Harrop (2011) provavelmente Cumbuco e cumbuca têm o mesmo significado, é que o sufixo “buca” também se escreve “buco”. Nesse sentido, a palavra (Kuya + buca) vem de “cuiambuca”, cuia partida.

O interesse pela responsabilidade socioambiental faz parte das organizações e tem crescido, nos últimos anos, trata-se de conceito debatido no meio acadêmico e empresarial, por ser entendido como nova forma de gestão. É inerente a preocupação à sustentabilidade, bem-estar social, ao alcance da sociedade justa e ambiente limpo. Diz Macêdo (2016, p.17) que o desenvolvimento socioeconômico depende da inserção da comunidade, pautado em uso sustentável da natureza, com foco na sustentabilidade social, ambiental e econômica, pois o respeito aos critérios socioambientais é que dá sustentabilidade à atividade turística e à própria comunidade.

O tema responsabilidade social⁴⁰ é novo no Brasil, mais precisamente no final dos anos 1970 e início dos anos 1980 de acordo com Alves (2003, p.38), mas há a preocupação de grupos políticos e empresariais entendendo que ser socialmente responsável não somente é alternativa, mas caminho para manutenção da competitividade e sucesso com aceitabilidade nos mercados nacional e internacional. De acordo com Machado Filho (2006, p.66) as empresas que possuem conduta socialmente responsável podem obter ganho de capital, alavancando oportunidade de negócios, minimizando riscos e preservando ou criando valor para a organização.

A responsabilidade social, na área do turismo, remete a decisões e atividades que mitigam impactos da comunidade. A Teoria das Relações Humanas apresenta discussão, em oposição aos conceitos da Teoria Clássica da Administração, alicerçada nas obras de Taylor e Fayol. Antigos conceitos de hierarquia, administração formal, autoridade, princípios gerais da administração passam a ser criticados e novos conceitos, motivação, liderança, comunicação informal e responsabilidade são evidenciados. Revela Chiavenato (1980, p.163) que “a administração científica de Taylor se baseava na concepção de *“homo economicus”* segundo o qual o comportamento humano é motivado exclusivamente pelo lucro, pelas recompensas salariais e materiais do trabalho”. Tem como

⁴⁰ A divulgação e popularização do conceito de responsabilidade social, de acordo com Alves (2003, p.38) ocorreram no início dos anos 1960 nos Estados Unidos da América, a partir do final da década de 1960 na Europa, e no final dos anos 1970 e início dos anos 1980 no Brasil.

precursores Elton Mayo (1880-1949) e Kurt Lewin (1890-1947) e mostra a nova concepção que passam às empresas, fazendo referência não mais ao “homo economicus” e sim ao “homo social”, em que a fonte de motivação não é apenas recompensa salarial e material do trabalho, mas valor de recompensas sociais, simbólicas e não materiais. A teoria discute o contexto da responsabilidade social das organizações e empresas.

Diz Alves (2003, p.38) que “a origem da ideia de responsabilidade social da empresa remonta ao final do século XIX e início do século XXI”. Em 1899, nos Estados Unidos, publica-se a obra *O Evangelho da Riqueza*, de Andrew Carnegie, que apresenta responsabilidade social interligando a princípios básicos: “caridade e *stewardship*”, o que significa tratar com caridade e zelo, ou custódia, conforme relato de Maximiano (1997). Andrew Carnegie (1835-1910) é fundador da U.S Steel Corporation, empresa fortemente atuante na área da filantropia. Nessa visão, a responsabilidade social tem raízes religiosas em que se destaca a ideia de que os mais afortunados devem assistir os menos afortunados e em que os benefícios econômicos devem contribuir para o atendimento das necessidades da sociedade e não somente de empresas: empresas americanas fazem doações e assistencialismo aos necessitados, em resposta à ideia.

Em 1953, nos Estados Unidos da América, edita-se o livro *A Responsabilidade Social do Homem de Negócios*, de autoria de Howard R. Bowen, publicado no Brasil quatro anos depois, em 1957. Diz Duarte e Dias (1986) que daí iniciam análises mais criteriosas e profundas do conceito de responsabilidade social. É importante dizer que Howard Bowen teve apoio do Conselho Federal das Igrejas de Cristo da América que ressalta o caráter religioso, no contexto da sociedade americana. Além de Bowen, Andrew Carnegie, um dos pioneiros do assunto, com a obra “O Evangelho da Riqueza”, faz abordagens de caráter religioso, conforme Maximiano (1997). A responsabilidade leva ao caráter religioso.

No entendimento de Bowen (1953, p.14-16), “a responsabilidade social se refere a obrigações das pessoas de negócios em adotar orientações, tomar decisões e seguir linhas de ação, compatíveis com os fins e valores da sociedade”. Nas décadas de 1960 e 1970, o conceito de responsabilidade social se difunde nos Estados Unidos, com o crescimento e poder das empresas, conforme mostra Macedo (2016, apud COLTRO, 2004, p.27). Na opinião de Peter Drucker, é em função de a empresa ser bem-sucedida, no mercado, que cresce a necessidade de

ações responsáveis, no sentido de diminuir problemas sociais, tornando a responsabilidade social importante para que as empresas mantenham sustentabilidade (ASHLEY, 2003, p. 7).

No fim de 1960, o conceito se difunde na Europa, e nas décadas de 1970 e 1980, no Brasil. Em 1972, na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, em Estocolmo, discute-se o meio ambiente e desenvolvimento, passando pelas responsabilidades. Em 1987 o *Relatório de Brundland*, conhecido relatório *Nosso Futuro Comum*, divulga o conceito de desenvolvimento sustentável. De acordo com o documento, a *World Commission on Environment and Development(WCDE)*, desenvolvimento sustentável é:

Um processo de mudança no qual a exploração de recursos, a orientação de investimentos, os rumos de desenvolvimento tecnológico e mudança institucional estão de acordo com as necessidades atuais e futuras (WCED, 1987, p.9).

Em 1992, na Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, no Rio de Janeiro, inaugura-se o conceito de desenvolvimento sustentável, a partir de que, o desenvolvimento e estratégias de negócios pelas ações interligadas com preservação e/ou conservação do meio ambiente. Admite-se que, com políticas públicas, demanda-se a necessidade de reconhecimento do valor social e ambiental e necessidade de interligação do desenvolvimento, de forma sustentável, a ações estrategicamente responsáveis, por parte do poder público e do setor privado, que assim a sociedade alcança qualidade de vida e melhoramento social e ambiental.

O conceito de responsabilidade social, para Macedo (2003, p. 96), “desenvolve-se de acordo com a realidade social vigente de cada organização”, e entende que “para alguns autores é a moral social instituída pelos membros de uma sociedade com condutas humanizadas que reflete na economia e nas relações de produções eleitas por cada organização”. Na opinião de Votaw (1973):

Responsabilidade social significa algo, mas nem sempre a mesma coisa para todos. Para alguns, ela representa a ideia de responsabilidade ou obrigação legal; para outros significa um comportamento responsável no sentido ético; para outros, ainda, o significado transmitido é o de responsável por, num modo casual. Muitos, simplesmente, equiparam-na a uma contribuição caridosa; outros tornam-na pelo sentido de socialmente consciente (VOTAW, 1973, p.64).

Bowen menciona que a responsabilidade social se refere “às obrigações que pessoas de negócios têm de alinhar às políticas, decisões ou linhas de ação aos

valores e objetivos almejados pela sociedade” (HOWARD, 1953, apud CARROL, 1999). Mesmo com ampla bibliografia a respeito do tema responsabilidade social, existem os que interpretam de acordo com as conveniências. Define Keith Davis (1960, *apud* BUSCH; RIBEIRO, 2009, p.4) que responsabilidade social remete a decisões e ações das empresas e vão além dos interesses técnicos e econômicos. A definição é complemento da compreensão de Howard Bowen (1953). Davis contribui com conceitos de responsabilidade social, acreditando ser parte da gerência que as empresas adotam para ter retorno econômico, a longo prazo.

No entanto, nas décadas de 1970 e 1980, as ideias passam a ser parte gerencial das organizações empresariais, tornando-se estratégias ou alternativas de negócios e gerências. Tyry-Cherques (*apud* Macedo, 2003, p. 96) afirma que a “responsabilidade social representa o conjunto de deveres morais que as organizações, nas pessoas dos gestores, mantêm com as comunidades”. Sendo passivo chegar ao entendimento de que a responsabilidade social é termo abrangente, no sentido de envolver setores e atores diversos; é ferramenta administrativa no meio político, empresarial e social; atitude, ação e reação frente às necessidades contemporâneas; ideia de obrigação, dever e compromisso diante do meio em que a empresa atua e no lugar em que se situa no planeta. A responsabilidade social é forma de exercer ética na sociedade com a prática do bem comum, entendendo que exercer o trabalho, em função da comunidade, não é exatamente obrigação no capitalismo. Na verdade, empresas exercem responsabilidade social mantendo o compromisso também com o lucro, sendo hipocrisia não identificar que esse é o real objetivo da empresa capitalista.

4.2 PAPEL DOS STAKEHOLDERS DO CUMBUCO

Os *stakeholders* são atores que fazem parte dos empreendimentos, capazes de provocar ações determinantes, na gestão da empresa. Freemam (1984), no livro “Administração Estratégica: a abordagem da parte interessada”, define que *stakeholders* são “qualquer grupo ou indivíduo afetado com a realização dos objetivos das organizações empresariais”. Na evolução dos conceitos de responsabilidade social, Carrol (1999) mostra que na década de 1980, o respeito ao tema como conceito contemporâneo, baseia-se na teoria dos *stakeholders*. E para

entender *stakeholder*, de acordo com Carrol e Buchholtz (2003), é preciso assimilar o significado de *stake* que, segundo os autores, é o envolvimento do indivíduo ou grupo que participa de determinada decisão, seja por interesse pelo direito ou por reivindicação.

A Teoria dos *Stakeholders* proposta por Freeman diz que os principais grupos ou indivíduos apresentados precisam ser considerados quanto à escolha de ações de responsabilidade social. Os empreendimentos estabelecem a função-objetivo do trabalho e, assim, escolhem o modelo de gestão a ser seguido e as ações e comandos na gestão do empreendimento, de maneira que a avaliação do desempenho e prioridades sejam claras para *stokholders* e *stakeholders*. Diz Silveira *et al.* (apud BUSCH; RIBEIRO, 2009, p.5) que

Existem duas funções-objetivos que se destacam na literatura da administração de empresas: a teoria da maximização, que define que as decisões sejam tomadas visando maximizar os lucros (visão do *stockholder*) e a teoria de equilíbrio dos interesses dos *stakeholders*, que defende que as decisões sejam tomadas para equilibrar e satisfazer os interesses de todos os públicos.

Stokholders são pessoas que têm participação financeira na empresa e esperam benefícios: proprietário, sócio, acionista, os *stocks* financeiros da organização. *Stakeholders* são gestores, comunidade, governo, cliente, funcionário, fornecedor, ONGs ambientais e sociais e proprietários (*stockholders*) que são os principais e podem afetar ou serem afetados pelas organizações empresariais. Para bom desempenho da empresa, consideram-se aspectos externos da organização e avaliam-se, com os *stakeholders*, estratégias administrativas a serem destacadas, quanto à responsabilidade social e ambiental. Os aspectos ambientais, políticos, legais e sociais são o foco.

Gestão responsável requer versatilidade, responsabilidade e habilidade, no sentido de bem conduzir os objetivos dos *stakeholders* e da própria empresa. Clarkson (1995) diz que a longevidade depende das “habilidades dos seus gestores em criar riquezas, valores e satisfação suficientes para aqueles que pertencem a cada grupo de *stakeholders*, de modo que cada grupo continue a ser parte do sistema de *stakeholders* da corporação” (CLARKSON, 1995, p.107).

Na análise dos empreendimentos turísticos da Praia do Cumbuco, verifica-se a confiança no avanço da atividade, no lugar, embora em tempo de crise. Obriga-se a participação do poder público e coparticipação de empresas, no que diz respeito à responsabilidade socioambiental que devem desempenhar, de forma a

tornar a atividade turística prática sustentável. As atividades dos empreendimentos turísticos de Cumbuco apontam o consumo, em primeiro lugar, do ambiente natural no segmento do turismo de sol e praia desenvolvido. Para tanto, as empresas não podem ignorar a importância dos *stakeholders* e do modelo de gestão que desempenham.

As empresas evidenciam que os *stakeholders* verificam o tipo de relacionamento da empresa com os mesmos e apresentam suas principais preocupações. De acordo com Mitchell, Agle e Wood (1997), a abordagem dos *stakeholders* é fundamental para avaliação da importância da empresa e responsabilidade para com as partes interessadas ou envolvidas nos negócios. As partes podem ser pessoas, grupos, acionistas, comunidades, organizações, sociedades e instituições, em atividades de empreendimentos turísticos.

É necessária a identificação dos *stakeholders* e compreender a importância que desempenham, em ações e estratégias organizacionais.

De acordo com Freeman, Harisson e Wicks (2007), clientes, fornecedores, acionistas e núcleos receptores são importantes para o empreendimento: sem eles a empresa não sobrevive. Comprova-se isso na pesquisa realizada no Cumbuco com funcionários contratados para exercício de funções de serviços gerais de manutenção de empreendimentos. À exceção da diretoria, gerência e contabilidade, que exigem habilidade e conhecimento, os cargos se distribuem aos proprietários ou são selecionados de forma criteriosa pelo gestor da empresa. Devido à exigência do grau de formação e, por não serem encontrados no Cumbuco, vêm normalmente de outros lugares. Empreendimentos de hotelaria preocupam-se em contratar e cumprir com exigências da lei, uma vez que, por existir empresários estrangeiros, a fiscalização oficial é exigente e os empresários não querem ser impedidos de trabalhar por irregularidades, assim, efetuam funções de maneira legalizada. É dado aos funcionários treinamentos adequados à prestação dos serviços.

Mitchell, Agle e Wood (1997) entendem que os grupos de interesses que correspondem a *stakeholders* têm características que os identificam, de forma a lhes darem distintos graus de atenção: urgência, legitimidade e poder. Aqueles com característica de urgência precisam de atenção imediata. Legitimidade, como define Suchman (1995, p.574), é “uma percepção generalizada ou suposição de que as ações da empresa são adequadas, desejáveis ou apropriadas dentro do sistema

construído de normas, valores, crenças e definições”. A característica poder refere-se à capacidade do *stakeholder*, na obtenção de resultados desejados. Relacionam-se três características cujo poder, segundo Mitchell et al. (1997, p.869) refere-se à autoridade, por meio da qual a ação é legítima e se faz executável pela urgência. A linha de pensamento de Henriques e Sadorsky (1999) considera grupos de interesses relevantes, acionistas, funcionários, clientes, governo, associações comerciais, organizações ambientais, comunidade e grupos, lobistas e meios de comunicação. Mostra a necessidade de o empreendimento identificar, de acordo com os valores da empresa, os *stakeholders*. Para Fineman e Clarke (1996), os grupos de interesses importantes podem variar de setor para outro e os *stakeholders* se classificam pelos empreendimentos.

Consumidores e hóspedes mantêm relação com os empreendimentos e, para tanto, alguns buscam das empresas retorno ecológico, ambiental, certificado de excelência, na prestação de serviços e na atuação dos negócios. Existem grupos de turistas que primam pelo controle ambiental, pela preservação da água, pelo consumo de alimentos saudáveis, e geralmente pagam mais caro pela hospedagem ou pelo alimento.

A comunidade nem sempre concorda com a construção dos empreendimentos no entorno das residências, quando grandes. Quando existem conflitos, o poder público entra em campo, associações de moradores e audiências públicas ocorrem para sanar o problema através de acordos, sobretudo quando se prometem alterações positivas, saneamento, pavimentação, iluminação, principalmente, contratação de pessoal, com concordância da comunidade. Licenças são necessárias à instalação dos empreendimentos, concedidas pelo órgão ambiental do estado do Ceará, SEMACE. Em alguns casos, os empreendimentos se comprometem com medidas de prevenção de água, pelo uso de ferragens hidráulicas, reciclagem de resíduos sólidos, de energia elétrica, de forma alternativa, eólica ou solar, conservação da vegetação, manutenção de jardins, coqueiros e plantações.

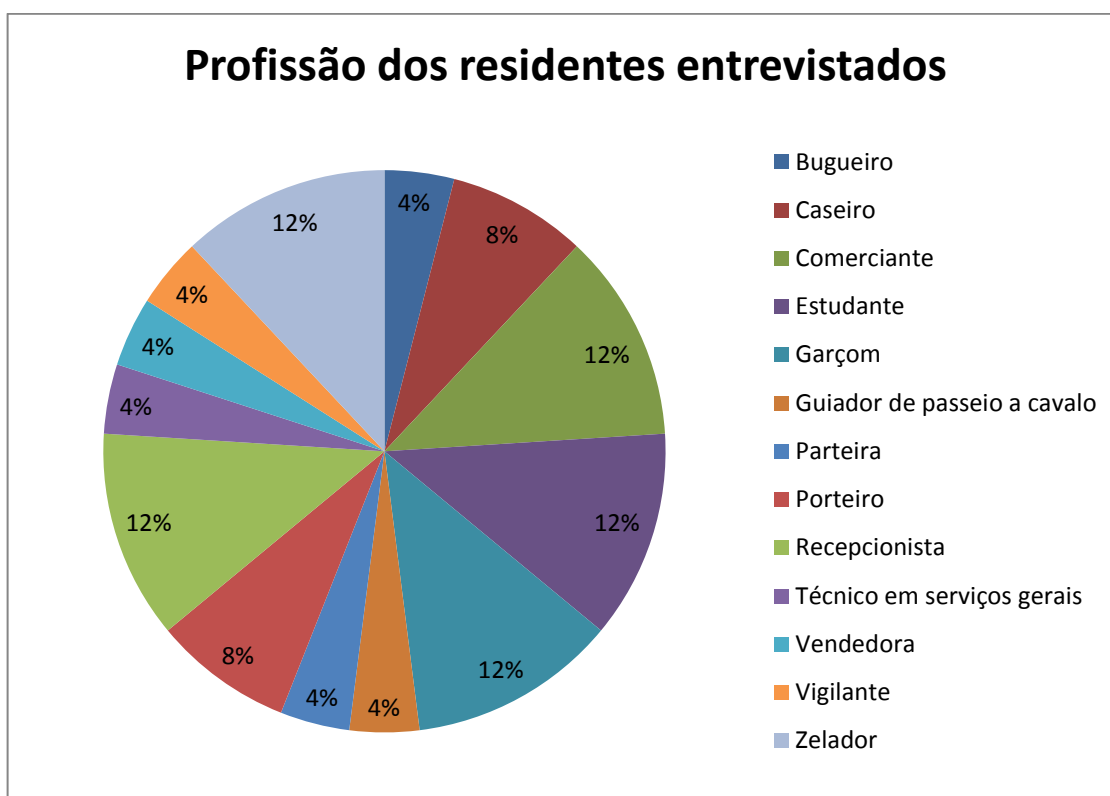
Organizações não governamentais cobram dos empreendimentos ações de melhoria e os que não as cumprem, muitas vezes, sofrem boicote. Os movimentos sociais desenvolvidos ajudam as comunidades a se protegerem. As ONGs mostram necessidades, carências e desejos, em relação às empresas de turismo.

4.3 TURISMO NA VISÃO DOS RESIDENTES

Residentes do Cumbuco são antigos familiares de pescadores que conseguiram resistir e profissionais que lá fizeram moradia em decorrência de transformações que tornaram o Cumbuco núcleo receptor do turismo. Para melhor compreensão, apresentam-se resultados obtidos com questionários e entrevistas.

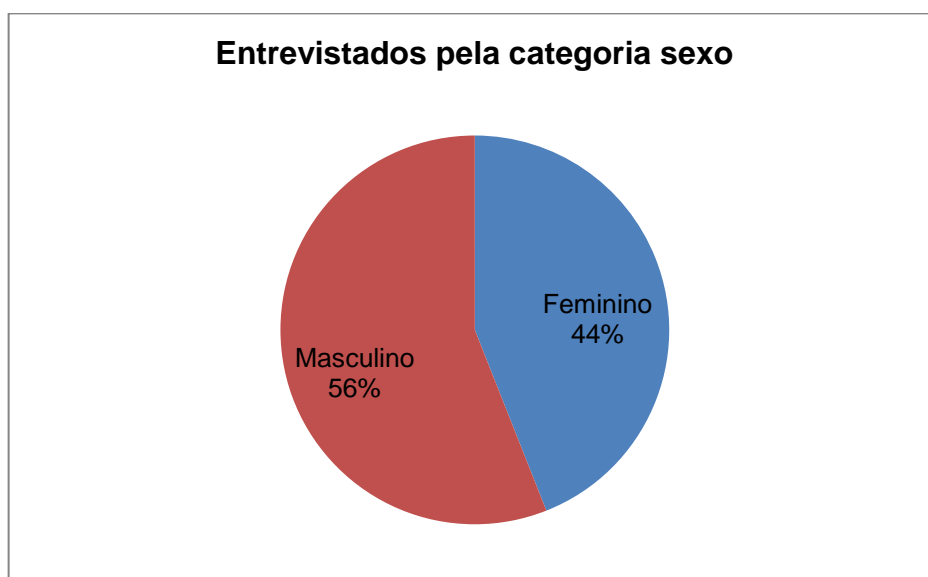
Do universo de 25 residentes, 100% são nascidos no município de Caucaia-Ce e exercem as seguintes profissões: caseiro (2), técnico em serviços gerais (1), garçom (3), vendedora (1), comerciante (3), parteira (1), zelador (3), vigilante (1), recepcionista (3), estudante (3), bugueiro (1), porteiros (2), guiador de passeio a cavalo (1). Os residentes entrevistados têm profissões simples, quase todos, de maneira direta ou indireta, ligados à dinâmica do Cumbuco turístico (Gráfico 3).

Gráfico 3 – Profissão dos residentes entrevistados



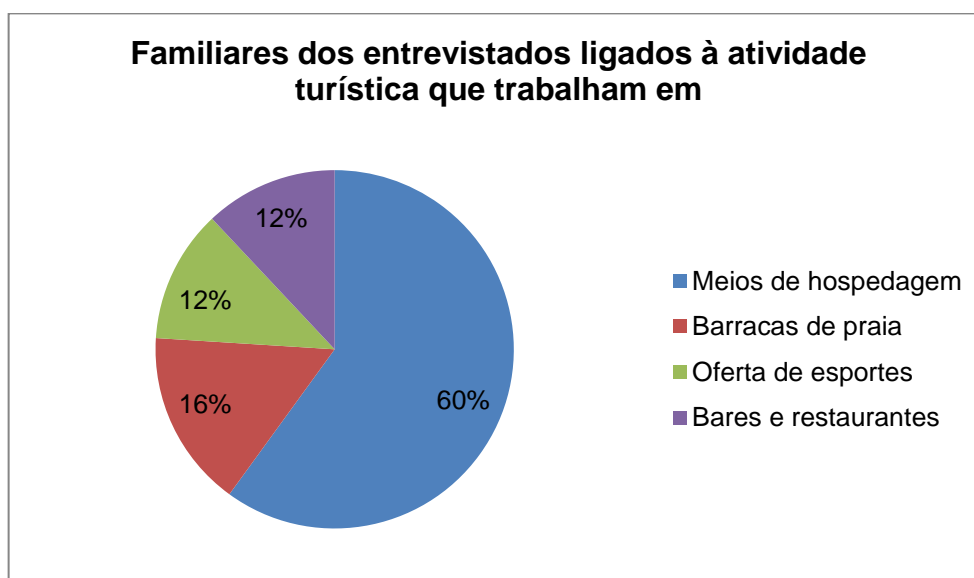
Fonte: Elaborado pela autora (2017).

O Gráfico 4 mostra 25 (vinte e cinco) questionários aplicados a residentes e analisados pela categoria sexo, correspondentes a 11 (onze) mulheres e 14 (quatorze) homens.

Gráfico 4– Residentes entrevistados pela categoria sexo

Fonte: Elaborado pela autora (2017).

De 25 (vinte e cinco) residentes, todos têm familiares ligados à atividade turística. São 15 (quinze) trabalhadores em meios de hospedagem, 4 (quatro) em barracas de praia, 3 (três) na oferta de esportes (*buggy*, *cavalo*, *kitesurf* ou outros) e 3 (três) em bares e restaurantes (Gráfico 5).

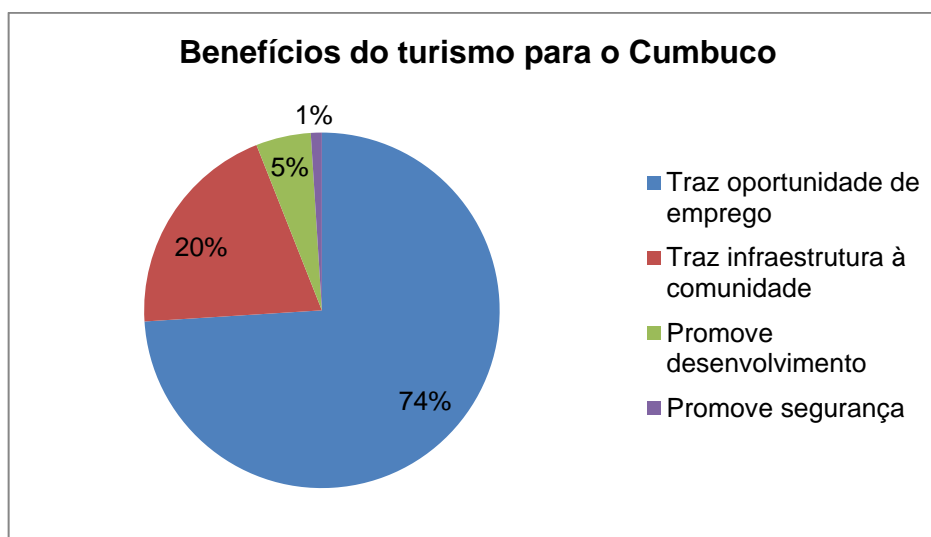
Gráfico 5 – Familiares dos entrevistados

Fonte: Elaborado pela autora (2017).

Indagados a respeito dos benefícios do turismo para o Cumbuco, 74% dos residentes afirmam ser o turismo oportunidade de emprego; 1% promoção de

segurança; 5% desenvolvimento e 20% dizem haver desenvolvido infraestrutura (Gráfico 6).

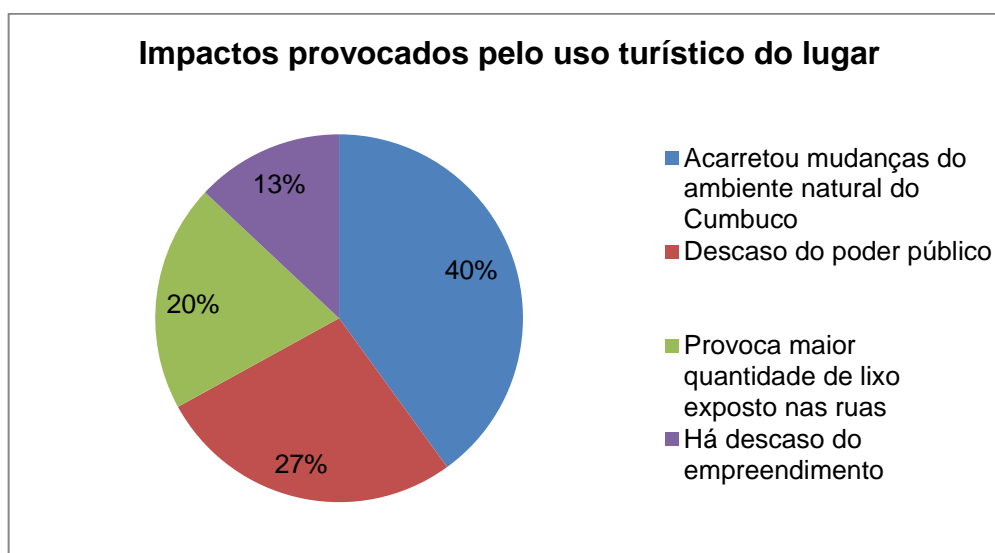
Gráfico 6 – Benefícios do turismo para o Cumbuco



Fonte: Elaborado pela autora (2017).

Sobre turismo, os residentes deram as seguintes respostas: 40% dos entrevistados acreditam que o turismo traz mudanças do ambiente natural; para 20%, provoca maior quantidade de lixo exposto nas ruas; para 13%, há descaso do empreendimento e 27% indicam descaso do poder público (Gráfico 7).

Gráfico 7 – Impactos provocados pelo uso turístico

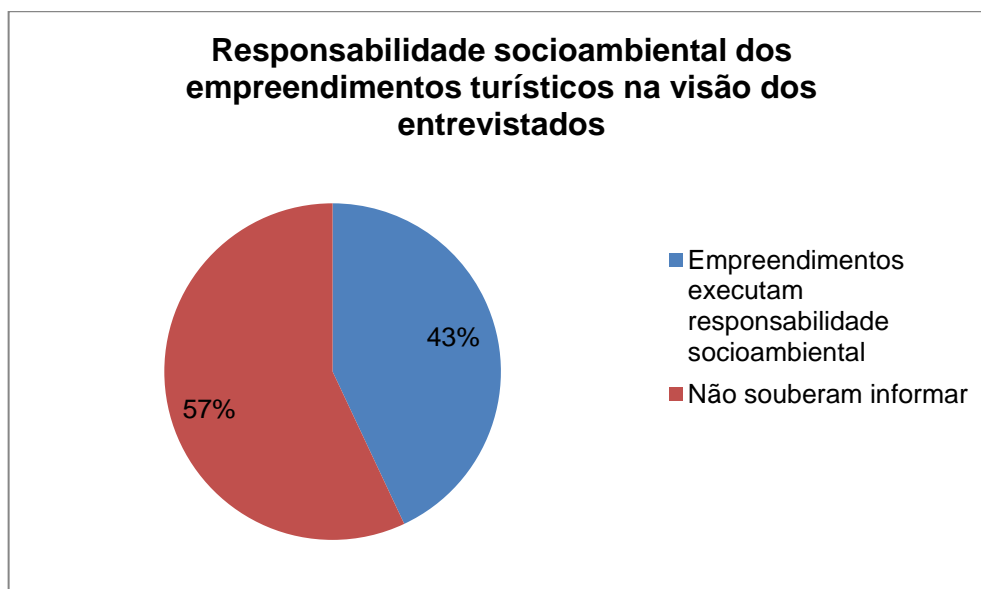


Fonte: Elaborado pela autora (2017).

Quanto à responsabilidade socioambiental dos empreendimentos turísticos, 43% dos entrevistados entendem que os empreendimentos têm alguma

responsabilidade socioambiental e 57% não souberam informar. A maioria dos entrevistados são pessoas com pouco grau de instrução, mas o tema responsabilidade ambiental é discutido e alguns têm consciência da existência e de sua prática (Gráfico 8).

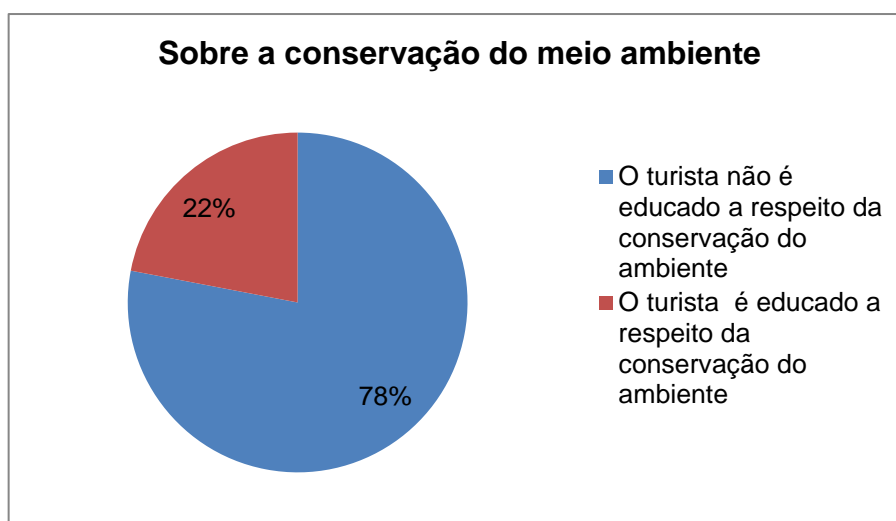
Gráfico 8 – Responsabilidade socioambiental



Fonte: Elaborado pela autora (2017).

Questionados sobre se turistas recebem alguma orientação quanto à conservação do meio ambiente, 78% afirmam não ser o turista orientado e 22% afirmam sim são instruídos (Gráfico 9).

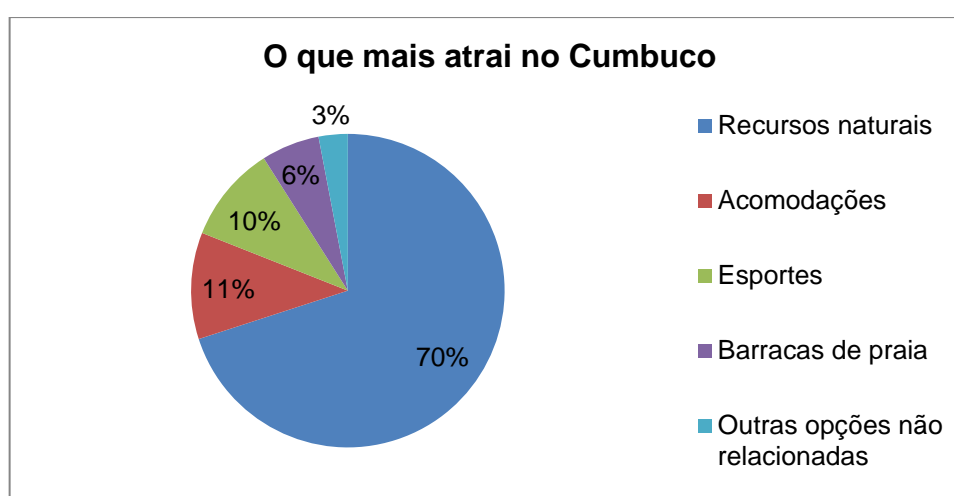
Gráfico 9 – Instrução aos turistas a respeito da conservação do meio ambiente



Fonte: Elaborado pela autora (2017).

A questão é que mostra a relevância que o poder privado e o público repassam ao turista, uma vez que esclarecer consciência ambiental e cuidados com o lugar é dever de todos e o turista precisa se enquadrar às normas e padrões de conservação e preservação mesmo de passagem. São variadas as opções de atratividade do Cumbuco como destino turístico: 70% dos residentes afirmam que são os recursos naturais o que mais atrai turistas, para 11%, são as acomodações oferecidas, 6% indicam barracas de praia; 10%, esportes e 3% opções não relacionadas (Gráfico 10).

Gráfico 10 – Atratividade do destino turístico



Fonte: Elaborado pela autora (2017).

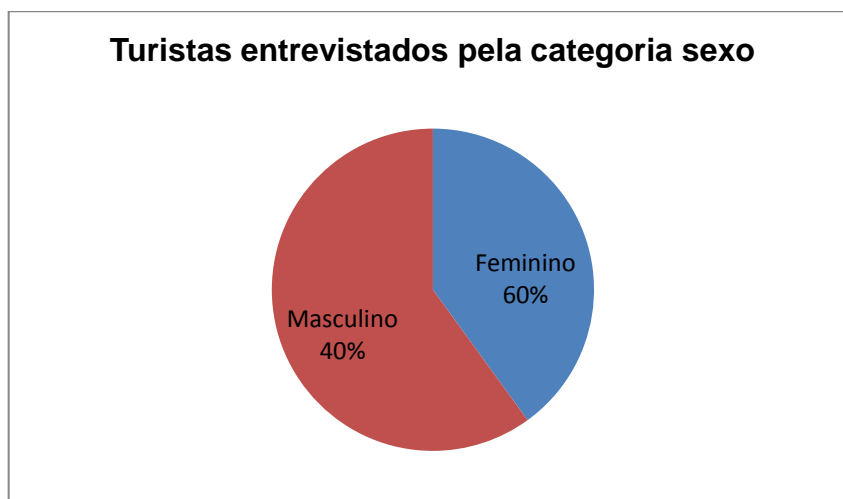
Sobre o Porto do Pecém ter trazido impactos à praia do Cumbuco, 100%, foram unânimes em dizer sim, impactos positivos e negativos. Presença de coreanos e de trabalhadores é notável. Os trabalhadores exercem influência na dinâmica do lugar, com escolha do Cumbuco para moradia fixa, o que faz com que residências, antes ocupadas para veraneio, tornem-se residências de estrangeiros, que além de morar, instalam empresas de alimentação, restaurantes, pousadas, comércios e imprimem ao lugar novos signos e linguagens.

4.4 TURISMO NA VISÃO DOS TURISTAS

Turistas que vão ao Cumbuco são os que fazem passeio “bate e volta”. As agências, na maioria, vendem por ser praia de fácil acesso, possibilitando ir e vir no mesmo dia, com oportunidade de banho, passeio de *buggy*, degustação em

restaurantes, compra de artesanato. Também pessoas de Fortaleza fazem turismo no Cumbuco, às vezes, com pernoites, em meios de hospedagem. Dos 50 turistas que participaram desta pesquisa, 22 (vinte dois) são do sexo masculino e 28 (vinte e oito) do feminino (Gráfico 11).

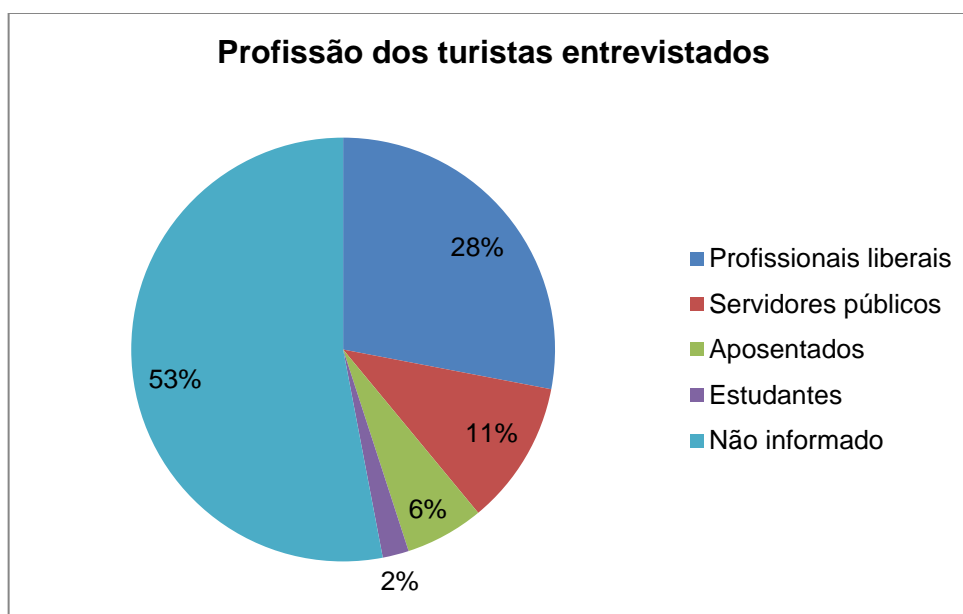
Gráfico 11 – Turistas entrevistados pela categoria sexo



Fonte: Elaborado pela autora (2017).

Em relação à profissão, destacam-se 28% de profissionais liberais, 11% de servidores públicos, 6% aposentados, 2% estudantes. O restante não informou (Gráfico12).

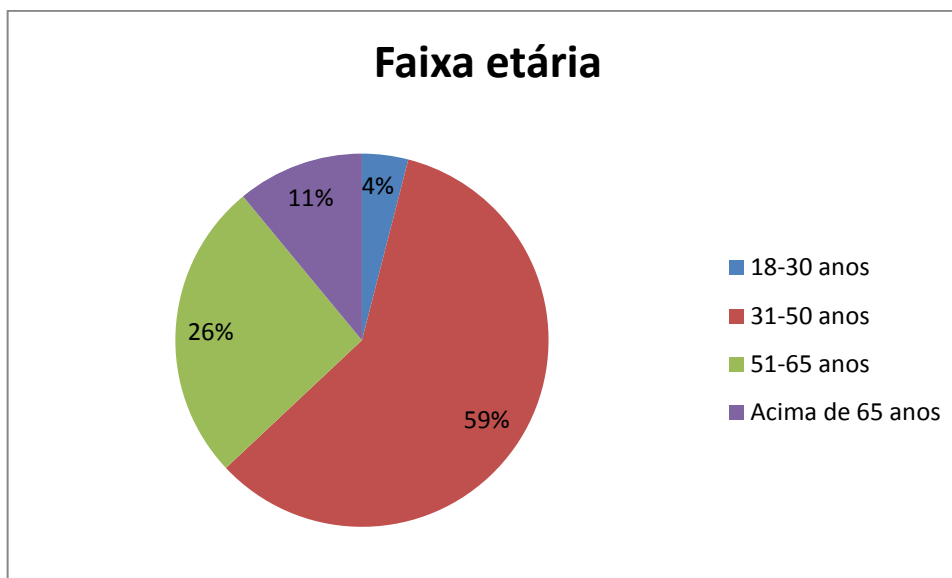
Gráfico 12 – Profissão dos turistas entrevistados



Fonte: Elaborado pela autora (2017).

A faixa etária de turistas pesquisados está entre 18 e 30 anos (4%), entre 31 e 50 (59%), entre 51 e 65 (26%), acima de 65 anos (11%). (Gráfico 13).

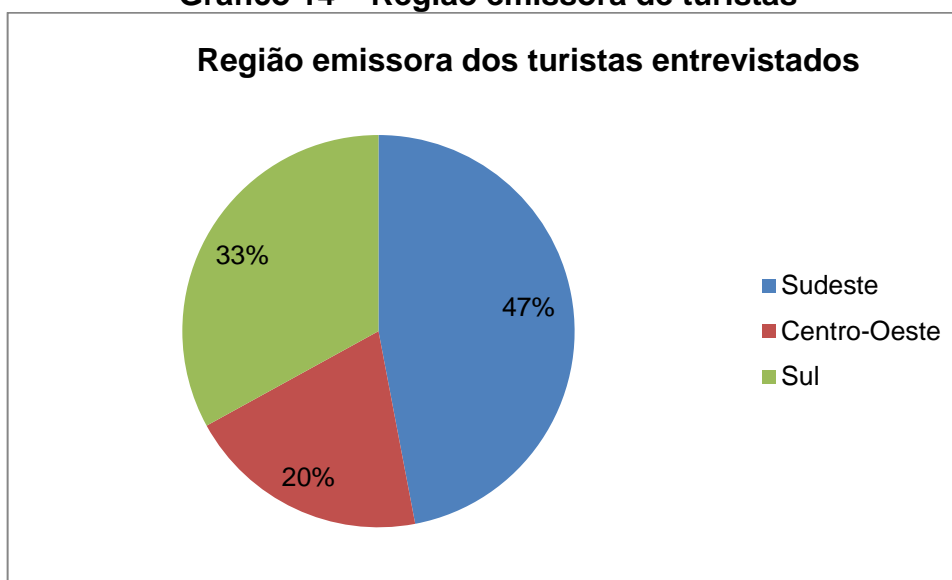
Gráfico 13 – Faixa etária dos turistas entrevistados



Fonte: Elaborado pela autora (2017).

Do universo pesquisado, 47% de turistas vieram da região sudeste do Brasil; 20% do centro-oeste, 33% do sul (Gráfico 14).

Gráfico 14 – Região emissora de turistas

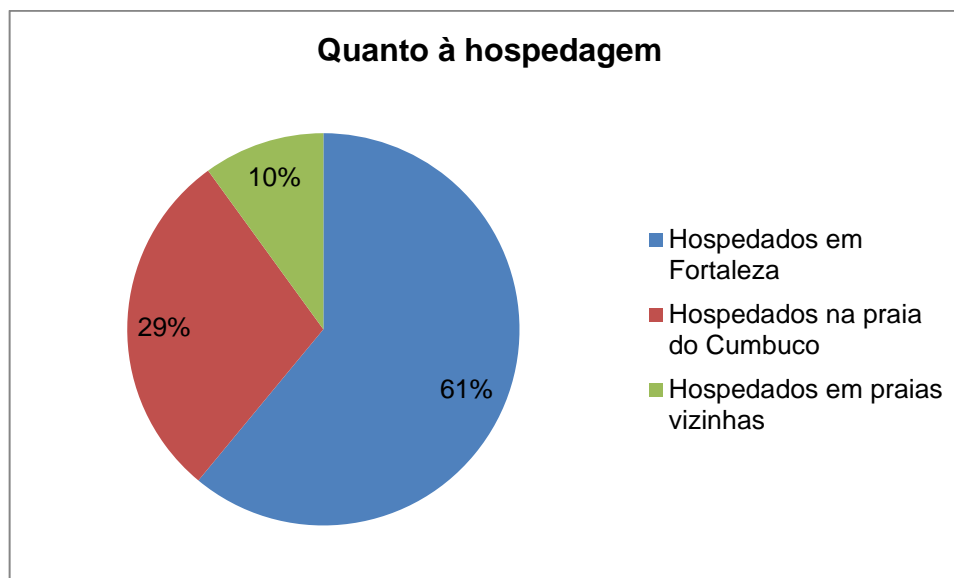


Fonte: Elaborado pela autora (2017).

No entanto, chama a atenção da pesquisadora: é que, embora a maioria dos turistas seja oriunda de outros estados, se hospedam na Metrópole e, em alguns casos, em praias vizinhas. Fazem turismo de um dia, no roteiro Fortaleza-Caucaia.

Dos entrevistados, 61% estavam hospedados em Fortaleza, 10% em praias vizinhas e 29% na praia do Cumbuco (Gráfico 15).

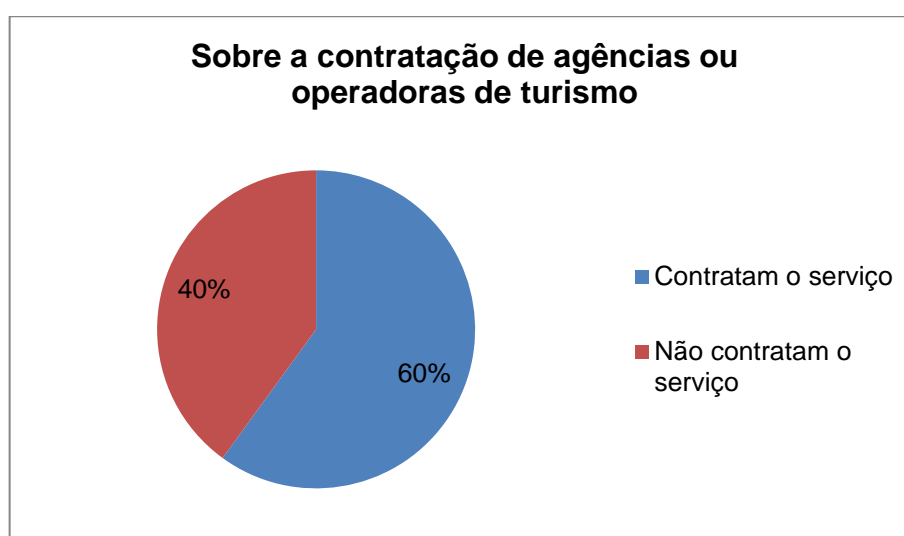
Gráfico 15 – Hospedagem



Fonte: Elaborado pela autora (2017).

Quanto como chegaram ao Cumbuco, nenhum viaja sozinho, 100% estavam acompanhados de familiares, amigos ou agências de viagens. Dos entrevistados, 60% vêm ao Cumbuco em grupo, com contratação de agência ou operadoras de turismo e 40% restantes não contratam serviços (Gráfico 16). A conurbação Fortaleza – Caucaia e facilidade de acesso viário à praia concedem benefícios, no sentido de permitir acesso fácil de turistas e fortalezenses.

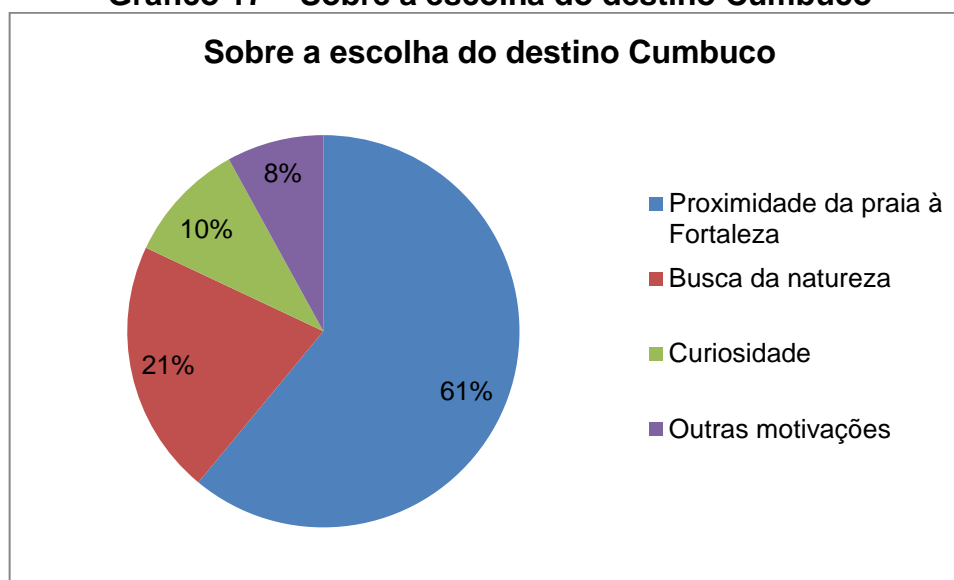
Gráfico 16 – Sobre a contratação de agências ou operadoras de turismo



Fonte: Elaborado pela autora (2017).

Sobre escolha do destino turístico, Cumbuco, 61% compraram pacote turístico para a praia, pela proximidade com Fortaleza; 10% pela curiosidade de conhecimento; 21% pela busca da natureza e 8% por motivações outras. Indicados os motivos de escolha do destino, a descoberta do lugar se dá pela divulgação de amigos ou informações da internet, conforme relatos (Gráfico 17).

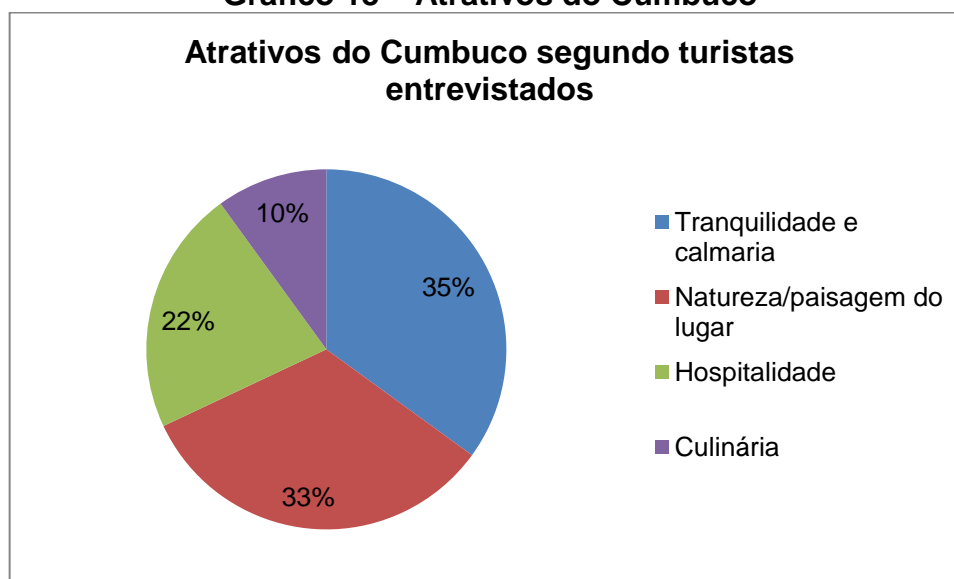
Gráfico 17 – Sobre a escolha do destino Cumbuco



Fonte: Elaborado pela autora (2017).

Questionados sobre atrativos do Cumbuco, 33% de turistas afirmam ser a praia ou paisagem do lugar, 35% informam que calma e tranquilidade é o que atrai o turista, 22% relatam a hospitalidade, 10% sobre culinária. (Gráfico 18).

Gráfico 18 – Atrativos do Cumbuco

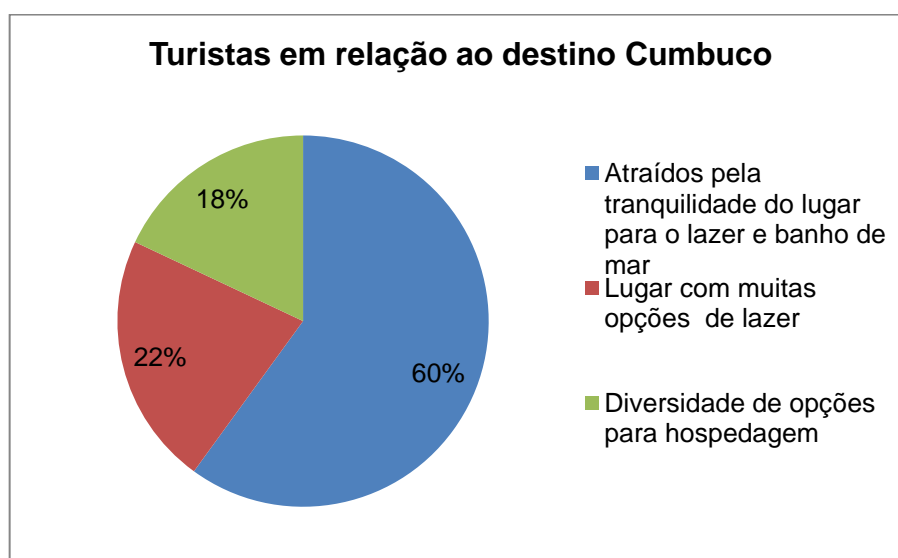


Fonte: Elaborado pela autora (2017).

A praia do Cumbuco agrada ao turista por fatores diversos. Mas a tranquilidade do lugar é ponto forte. O turista compara Cumbuco com praia do Futuro: insatisfação com ambulantes que não dão tranquilidade, com relação à insegurança quando da aproximação dos vendedores às mesas. Turista observa que se agrada mais de lugares agitados. Apesar das observações, a pesquisa informa que, na praia do Cumbuco, a satisfação de estar à beira-mar é maior.

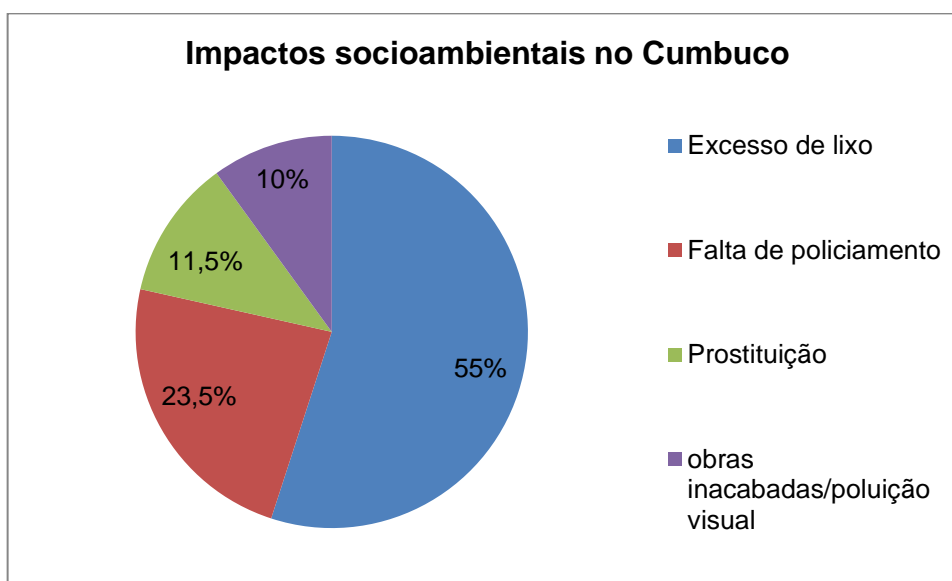
Dos pesquisados, 60% se sentem atraídos pela tranquilidade do lugar para lazer e banho de mar, 22% entendem que, para divertimento é lugar com muitas opções e 18% afirmam haver diversidade de opções de hospedagem (Gráfico 19).

Gráfico 19 – Turistas em relação ao destino Cumbuco



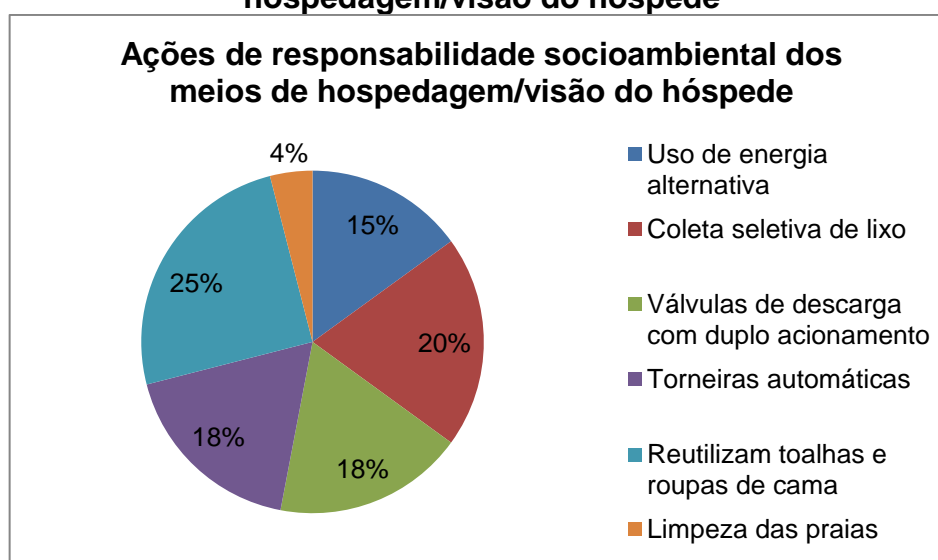
Fonte: Elaborado pela autora (2017).

Sobre impactos socioambientais, os turistas referem-se ao descaso com o meio ambiente, mau cheiro pelo acúmulo de lixo, em pontos da vila e falta de tratamento de esgoto. A reclamação com o excedente de lixo, principalmente na praia, corresponde a 55%, na opinião dos pesquisados, sendo o maior problema ambiental apontado falta de policiamento, 23,5%, prostituição é fator de alerta entre 11,5% de pesquisados, quando, nos finais de semana, mais precisamente, depois do fim de tarde, em barracas, bares e restaurantes, 10% observam que existem obras inacabadas, o que leva à poluição visual (Gráfico 20).

Gráfico 20 – Impactos socioambientais no Cumbuco

Fonte: Elaborado pela autora (2017).

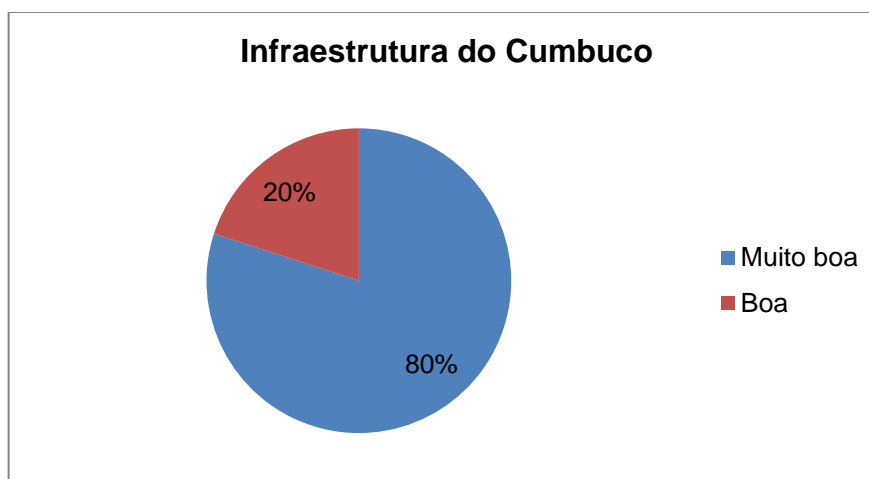
Entre as ações de responsabilidade socioambiental de hotéis, 15 % dos empreendimentos usam energia alternativa, 20% coleta seletiva de lixo, 18% uso de válvulas de descarga com duplo acionamento e 18%, torneiras automáticas, 25% reutilizam toalhas e roupas de cama e 4% efetuam limpeza das praias. Embora ações observadas pelos hóspedes, outras, por alguma razão, não são divulgadas pelo empreendimento e não foram apontadas (Gráfico 21).

Gráfico 21 – Ações de responsabilidade socioambiental dos meios de hospedagem/visão do hóspede

Fonte: Elaborado pela autora (2017).

Em relação à infraestrutura, a pesquisadora obtém respostas ao item a “categoria boa e muito boa”: 20% identificam o Cumbuco possuidor de boa infraestrutura e 80% a consideram muito boa (Gráfico 22).

Gráfico 22 – Infraestrutura do Cumbuco



Fonte: Elaborado pela autora (2017).

Quanto a retorno, 100% retornariam sim, apesar de turistas e residentes afirmarem que a praia apresenta problemas. Assim, Cumbuco tem relevância como núcleo receptor, bastante visitado. Faz-se necessário corrigir os impactos negativos para que não venham a comprometer fluxos turísticos.

4.5 TURISMO NA VISÃO DOS GESTORES

Os gestores entrevistados são administradores e gerentes de hotéis, à frente do empreendimento, no processo de desempenho e de decisões da empresa. Dos empreendimentos visitados, apenas 3 (três) gestores se dispuseram a participar da pesquisa, maioria do sexo masculino. Um é proprietário do empreendimento. Um gerente é turismólogo de Fortaleza, com formação na Espanha, outro veio da Holanda e tem curso superior completo.

Sobre a contratação de funcionários, os gerentes dão preferência à de funcionários do município de Caucaia. Só não o fazem se não os houver no lugar. Facilidade de traslado e permanência, nas dependências do empreendimento, são importantes, além de ser maneira de ajudar a comunidade, na oferta de emprego que dá retorno ao município como forma de responsabilidade socioambiental.

Os gestores entrevistados informam haver compromisso com o meio ambiente e ações de responsabilidade socioambiental divulgadas internamente. A divulgação é feita por meio de informativos no balcão da recepção ou disponibilizam no site oficial do meio de hospedagem.

Os gestores veem os impactos ambientais e tentam melhorá-los, 66,66% informam que o empreendimento contribui, de alguma forma, com cuidados com descarte de lixo, reutilização de toalhas e roupas de cama, controle de água e uso alternativo de energia e 33,33% buscam outras práticas como conservação dos jardins e limpeza da praia. Unanimidade: 100% dos empreendimentos afirmam que a prefeitura de Caucaia não colabora com o turismo da praia do Cumbuco, não faz parceria com empreendimentos, não dá apoio nem colabora com infraestrutura urbana.

Os gestores afirmam que as razões que levaram à escolha do Cumbuco é que a praia oferece ambiente natural, atrativos propícios ao turismo de sol e praia, além de segmentos de ecoturismo e aventura. Afirmam também que a instalação do Complexo Industrial no Pecém é motivo de investimento na região e que o resultado promove a praia do Cumbuco. A afirmativa é coerente com o que aconteceu ao Cumbuco depois dos investimentos no Pecém. Segundas residências tornaram-se residências principais de trabalhadores, ampliaram-se as atividades do comércio, estrangeiros se instalam em Cumbuco comprando residências, implantando pousadas, restaurantes e estabelecimentos comerciais, o que modifica a dinâmica do lugar e intensifica a ocupação. O Pecém indiretamente interfere no Cumbuco contribuindo para a ampliação da infraestrutura que se apresenta melhor do que no Pecém.

Gestor observa que a proximidade com Fortaleza é ponto positivo para o empreendimento, no entanto existe fator que dificulta a comunicação do Cumbuco com os lugares. Para hóspedes que desejam deslocamento para praias como Jericoacoara e Canoa Quebrada o valor do transfer é de até R\$ 300,00 (trezentos reais). Caso o turista esteja em Fortaleza, o valor do transfer é de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais). Questão não relatada pelos gestores, mas observada em campo, pelos relatos de residentes é a especulação imobiliária que supervaloriza terras para residentes: são terrenos superfaturados. Também o comércio, faz-se variado, com oferta de produtos bons, bem mais caros, por visar atender a população e turistas frequentadores.

Sobre relacionamento dos empreendimentos com organizações ou instituições, há campanhas de ações que atendem crianças carentes no município de Caucaia-CE. É projeto de responsabilidade social que propõe “apadrinhamento” da criança carente, vinculado à “Instituição Criança Levanta-te” na comunidade próxima ao hotel, na praia de Iparana. Trata-se de Organização Não Governamental que acolhe crianças do Conselho Tutelar e da Vara de Infância do município de Caucaia. O projeto da Instituição oferece reforço escolar, escolinha de futebol, refeições e internamento de pais com dependência química, além de outras propostas. Crianças carentes recebem presentes no Natal, pela campanha “Natal Solidário”. O empreendimento compromete-se com a reestruturação da estação de tratamento de esgoto para atender a padrões exigidos pelo município de Caucaia. Gestor informa que está em fase de planejamento a comunicação com instituições para de que forma contribuir com a responsabilidade socioambiental.

Poucos sites de hotéis fazem menção às ações de responsabilidade socioambiental. A preocupação é com a comercialização, divulgação, sem qualquer tipo de prestação de contas de ações de sustentabilidade. Os hotéis têm canal de comunicação para reclamações ou sugestões via *on line*, mas não especificam com clareza ser serviço de atendimento ao consumidor (S.A.C): trata-se de forma de comunicação de reserva de hospedagem.

Há falta de investimento por parte dos empreendimentos turísticos, na forma de conscientização dos hóspedes quanto às questões ambientais e importância do patrimônio histórico e cultural. No que diz respeito à conservação e/ou preservação do patrimônio cultural, diferencial motivador de destinação, as ações são tímidas. A consciência sobre o patrimônio cultural do Cumbuco reflete, nos residentes, a importância dos empreendimentos turísticos que estreitam laços de comunicação e aceitação com a sociedade do uso turístico do lugar. A comunidade tem outra ótica quando empreendimentos turísticos promovem o lugar e provocam a sensação de pertencimento e comprometimento de residentes com o desenvolvimento e com a geração de emprego e renda, questões fundamentais para o lugar e residentes.

A pesquisa de campo revela os impactos da praia quando da expansão turística de Fortaleza que atinge municípios vizinhos, caso de Caucaia pela conurbação das cidades. Residentes reconhecem importantes benefícios do turismo, emprego e geração de renda, mas compreendem que as mudanças no ambiente

natural e o descaso do poder público com o ambiente e residentes é inadmissível. Acreditam que, apesar de os empreendimentos investirem em ações de responsabilidade social, não é o suficiente para dar ao lugar o respeito que necessita para se manter de forma sustentável. Apesar de o turismo desenvolver o lugar, falta melhorar a infraestrutura, sugerem residentes.

Os turistas não recebem orientação a respeito do patrimônio cultural nem sobre o meio ambiente e sustentabilidade turística da praia do Cumbuco. Muitos residentes não têm sequer interesse sobre questões locais. Turistas vêm de Fortaleza ao Cumbuco por meio de agência ou por conta própria, motivados pela proximidade de Fortaleza e para ter acesso à praia limpa. A tranquilidade da vila é forte atrativo.

A prostituição é tida como de impacto resultante da falta de fiscalização do poder público. Não há programa que trabalhe a questão com moradores, no sentido de coibir a ação de cafetões que promovem prostituição aliada aos problemas de disseminação de drogas e ações de violência. Questão observada pelos turistas são obras inacabadas que poluem o ambiente visual. Sobre a questão, embargos podem ser a resposta ou a crise econômica que chega a todas as camadas da sociedade. A falta de policiamento, na área, é observada pelos turistas e a queixa é relatada ainda pelos residentes que demonstram que turismo não traduz segurança. Apesar de os turistas darem destaque aos impactos visíveis, reforçam que retornariam à praia.

Os gerentes demonstram que as ações de responsabilidade socioambiental não fazem parte efetivamente das prioridades da gestão empresarial, apesar de haver divulgação do empreendimento nos sites das empresas. Ações online são vagas e não há detalhamento de atitudes em relação ao social e ambiental. É importante para turistas conhecer o nível de comprometimento da empresa com ações de responsabilidade socioambiental. No entanto fica claro que os empreendimentos não reconhecem a importância. Nesse sentido, é importante ressaltar que os gestores revejam o posicionamento a fim de tornar públicos os projetos e programas de responsabilidade socioambiental mostrando práticas que executam no empreendimento e entorno. Falas de gerentes não correspondem à real necessidade apresentada e nem com práticas de responsabilidade socioambiental.

Residentes, por participarem da cadeia do turismo, sentem consequências de impactos negativos, pela falta de responsabilidade socioambiental, e partem do pressuposto de que o excesso de lixo, sobrecarga de problemas, falta de segurança, prostituição e impactos não são de sua responsabilidade e sim do próprio poder público.

Empreendimentos de meios de hospedagem, ao agregarem conhecimento a hóspedes e residentes, entendem que a atitude pode ser contributiva como desempenho socioambiental da empresa, devido ao potencial de hóspedes e residentes e a capacidade impulsionadora de mudanças. No entanto, não atentos à questão, agem de maneira particular e individualista, dentro de conceitos e gestões formulados pelo próprio empreendimento, na conveniência dos objetivos e metas que estabelecem, esquecendo o coletivo.

4.6 MEIOS DE HOSPEDAGEM DO CUMBUCO

O turismo, atividade de consumo, ocasiona comumente impactos socioambientais, positivos e negativos. Os negativos decorrem de fatores como turismo de massa, ocupação indevida do solo, formação da configuração espacial produzida em jogo de interesses entre empresários, poder público e comunidade. O aumento da atividade turística requer transformações para atendimento da demanda e provoca impactos, aumento de consumo de energia, água, saneamento, aumento de dejetos sólidos, e líquidos. Em contraponto, a atividade provoca mudanças nos hábitos, nas questões sociais e políticas do ambiente, ao gerar emprego e estimular a economia com produção de bens e serviços, provocando impactos socioambientais positivos.

O antagonismo da realidade turística se entende pela ideia de que a matéria prima do turismo é a natureza e cultura, submetidas aos visitantes, imediatismo provocado pela globalização que torna instantâneas as informações e divulgação dos lugares, capitalismo e gestões, que provocam danos irreversíveis, capazes de comprometer, para sempre, a natureza do lugar. Vasconcelos (2005, p. 339) recorre à física para definir impacto socioambiental, pela lei de Newton, que diz: à ação corresponde reação da mesma intensidade e em sentido contrário. Morin (2005) entende impacto como algo conflitante e real e que se atenta para

Conceber e compreender o problema e acabar com a tola alternativa de ciência “boa”, que só traz benefícios ou da ciência “má” que só traz prejuízos. Pelo contrário, há que, desde a partida, dispor de pensamento capaz de conceber e compreender a ambivalência, isto é, a complexidade intrínseca que se encontra no cerne da ciência. (MORIN, 2005, p.16).

O turismo tem por base recursos naturais e culturais e, ainda que patrimônios não reconhecidos individualmente, eles existem e são explorados na lógica do capitalismo sendo inevitáveis os impactos. E por ser atividade turística de ordem essencialmente capitalista, os elementos participantes são transformados em objeto de consumo, “objeto de propriedade privada”, enfatizando a “fragilidade” do sistema capitalista quando o propósito é a geração do lucro e acúmulo de riquezas. São os contrapontos identificados e de difícil administração. À medida que a natureza se destaca como ideal à atividade turística, passa a “degradada, mercantilizada e consumida” (CORIOLANO, 2005, p.39). Autores referendam o capitalismo como “autodestrutivo, pois destrói a base de sustentação que é a natureza e o trabalho”.

Ao verificar os impactos da atividade turística, governo, sociedade e iniciativa privada encontram meios, com base no desenvolvimento sustentável, de minorar danos, com melhoria na qualidade de vida, para conforto social e ambiental, para turistas, residentes e visitantes. São ações pautadas na ética, imbuídas de princípios ecológicos e participação compartilhada com a sociedade civil. Modelo que diverge daquele em que a atividade turística ignora a riqueza de ambientes naturais e converge para o desenvolvimento em retrocesso, provocando, ao invés de desigualdades sociais, impactos, degradação da natureza, entre outros, a melhoria da qualidade do ambiente, do ar, da sociedade, das águas e do planeta. Diz Leff (2001) que:

O capital passa agora por uma fase ecológica, abandonando as formas tradicionais de apropriação primitiva e selvagem dos recursos das comunidades do Terceiro Mundo, dos mecanismos econômicos do intercâmbio desigual entre matérias-primas dos países subdesenvolvidos e dos produtos tecnológicos do Primeiro Mundo, a uma nova estratégia que legitima a apropriação econômica dos recursos naturais através dos direitos privados de propriedade intelectual. Esta estratégia econômica é complementada com uma operação que define a biodiversidade como patrimônio comum da humanidade e recodifica as comunidades do Terceiro Mundo como parte do capital humano do planeta. (LEFF, 2001, p.21).

O pensamento de Leff contribui para compreensão de que o capitalismo sofre mudanças e entende a necessidade de reconhecer os limites da natureza. É compreensão de que excessos contra a natureza comprometem a condição de

sustentabilidade. Dessa maneira, o turismo perpassa os limites conceituais antigos e absorve novas ideias, imprimindo o potencial ecológico e ampliando segmentos, incluindo-se a questão ética, cultural e natural. Turismo ecológico, rural, de aventuras, entre outros, sem sair da cadeia capitalista inicial. Mas vertentes de degradação ambiental e exclusão social permanecem. Nesse contexto, a proposta alternativa de atividade inclusiva emerge. Promove o trabalho junto às iniciativas públicas e privadas, necessidade de consumo de produtos e serviços turísticos aliados à conservação da natureza, melhoria de vida da sociedade e do ambiente. As marcas da praia do Cumbuco referem-se às belezas naturais e às relações socioespaciais. O discurso político do turismo atrai investidores para a praia que promove instalação de empreendimentos imobiliários e hoteleiros e aumenta a dinâmica do lugar. O impacto ambiental é definido pelo CONAMA pela resolução Nº 001/86, artigo 1º, como:

Impacto ambiental qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam a saúde; as atividades sociais e econômicas; a biota; as condições estéticas e sanitárias do ambiente; a qualidade dos recursos naturais.

A praia do Cumbuco tem vasta gama de meios de hospedagem, alguns com maior destaque para melhorias na estrutura, serviços e espaços ocupados. Para instalação de projetos, a Superintendência Estadual do Meio Ambiente – SEMACE licencia pelos estudos realizados, e aprova a construção de empreendimentos. O artigo 225, capítulo VI, inciso IV, da Constituição Brasileira de 1988 mostra exigências com empresários:

Exige na forma da lei, para a instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988).

A constituição determina que obras que venham impactar o ambiente ou causar degradação ambiental, tenham estudos prévios de impactos ambientais. Pela Lei Federal 6.938/81, que dispõe sobre política nacional do meio ambiente, instituiu-se o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) formado por órgãos e entidades da União, Distrito Federal, estados, municípios e as fundações, instituídos pelo poder público, responsáveis pela melhoria e proteção do meio ambiente. Constitui-se o Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, responsável por assessorar, estudar e propor ao órgão superior diretrizes para a política de meio ambiente e recursos naturais, além de deliberar sobre resoluções regulamentadoras.

Segundo Rezende (2007), o avanço da Lei 6.938/81 é a criação de instrumentos para a Lei de Política Nacional do Meio Ambiente – PNMA, Avaliação para Impactos Ambientais – AIA, e processo de licenciamento ambiental, exigência para empreendimentos efetivos ou parcialmente poluidores, causadores de impactos ambientais de nível elevado. O licenciamento precisa de Estudo de Impacto Ambiental – EIA, que coleta informações que avaliam futuros impactos ambientais.

A Resolução 0001/86 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA, 1986) determina que a análise de informações obtidas pelo EIA deve ser apresentada no Relatório de Impacto Ambiental – RIMA, documento público a ser enviado aos órgãos ambientais competentes para a liberação da licença que consente a construção do empreendimento. Relatórios e licenças teoricamente representam garantias ao empreendimento para não provocar impactos negativos, capazes de abalar o ambiente e prejudicar a natureza. No entanto, na prática, nem sempre é assim que acontece.

Conforme dados da Secretaria do Meio Ambiente - SEMACE (2012), para Caucaia-CE concederam-se 100% de licenças solicitadas para a Praia do Cumbuco, na instalação de nove (9) empreendimentos turísticos, no período de 2000 a 2012, que correspondem a cinco (5) hotéis, pousadas e hospedarias e quatro (4) complexos turísticos hoteleiros. Licenças ambientais são expedidas e ainda assim impactos sociais e ambientais são claramente visíveis, nesse sentido, há de se questionar a sustentabilidade do turismo.

A sustentabilidade favorece a natureza, destinos turísticos e ordem do turismo, do capital e desenvolvimento. Cabe o entendimento de que o espaço turístico é parte do espaço em que vivem pessoas. Estabelecer a importância do turismo de forma sustentável, como o que respeita o núcleo receptor, provoca resultados positivos e garante não somente o lucro, mas a melhoria da qualidade de vida, com distribuição de renda e emprego e promove o desenvolvimento econômico, social e ambiental. O redirecionamento do turismo sustentável faz o crescimento educacional, aumenta o nível de conservação ambiental e consciência ecológica.

Para tanto, são apropriadas as ações com estratégias de manutenção do turismo de forma sustentável, na esfera global, quando da implantação de grandes empreendimentos, no ambiente litorâneo. As ações de responsabilidade socioambiental se empreendem, uma vez que não aplicadas ou observadas pelo

poder público, requer-se coparticipação do poder privado, responsável pelos empreendimentos tratados como meios de hospedagens.

De acordo com dados da SETUR (2011), MTUR (2012) e trabalhos de campo, localizam-se na praia do Cumbuco, os seguintes meios de hospedagem (Quadro 1).

Quadro 1 – Meios de hospedagem

(continua)

	EMPREENHIMENTO	TIPO
1.	Summerville	Apart Hotel
2.	Vila Galé Cumbuco	Resort
3.	Carmel Resort	Resort
4.	Hotel Boutique 0031	Pousada
5.	Pousada Vela Azul Do Cumbuco	Pousada
6.	Eco Paradise	Condomínio
7.	Cond Royal Beach	Condomínio
8.	Vila Cumbuco	Condomínio
9.	Kariri Beach	Hotel
10.	Wai Wai Eco Residence	Condomínio
11.	Vg Sun	Condomínio
12.	Pousada Vila Coqueiros	Pousada
13.	Pousada Coqueiro	Pousada
14.	Itaca Hotel	Hotel
15.	Pousada Dunas Do Cumbuco	Pousada
16.	Pousada Kitecabana	Pousada
17.	Pousada Beleza Das Ondas	Pousada
18.	Pousada Maracujá	Pousada
19.	Paradise Hotel	Pousada
20.	Pousada Pouso Da Praia	Pousada
21.	Pousada Porto Azul	Pousada
22.	Pousada Jardim Do Cumbuco	Pousada
23.	Hotel Club Santa Fe	Pousada
24.	Pousada Cara Pro Sol	Pousada
25.	Hotel Tendas Do Cumbuco	Hotel

Quadro 1 – Meios de hospedagem

(conclusão)

EMPREENDIMENTO	TIPO
26. Hotel Praias Paiaguás	Hotel
27. Pousada Dunas Do Cumbuco	Hotel
28. Hotel Casa Dona Rosa	Hotel
29. Chalé Do Cumbuco	Pousada
30. Pousada Paraíso Do Cumbuco	Pousada
31. Pousada Duro Beach	Hotel
32. Pousada Windtown	Pousada
33. Pousada Bada	Pousada
34. Pousada Golfinho	Pousada
35. Cumbuco OceanView	Apart Hotel
36. Oona Beach	Pousada
37. Pousada Brasita	Pousada

Fonte: SETUR (2011). MTUR (2012). *In loco* (2017).

Os meios de hospedagem são empreendimentos privados que, entre as atividades, fornecem serviços de acomodação. De acordo com a norma NIH 54:2004 – do Programa de Certificação do Turismo Sustentável (PCTS), direcionada aos meios de hospedagem, “sustentabilidade representa o uso de recursos de maneira ambientalmente responsável, socialmente justa e economicamente viável, de forma que não comprometa o uso desses recursos nas gerações futuras”. Oficialmente comprometem-se com ações básicas, em conformidade com objetivos da responsabilidade socioambiental. Tais ações, de acordo com NIH-54 (2004, p.29), relaciona-se a objetivos e metas de eficiência energética, conservação e gestão do uso da água, conservação de áreas naturais, fauna e flora, seleção de uso e insumos.

Assim, ações de reciclagem do lixo, conservação da água e do meio ambiente e cumprimento de leis ambientais são mecanismos que representam uso e efetivação de trabalhos que corroboram a responsabilidade socioambiental, com que os meios de hospedagem se comprometem. Sobre ações ambientais de meios de hospedagem, verifica-se que

As ações ambientais estão mais alinhadas às estratégias corporativas, quando se foca o desenvolvimento sustentável a uma necessidade que atenda aos *stakeholders* de forma a transmitir-lhes credibilidade, responsabilidade e melhoria contínua nas empresas (PALME; TILLMAN, *apud* FREITAS; ALMEIDA, 2010, p.407).

Sustentabilidade, ambiente natural e *stakeholders* são discutidos e passam a ser objeto de interesse. Na perspectiva de avaliação do espaço e dos meios de hospedagem, aspectos são considerados.

Para conservação da atividade turística, é necessário planejamento e fiscalização pelo município e cobrança sobre o empreendimento com relação às práticas de medidas de proteção ambiental, no entorno, a fim de minimizar riscos. Vasconcelos (2005) explica que os problemas ambientais e turísticos são analisados dentro de uma gestão integrada na natureza, dos geossistemas, das cidades, das unidades de conservação e dos ambientes de uso do homem. Ação cabível é verificar quanto a gestão dos empreendimentos turísticos, pautada em determinações de leis ambientais. Identificando a forma de uso de recursos naturais e ações de gestão aplicadas, verifica-se a necessidade de planejamento para que a praia do Cumbuco não corresponda, em futuro próximo, a destino saturado.

Carmel Cumbuco Resort (Figura 38) é resort de bandeira brasileira, pelo menos 90% dos funcionários são contratados na região. Efetua gestão com responsabilidade ambiental, prima pela preservação da água com uso de válvulas adequadas para o consumo, seleção adequada de resíduos sólidos e descarte do óleo de maneira ecológica. No entanto, as ações não são divulgadas no site. O resort prima pela privacidade de hóspedes e tranquilidade. Trata-se de resort com registro no CADASTUR, com 88 Uhs e 186 leitos.

Figura 38 – Carmel Cumbuco Resort



Fonte: Própria autora (2016).

Outra categoria de empreendimento é o Hotel Boutique 0031 (Figura 39), de propriedade de holandeses, contrata funcionários de Caucaia. Efetua coleta seletiva do lixo e preserva a área verde do entorno. Faz pesquisa de satisfação com hóspedes, mas não faz divulgação das atividades.

Figura 39 – Hotel boutique 0031



Fonte: Própria autora (2016).

A Praia do Cumbuco tem enfrentado problemas impactantes, devido ao aumento de fluxo turístico, por ser um dos principais destinos turísticos do Ceará. Excessos de visitação e falta de consciência de residentes e turistas sobrecarregam o ambiente. Ações do poder público não são suficientes para conter reações de visitantes e turistas e da comunidade no ambiente natural, como excesso de lixo nas ruas. A falta de planejamento é impactante e impede soluções apropriadas. Ruschman (1997, p.10) afirma que

O planejamento é fundamental para o desenvolvimento turístico equilibrado e em harmonia com os recursos físicos, culturais e sociais das regiões receptoras, evitando assim, que o turismo destrua as bases que o fazem existir (RUSHMAN, 1997, p.10).

O Hotel Kariri Beach, fundado em 1998, de propriedade de estrangeiros e brasileiros, mantém 22 funcionários contratados do município de Caucaia, para atender o setor hoteleiro sendo gerente geral turismólogo com formação na Universidade Pública de Navarra - Espanha, conforme relato. O hotel possui administrações, uma hoteleira e a condominial feita por empresa terceirizada, tem ao todo noventa (90) apartamentos, apenas vinte e quatro (24) quartos de hotel, sendo os demais particulares e maior parte pertencente a estrangeiros (Figura 40).

Figura 40 – Hotel Kariri Beach



Fonte: Própria autora (2016).

O Kariri Beach hotel efetua normalmente pesquisas de satisfação de hóspedes e afirma atender demandas solicitadas. As ações de responsabilidade social e ambiental, no entanto, não são divulgadas no site do hotel.

Figura 41 – Hotel Kariri Beach

Fonte: Própria autora (2016).

O *Resort Vila Galé Cumbuco*, um pouco distante da vila dos pescadores, do centro do Cumbuco, pertence a grupo português. Representa conceito de não-lugar por iguais em qualquer parte do mundo e satisfazem demandas de turistas classe A, de alto consumo, por exemplo, uma diária custa de r\$ 2.000,00 a r\$ 3.000,00. Há contradições no desejo dos turistas que querem viajar e, ao mesmo tempo, permanecer em lugar seguro e confortável como a residência. Coriolano (1998) explica que espaço torna-se lugar à medida que há vínculo pessoal, que adquire significação. Pois são as afinidades, identificações e conhecimentos que definem lugar. E não-lugar representa o oposto do lugar.

A complexidade dos *resorts* como meio de hospedagem, para atendimento da atividade turística, está representada como “não lugar”, espaço sem identidade, espaço de consumo elitizado e homogeneizado, pois o consumo é igual em todos os resorts. Na concepção de Santos, 2005, p. 1 e 58, “lugar possui funcionalização do mundo e é por ele (lugar) que o mundo é percebido empiricamente”. *Resorts* são complexos hoteleiros que utilizam espaços a fim de proporcionar ao hóspede variedade de atividades, segurança e luxo. Oferecem campos de *golf*, *spa*, quadra de esportes, cinemas, centro de convenções para que o hóspede não queira se ausentar.

No Brasil, é realidade a procura de espaços litorâneos e no Nordeste, por se tratar de espaços vazios e preservados, propícios para instalação dos grandes investimentos.

É o que ocorre com o *Resort Vila Galé Cumbuco*, de grande porte, 416 quartos, suítes e 49 chalés. As práticas de responsabilidade social são divulgadas no site do hotel: doação de refeição às associações de caridade, doação em dinheiro à instituição de solidariedade, a cada questionário de satisfação preenchido, doação de bens que são remodelados, inserção sócio profissional de pessoas potencialmente excluídas. Ao tentar manter contato, via e-mail, com o gestor do *resort* para conseguir relatos de gestores ou funcionários, não houve retorno. Não é permitida a entrada para efetuar pesquisa. A portaria do *resort* informa que a entrada de não hóspede tem que ser autorizada pela gerência superior.

Além dos *resorts*, pousadas e hotéis, existe nova modalidade de hospedagem, *condohotéis* ou *condoresorts*. São condomínios privados, residências particulares, espaços luxuosos, com segurança particular, alguns com serviços de hotelaria. O investimento ocorre na Praia do Cumbuco, devido à demanda efetuada por empresários do Complexo Industrial do Porto do Pecém, caso do *VG Sun* empreendimento do Hotel Vila Galé, 304 apartamentos, com serviços de *Resort*. A Figura 42 apresenta fachada do *VG Sun*, empreendimento que está em fase de finalização.

Figura 42 – VG SUN



Fonte: Própria autora (2016).

Outro empreendimento de hospedagem, *Wai Wai Eco Resort* (Figura 43), que atende público seletivo, condomínio residencial que oferece conforto e segurança para atender os profissionais do Porto ou mesmo atender ao público que escolhe o lugar para veraneio.

Figura 43 – Wai Wai Eco Residence



Fonte: Própria autora (2016).

O condomínio *Wai Wai Eco Residence* possui 245 apartamentos, em blocos de quatro andares, à beira-mar, entre a Barra do Cauípe e Praia do Cumbuco, onde se tornou obra inacabada, o *Saint Tropez des Tropiques*⁴¹, que representava o marco do turismo internacional para o Ceará. O condomínio é uma das últimas obras finalizadas.

O condomínio Royal Beach (Figura 44) pertence a estrangeiros que alugam apartamentos por temporada, principalmente a trabalhadores coreanos do Porto do Pecém. Os funcionários do resort moram em Caucaia e Cumbuco. O empreendimento tem responsabilidade com a manutenção da área verde do entorno.

⁴¹*Saint Tropez des Tropiques*: Primeiro resort do Ceará da década de 1980, que impacta a Praia do Cumbuco.

Figura 44 – Condomínio Royal Beach



Fonte: Própria autora (2016).

O Condomínio Vila Cumbuco (Figura 45) construído desde 2010, possui 3 funcionários, dois (2) de Caucaia e somente um (1) do Cumbuco. Os apartamentos pertencem a estrangeiros e brasileiros, alugados, na maioria, por imobiliária para curta temporada.

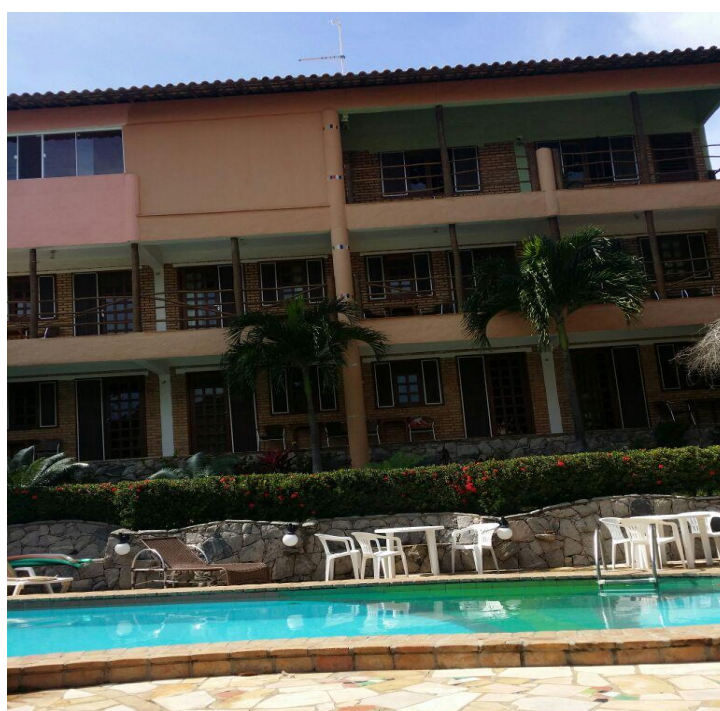
Figura 45 – Condomínio Vila Cumbuco



Fonte: Própria autora (2016).

Mantém a área verde da rua e efetua o descarte do lixo, oriundo do condomínio, de maneira ecológica. Nessa rua, estão os condomínios Royal Beach, Vila Cumbuco e pousada Tropical Wind (Figura 46).

Figura 46 – Pousada Tropical Wind



Fonte: Própria autora (2016).

A pousada Tropical Wind tem funcionários residentes do Cumbuco e Caucaia. Compromete-se com a separação do lixo e também conserva a área verde do entorno (Figura 47), com responsabilidade social e ambiental. A área verde do lugar destaca-se pela diversidade de árvores e flores do ambiente natural.

Figura 47 – Área verde



Fonte: Própria autora (2016).

4.7 PRÁTICAS DE RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAIS

O relatório da Conferência Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento, Nosso Futuro Comum em 1987, a maneira de entender responsabilidade socioambiental é desvincular o termo da filantropia e da ação social associando-o a ações que se estendem a atores da cadeia produtiva do turismo. As ações se ligam a conceitos de ética, cidadania empresarial, gestão estratégica, além de ecologia. O relatório traz o tema desenvolvimento sustentável para discurso público.

As empresas representam fortes impulsionadores de transformação que, ao adotar postura socialmente responsável junto à sociedade e estado, além de

promover perspectivas de sucesso na gestão empresarial, se tornam aptas a influenciar nas políticas públicas, de forma a trazer benefícios à sociedade.

Práticas de responsabilidade social representam ações que se preocupam não somente com o lucro e divulgação da empresa, mas principalmente com o impacto sobre o bem-estar da sociedade. Iniciativas de grandes mudanças, traduzido em objetivos traçados para alcance do desenvolvimento sustentável, são ferramentas no processo de evolução e desenvolvimento.

Assim, ao pesquisar as práticas de responsabilidade socioambiental em meios de hospedagem, verificou-se ser comum empreendimentos se utilizarem de ferramentas para economia de água com uso de torneiras com fechamentos automáticos e válvulas com controle de liberação. Observou-se o uso de energia solar, além de uso de lâmpadas de baixo consumo energético, proposta de reutilização de roupas de cama e banho e limpeza da praia. A separação do material para reciclagem é prática dos empreendimentos pesquisados, mas não comprovadas as falas de gerentes, no sentido de haver reciclagem de resíduos. Um empreendimento informa que o descarte de óleo é efetuado de maneira ecológica, sem divulgação, na fase inicial do projeto da ação.

Dá-se incentivo pela iniciativa do poder privado com o Instituto Triângulo de Desenvolvimento Sustentável⁴², juntamente com a prefeitura de Caucaia, ao projeto de juntar óleo de cozinha e descarte de maneira sustentável, conscientizando a população do não descarte de óleo de cozinha na rede de água e esgoto. O projeto propõe a troca do óleo usado que entregue ao caminhão de coleta, recebe, em troca, até duas barras de sabão biodegradável produzido com óleo reciclado.

Um empreendimento, em 2016, fez campanha de ações que atendem crianças carentes, no município de Caucaia-CE. É um projeto de responsabilidade social que propõe “apadrinhamento” de crianças carentes e vincula-se à “Instituição Criança Levanta-te” na comunidade próxima ao hotel, na Praia de Iparana. Trata-se de organização não governamental que acolhe crianças do conselho tutelar e da

⁴² Instituto Triângulo de Desenvolvimento Sustentável é Organização não Governamental – ONG, sediada no estado de São Paulo, que reúne parcerias com o poder público e privado que trabalham com o intuito de contribuir com a qualidade de vida das pessoas e do meio ambiente através de ações sustentáveis e também promover o desenvolvimento sustentável de instituições e empresas as quais mantém parcerias. O município de Caucaia-CE é um dos lugares escolhidos pelo o Instituto Triângulo em parceria com a Bunge Brasil (marca do óleo Soya) e a Ultragaz, para a implementação de projeto piloto de coleta de óleo de cozinha, em 2014.

Vara de Infância do município. O projeto da Instituição oferece reforço escolar, escolinha de futebol, refeições e internamento de pais com dependência química, e outras propostas. As crianças recebem presentes no Natal, com a campanha do resort “Natal Solidário”.

Ações de responsabilidade socioambiental dos empreendimentos não fazem parte do interesse de gestores na divulgação, nesta pesquisa, nem mesmo para consumidores e residentes, fato que deve ser revisto e incluído nos objetivos e prioridades dos empreendimentos.

A análise de resultados da pesquisa é desenvolvida na praia do Cumbuco, dos meios de hospedagem: Carmel Cumbuco Resort, Hotel boutique 0031, Hotel Kariri Beach, condomínio Vila Cumbuco e condomínio Royal Beach.

A pesquisa de campo se deu nos meses de dezembro 2016 e janeiro de 2017, pela pesquisadora. O estudo afere dados qualitativos e quantitativos obtidos pelos questionários e entrevistas semiestruturadas, com os seguintes *stakeholders*: 50 (cinquenta) turistas identificados por meio do questionário, hóspede ou visitante, 3 (três) de 5 (cinco) gestores dos meios de hospedagem visitados, 25 residentes da vila de pescadores e do entorno, inclusive 1 (um) líder comunitário, que faz parte da amostra dos residentes. Os meios de hospedagem não permitiram a aplicação de questionários em dependências.

Questionários e entrevista com gestores foram realizados no empreendimento. Enviaram-se e-mails no mês de dezembro 2016, a outros empreendimentos e não houve resposta. Os e-mails solicitavam a permissão para visita e disponibilidade de atendimento à pesquisa. Não houve retorno, no entanto a pesquisadora se dirige à praia do Cumbuco e procura, entre hotéis listados pela MTUR 2014, os que participariam da pesquisa.

O estudo atendeu ao objetivo geral, ao analisar o turismo e a responsabilidade socioambiental de meios de hospedagem, e aos específicos: 1. Identificar como o turismo chega ao Cumbuco; 2. Compreender a conurbação Fortaleza/Cumbuco; 3. Identificar os impactos socioambientais mais graves; 4. Descrever as práticas de responsabilidade socioambiental realizadas por empresários do turismo, nos meios de hospedagem.

5 CONCLUSÕES

Depois de estudos e pesquisas sobre o tema, conclui-se que ocorreu expansão turística de Fortaleza, um núcleo receptor consolidado. A metrópole espraia-se pelo município de Caucaia, com a descoberta do turismo da praia do Cumbuco. Não somente pelos recursos da praia, mas principalmente pelos investimentos públicos e privados, no litoral oeste, viabilidade de acesso, diversidade de atrativos e segmentos de turismo, além da proximidade com Fortaleza fazem do Cumbuco, núcleo receptor de turismo. Os fatos explicam a descoberta do Cumbuco, na relação com a metrópole e a praia. O turismo descobre o Cumbuco quando a metrópole se espraia pelo litoral em busca de lazer. Falta planejamento, apesar dos investimentos, quanto à atuação do poder público, em questões ambientais e sociais. A paisagem natural fortemente modificada e impactada mostra o descaso dos órgãos de proteção ambiental, SEMACE, IMAC e da prefeitura de Caucaia, no sentido de acompanhar as mudanças com ações regulatórias e com monitoramento das práticas na praia.

Parcerias, entre poder público e privado e comunidades são essenciais para que políticas públicas promovam o desenvolvimento e sustentabilidade do turismo. Falhas no envolvimento de atores mostram a ineficácia dos resultados de políticas públicas.

Os impactos socioambientais são resultantes da falta de compromisso das empresas e residentes, com acúmulo de dejetos em áreas residenciais e em terrenos abandonados, resultantes não somente de empreendimentos de hospedagem, mas dos próprios residentes, e o problema é potencializado porque o poder público não cumpre o papel de gestor. Esgotos visíveis, ausência de segurança pública, violência e especulação imobiliária elevando preços de terrenos e custo de vida são problemas passados de gestores a gestores.

A implantação de empreendimentos de estrangeiros acrescenta signo ao lugar e descaracteriza a originalidade do Cumbuco que tem a história pautada na colônia de pescadores e gente do mar. Os empreendimentos não promovem a valorização do patrimônio e a cultura do Cumbuco, de forma que o lugar não é mais o mesmo e o residente perde o sentimento de pertencimento e raízes. Não há clareza e transparência por parte dos empreendimentos, quanto aos objetivos da empresa, quanto à prática de ação de responsabilidade socioambiental.

Daí a dificuldade de respostas aos questionamentos propostos pela pesquisa presencial, por se negarem as pessoas a receber pesquisadores. Frente aos problemas decorrentes do uso turístico da praia, os empreendimentos de hospedagem desenvolvem ações insignificantes, em relação ao desenvolvimento e à valorização das pessoas. O tema responsabilidade socioambiental está mais relacionado a expectativas de licenças e premiações do que efetivamente de mudanças necessárias como desenvolvimento e sustentabilidade.

Conclui-se que empresas ainda que assumam critérios de responsabilidade socioambiental, não concedem aos *stakeholders* a importância devida. Adéquam-se às novas exigências do mercado para aquisição de certificados de excelência, mas decisões tomadas pelos gestores priorizam a geração de lucros, desligando-se muitas vezes da base de responsabilidade social. O modo de produção capitalista prima pela obtenção de capital e lucro e as empresas esquecem atitudes de preservação e conservação da natureza. A ideia de compartilhamento dos planos e decisões facilita o equilíbrio de interesses da empresa e da comunidade. Os interesses dos proprietários, na geração do lucro, precisam se coadunar com os dos *stakeholders*.

REFERÊNCIAS

ADLER, P.A.; ADLEA, P. Observacional techniques. In: DENZIN, N.K.; Lincoln, Y.S **Handbook of qualitative research**. California: Sage Publications, 1994.

ALBUQUERQUE, Leônidas. Obras do Cumbuco Golf Resort ficam para fevereiro. **Jornal Diário do Nordeste**, Fortaleza, 27 out. 2006. Negócios. Disponível em: <<http://diariodonordeste.globo.com/matéria.asp?codigo=377511>>. Acesso em: 26 set. 2016.

ALVAREZ, M.; BURGOS, J.; CESPEDES, J. Um análisis exploratório de las estrategias medioambientales y el contexto organizativo de los hoteles españoles. **Cuadernos de Economía y Dirección de la Empresa**, v.8, n.1, 2001.

ALVES, Elvisney Aparecido. Dimensões da responsabilidade social da empresa: uma abordagem desenvolvida a partir da visão de Bowen. **R. Adm.**, São Paulo, v.38, n.1, p.37-45, jan./mar.2003.

AMORA, Zenilde B. Indústria e espaço no Ceará. In: SILVA, José Bozarchiello da (Org.). **Ceará: um novo olhar geográfico**. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2007.

ANATO, Mercedes. El uso de los instrumentos clásicos del marketing y la tecnología digital en turismo. **Estudios y perspectivas en turismo**, Buenos Aires, v.15, n.1, p.19-40, 2006.

ANDRADE, José V. **Turismo: fundamentos e dimensões**. São Paulo: Ática 1998.

ANUÁRIO DE FORTALEZA 2012-2013. **Porto do Mucuripe**. Disponível em: <<http://www.anuariodefortaleza.com.br/infraestrutura/porto-do-mucuripe.php>>. Acesso em: 17 jul. 2016.

ARAÚJO, Enos Feitosa de; DANTAS, Estógio Vanderlei Correia. **Litoral de Caucaia: evolução e dinâmicas socioespaciais**. Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 2008.

_____; PEREIRA, Alexandre Queiroz. O turismo e a valorização do litoral metropolitano: espacialidade turística em Caucaia-CE. **Raega**, Curitiba, v.21, p.78-104, 2011. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/raega/article/view/17049/13996>>. Acesso em: 12 out. 2016.

_____. Entre o litoral e o urbano: o turismo litorâneo na região metropolitana de Fortaleza. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v.14, n.45, p.64-80, 2013. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia>>. Acesso em: 13 jun. 2016.

ARRILAGA, Ignácio. **Introdução ao estudo do turismo**. Rio de Janeiro: Rio, 1976.

ASHLEY, Patrícia Almeida (Org.). **Ética e responsabilidade social nos negócios**. São Paulo: Saraiva, 2003.

ASSIS, Lenilton Francisco de. Turismo sustentável e globalização: impasses e perspectivas. **Revista da Casa da Geografia de Sobral**, Sobral, v.4, n.1, p.131-142, 2002. Disponível em: <<http://www.uvanet.br/rcgs/index.php/RCGS/article/view/84/81>>. Acesso em: 13 nov. 2016.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE BARES E RESTAURANTES DO CEARÁ. (2015) **ABRASEL-CE prioriza setorização dos polos gastronômicos**. Disponível em: <<http://www.brasil247.com/pt/247/ceara247/165873/Abrasel--CE-prioriza-setoriza%C3%A7%C3%A3o-dos-polos-gastron%C3%B4micos.htm>>. Acesso em: 05 nov. 2016.

BAHL, Miguel. **Legados étnicos e oferta turística**. Curitiba: Juruá, 2004.

BARROSO, Osvald. **Ceará: uma cultura mestiça**. João Pessoa: Grafser, 2000. Disponível em: <<http://www.digitalmundomiraira.com.br/Patrimonio/CearaCulturaContextos/Diversificado/Ceara%20-%20Uma%20cultura%20mestica.pdf>>. Acesso em: 19 fev. 2016.

BENEVIDES, I. P.; CRUZ, R.C.A. Políticas governamentais do turismo no Ceará e do Rio Grande do Norte: especificidades locais no redescobrimto do Nordeste. In: BENEVIDES, I.P. (Org.). **Turismo e Prodetur: dimensões e olhares em parceria**. Fortaleza: EDUFC, 1998.

BENI, Mario Carlos. **Análise do turismo estrutural**. 3. ed. São Paulo: SENAC, 2000.

BOWEN, Howard Rothmann. **Responsabilidades sociais dos homens de negócio**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A., 1953.

BRASIL. Ministério do Turismo. **CADASTUR**. Disponível em: <<http://www.gabgov.ce.gov.br/index.php/noticias/1725-o-emprego-recebeu-investimento-de-r-470-milhoes-e-vai-gerar-1200-empregos>>. Acesso em: 02 fev. 2017.

BRASILEIRO, Maria Dilma; MEDINA, Júlio César; CORIOLANO, Luzia Neide (Org.). **Turismo, cultura e desenvolvimento**. Campina Grande-PB: Eduepb, 2012.

BRYMAN, A. The debate between quantitative and qualitative research: a question of method or epistemology? **The British Journal of Sociology**, v.35, n.1, p.75-92, mar.1984.

BUSCH, Susanna Erica; RIBEIRO, Helena. Responsabilidade socioambiental empresarial: revisão da literatura sobre conceitos. **INTERFACEHS**, São Paulo, v.4, n.2, p.1-25, maio/ago 2009. Disponível em: <<http://www.revistas.sp.senac.br/index.php/ITF/article/view/33>>. Acesso em: 03 jan.2017.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade**. São Paulo: Contexto, 2003.

CARLOS, Ana Fani Alessandri; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de (Orgs.). **Geografia das metrópoles**. São Paulo: Contexto, 2006.

CARROLL, Archie B. A three-dimensional conceptual model of corporate performance. **Academy of Management Review**, v.4, n.4, p.497-505, 1979.

_____. Corporate social responsibility: evolution as a definitional construction. **Business & Society**, v.38, n.3, p.268-295, 1999.

_____; Buchholtz, A.B. **Business and society: ethics and stakeholder management**. 5. ed. Ohio: Thomson South, 2003.

CARVALHO, Mônica de. **Cidade Global: anotações críticas sobre um conceito**. **São Paulo Perspec.**, São Paulo, v.14, n.4, p.70-82, oct.2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392000000400008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 27 out. 2017.

CASTELLI, Geraldo. **Turismo e marketing: uma abordagem hoteleira**. Porto Alegre: Sulina, 1984.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

CAVALCANTE, Eider de Olivindo. **Modernização seletiva do litoral: conflitos, mudanças e permanências da localidade do Cumbuco (CE)**. 2012. 139 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de pós-graduação em Geografia, Centro de Ciências, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/7789/1/2012_dis_eocavalcante.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2016.

CHAMBERLAIN, Neil W. Social Responsibility and strikes. In:ZENISEK, Thomas J. Corporate social responsibility, a conceptualization based on organizational literature. **Academy of Management Review**, v.4, n.3, p.361-375,1979.

CEARÁ (Estado). Secretaria de Turismo. **Indicadores turísticos 1995/2015**. Fortaleza: SETUR, 2016. Disponível em: <<http://www.setur.ce.gov.br/images/PDFs/ESTUDOS-PESQUISAS/Indicadores-1995-2015.pdf>>. Acesso em: 18 nov. 2016.

_____. _____. **Indicadores 2013**. Fortaleza: SETUR, 2012. Disponível em: <http://www.setur.ce.gov.br/categoria1/etudos-e-pesquisas/indicadores%20213.pdf>>. Acesso em: 1 ago 2015.

_____. _____. **Indicadores turísticos 1995/2014**. Fortaleza: SETUR, 2015. Disponível em: <www.ceara.gov.br>. Acesso em: 13 mar. 2016.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da Administração**. Recife: McGraw-HILL do Brasil, 1980.

CLAVAL, Paul. Conclusion. In: PERON, Françoise; RIECAU, Jean (Orgs.). **La maritimité aujourd'hui**. Paris. L'harmattnan, 1996.

CLARKSON, Max B. E. A stakeholder framework for analysing and evaluating corporate social performance. **The Academy of Management Review**, v.20, n.1, p.92-117, jan. 1995.

COELHO-COSTA, Ewerton Reubens; FERREIRA, Célia Augusta Lopes; SANTOS, Maria Socorro Figueiredo dos. Mariscalândia: o corredor turístico gastronômico do bairro Varjota em Fortaleza–CE/Brasil. **TURYDES**, v. 9, n. 20, jun.2016. Disponível em: <<http://www.eumed.net/rev/curydes/20/mariscalandia.html>>. Acesso em: 23 out. 2016.

COLTRO, A. **A ética e a responsabilidade socioambiental corporativa**: questões contemporâneas. São Paulo: Conhecimento & Sabedoria, 2004

CONJUNTURA DO DESEMPENHO DO TURISMO NO NORDESTE 2002/2014.

Estatísticas – indicadores do turismo no Nordeste. Disponível em:

<<http://www.ctinordestedobrasil.com.br/estatisticas.html>>. Acesso em: 13 mar. 2016.

CONTREIRAS, Joaquim Pinto; MACHADO, Virgílio Miguel; DUARTE, Ana Patrícia. Corporate social responsibility in tourism: the case of zoomarine Algarve.

TMStudies, Faro, v.12, n.1, p.127-135, mar.2016. Disponível em:

<http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2182-4582016000100013&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 23 out. 2016.

CORBIN, Alain. **O território do vazio**: a praia e o imaginário ocidental. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CORIOLOANO, Luzia Neide M.T. **Do local ao global**: o turismo litorâneo cearense. 2. ed. Campinas, SP: Papirus, 2001.

_____; SILVA, Silvio C. Bandeira de Mello. **Turismo e geografia** – abordagens críticas. Fortaleza: EdUECE, 2005.

_____. **Turismo, territórios sujeitos nos discursos e práticas políticas**. 2004. 294 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Núcleo de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, 2004.

_____. **O turismo nos discursos, nas políticas e no combate à pobreza**. São Paulo: Annablume, 2006.

_____; VASCONCELOS, Fábio Perdigão. **O turismo e a relação sociedade-natureza**: realidade, conflitos e resistências. Fortaleza: EdUECE, 2007.

CORIOLOANO, Luzia Neide M.T; NASCIMENTO, Iandra Virginia do. **Conhecimento tácito e aprendizado em arranjos produtivos locais (APL) do turismo comunitário em Trairi, Ceará**. Fortaleza: EdUECE, 2009.

_____. **Turismo, território e conflitos imobiliários**. Fortaleza: EdUECE, 2012.

CRESWELL, J. W. **Qualitative inquiry and research design**: choosing among five traditions. Thousand Oaks, California: Sage Publications, 1998.

CUNHA, Gabriela Bento; PEREIRA, Alexandre Queiroz. Vilegiatura marítima e os municípios litorâneos da região metropolitana de Fortaleza: o caso de Caucaia, São Gonçalo e Cascavel. **Geosaberes**, Fortaleza, v.6, n.3, p. 417-426, fev. 2016.

DANTAS, E.W.C. **Mar a vista**: estudo da maritimidade em Fortaleza. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria da Cultura e Desporto do Ceará, 2002.

_____. **Maritimidade nos trópicos**: por uma geografia do litoral. Fortaleza: EDUFC, 2009.

DAVIS, K. Can business afford to ignore social responsibilities? **California Management Review**, Spring, v.2, p.70-76, 1960.

DE LA TORRE, Oscar. **El turismo fenómeno social económico e científico**. México: Textos Universitários, 1992.

DEMAJOROVIC, Jacques. **Sociedade de risco e responsabilidade socioambiental**: perspectivas para a educação corporativa. São Paulo: SENAC, 2003.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (Orgs.). **O planejamento da pesquisa qualitativa**: teorias e abordagens. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DIAS, R. **Planejamento do turismo**: política e desenvolvimento do turismo no Brasil. São Paulo: Atlas, 2003.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana. **Povos e mares**. São Paulo: NUPAUB-USP, 1995.

DONALDSON, T.; PRESTON, L. E. The *stakeholder* theory of the corporation: concepts, evidence and implications. **Academy of Management Review**, Ohio, v.20, p. 65-91, 1995.

DUARTE, Gleuso Damasceno; DIAS, José Maria. **Responsabilidade social**: a empresa hoje. São Paulo: Livros Técnicos e Científicos S.A, 1986.

DUMAZEDIER, Jofre. **Lazer e cultura popular**. São Paulo: Perspectiva, 1973.

_____. **Sociologia empírica do lazer**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

_____. **A revolução cultural do tempo livre**. São Paulo: Estúdio Nobel, 1994.

FERNANDES, Laura M Marques; CORIOLANO, Luzia Neide. Turismo na perspectiva das agências de turismo. In: CORIOLANO, L.N. (Org.). **Turismo, território e conflitos imobiliários**. Fortaleza: EdUECE, 2012. p. 353-365.

FINEMAN, S.; CLARKE, K. Green stakeholders: industry interpretations and response. **Journal of Management Studies**, v.33, n.6, p.715-730, 1996

FONSECA, Maria Aparecida Pontes; LIMA, Renata Mayara Moreira (Orgs.). **Segunda residência, lazer e turismo**. Natal: EDUFRN, 2012.

FREEMAN, R.E. Divergent stakeholder theory. **The academy of Management Review**, v.24, n.2, p.233-236, abr. 1999.

_____. Strategic management. A stakeholder approach. In: LAMB, R (Ed.). **Advance in Strategic Management**. Greenwich: JAI press, 1983. p.31-60.

_____. **Strategic management: A stakeholder approach**. Boston: Pitman, 1984.

_____. **The social responsibility of business is to increase its profits**. New York Times: Magazine, 1970.

FREEMAN, R.E; HARISSON; J. S., Wicks, A.C. **Managing for stakeholders: survival, reputation, and success**. New Haven and London: Yale University Press, 2007.

FREITAS, André Luís Policani; DE ALMEIDA, Georgia Maria Manguiera. Avaliação do nível de consciência ambiental em meios de hospedagem: uma abordagem exploratória. **Revista Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v.22, n.2, p.405-417, ago.2010. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/sociedadennatureza/article/view/9885/5911>>. Acesso em: 13 jan. 2017.

FRESCA, Tania Maria. Uma discussão sobre o conceito de metrópole. **Revista da ANPEGE**, Dourados, MS, v.7, n.8, p. 31-52, ago./dez. 2011. Disponível em: <<http://anpege.org.br/revista/ojs-2.4.6/index.php/anpege08/article/view/177/RA803>>. Acesso em: 23 out. 2016.

FRIEDMAN, A.L.; MILES, S. **Stakeholders: theory and practice**. Oxford: University Press Oxford, 2006.

GEOCONSULT – Geologia e Meio Ambiente Consultoria. **Estudo de viabilidade ambiental – EVA: Complexo turístico Viva Mar Resort & Viilage**. Fortaleza: GEOCONSULT, 2004.

GIACOMINI, G. Atendimento e responsabilidade social como atributos da qualidade do turismo. In: LAGE, B. H. G.; MILONE, P. C. (Orgs.). **Turismo: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2000. p.63-67.

GIL, M.J.A.; BURGOS, J.; CÉSPEDES, J.J. **Grupos de interés y estratégias medio ambientales de los hoteles españoles**. Madrid: Informacion Comercial Espanola-Monthly, 2001. p.163-181.

GOMES, Christianne L. Verbetes Lazer – Concepções. In: GOMES, C.L. (Org). **Dicionário crítico do lazer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

GONÇALVES, J. Meio ambiente no Jornal O Povo: de 1976 a 1997. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS E COMUNICAÇÃO, 30., 2007, Santos. **Anais...** Santos: INTERCOM, 2007. p.1-15. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2207/resumos/R1320-1.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2016.

GORMSEN, Erdman. **El turismo internacional como nuevo frente pionero em los países tropicales**. Teoría y praxis del espacio turístico. Xochimilco: Univ. Auton., 1989. p.78-91.

GRABURN, Nelson. Antropologia ou antropologias do turismo? In: BARRETTO, M.; GRÜNEWALD, R.A.; STEIL, C.A.; GRABURN, N.; SANTOS, R. (Orgs.). **Turismo e antropologia: novas abordagens**. Campina: Papyrus, 2009.

GRAS, N. S. B. El desarrollo de la economía metropolitana en Europa y en América. In: THEODORSON, G. A. (Org.). **Estudios de ecología humana**. Barcelona: EditorialLabor, 1974. p.321-335.

GRECHINSK, P. T.; CARDOZO, P. F. A gastronomia eslava em Irati como possibilidade de atrativo turístico. **Pasos Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, Buenos Aires, v. 6, n.2, p. 361-375, 2008. Disponível em: <<http://www.pasosonline.org/Publicados/6208special/PASOS14.pdf>>. Acesso em: 13 ago. 2016.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. 400p.

HENRIQUES, I.; SADORSKY, P. The determinants of an environmental responsive firm: an empirical approach. **Journal of Environmental Economics and Management**, v.30, n.3, p. 381-395, 1996.

IGNARRA, Luiz Renato. **Fundamentos do Turismo**. 2. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estimativas da população brasileira 2016**. Disponível em: <http://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2015/nota_metodologica_2015.pdf>. Acesso em: 07 fev. 2016.

_____. **Produto Interno Bruto dos Municípios (2005 – 2009)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

INSTITUTO DE HOSPITALIDADE. **NIH 54:2004 – PCTS – Programa de Certificação em Turismo Sustentável**. Norma NIH 54:2004 – Meios de Hospedagem – requisitos para a sustentabilidade. 2004. Disponível em: <[http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/467524C358E0487D832575E0006C5CBA/\\$File/NT00041A3E.pdf](http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/467524C358E0487D832575E0006C5CBA/$File/NT00041A3E.pdf)>. Acesso em: 13 jan. 2017

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ. **Perfil básico municipal Caucaia 2006**. Disponível em:

<http://www.ipece.ce.gov.br/perfil_basico_municipal/2006/Caucaia.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2016.

_____. **Projeto**: governança metropolitana no Brasil relatório. 2016. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/redeipea/images/pdfs/governanca_metropolitana/rel_1_1_rm_fortaleza.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2015.

_____. **Anuário 2015**. Disponível em: http://www2.ipece.ce.gov.br/publicacoes/anuario/anuario2015/aspectosEconomicos/turismo/oferta_hotелеira.htm. Acesso em: 29 jul 2016.

_____. **Perfil básico regional 2014** – Região Metropolitana de Fortaleza. Fortaleza: IPECE, 2015. Disponível em: <http://www2.ipece.ce.gov.br/estatistica/perfil_regional/Perfil_Regional_R1_RMF_2014.pdf>. Acesso em: 13 out. 2015.

_____. **Perfil básico municipal de Caucaia**. Fortaleza: IPECE, 2016.

JENSEN, M. Value Maximization, Stakeholder Theory, and the Corporate Objective Function. **Journal of Applied Corporate Finance**, Fall, v.14, n.3, p. 8-21, 2001.

JUCÁ, Gisafran. **Verso e reverse do perfil urbano de Fortaleza (1945-1960)**. São Paulo: Annablume, 2003.

KELLY, John R., FREYSINGER, Valeria J. **21st. Century leisure**: current issues. EUA: Allyn e Bacon, 2000.

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do turismo**: para uma nova compreensão do lazer e das viagens. 3. ed. São Paulo: Aleph, 2009.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental**. Petrópolis: Vozes, 2001.

LEFEBVRE, Henri. **A cidade do capital**. 2.ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2001.

_____. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LIMA, Eduardo Rocha. Vidas infames e espaço revitalizado: o caso da praia de Iracema em Fortaleza. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL URBICENTROS, 2., Maceió. **Anais...** Maceió: UFBA, 2011. p.1-15. Disponível em: <<http://www.laboratoriourbano.ufba.br/wp-content/uploads/arquivos/arquivo-116.pdf>>. Acesso em: 23 jul. 2016.

LÖWY, Michael. **Ideologias e ciência social**: elementos para uma análise marxista. 10. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

LUCHIARI, M. T. D.P. Urbanização turística: um novo nexos entre o lugar e o mundo. In: LIMA, Luiz Cruz (org.). **Da cidade ao campo**: a diversidade do saber-fazer turístico. Fortaleza-CE: UECE, 1998.

MACEDO, Gisele Paula. **A responsabilidade socioambiental e os resorts no município de Aquiraz – CE**. 2016. 149f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Negócios Turísticos) – Mestrado Profissional em Gestão de Negócios Turísticos, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2016.

MACHADO FILHO, Cláudio Pinheiro. **Responsabilidade social e governança: o debate e as implicações: responsabilidade social, instituições, governança e reputação**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2006.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Estudos do lazer**. Campinas: Autores Associados, 1996.

MARICATO, Ermínia. MetrÓpole, legislação e desigualdade. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.17, n.48, p.151-166, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v17n48/v17n48a13.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2016.

MASSUKADO, M. S. Análise comparativa de estratégias qualitativas de investigação: possibilidades para a pesquisa em turismo. **Turismo & Sociedade**, Curitiba, v.1, n.1, p. 9-27, abril 2009.

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. **Teoria geral da administração: da escola científica à competitividade em economia globalizada**. São Paulo: Atlas, 1997.

MENDES, E.G.; LIMA, L.C.; CORIOLANO, L.N. Os embates da reestruturação do espaço litorâneo cearense pelo turismo. **Revista Mercator**, Fortaleza, v.3, n.6, p. 43-52, 2004. Disponível em: <<http://www.mercator.ufc.br/index.php/mercator/article/viewFile/125/95>>. Acesso em: 23 nov. 2016.

MEGGINSON, L.C.; MOSLEY, D.C.; PIETRI JUNIOR, P.H. **Administração – conceitos e aplicações**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1998.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**. 11. ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

MITCHELL, R., AGLE, D.J., WOOD, B.R. Toward a theory of stakeholder identification and salience: defining the principle of who and what really counts. **Academy of Management Review**, v.22, n.4, p.853-886, 1997. Disponível em: <<https://wiki.brown.edu/confluence/download/attachments/33494/Mitchell+Stakeholder+Identification+1997.pdf>>. Acesso em: 13 fev. 2017.

MOESCH. M. **A produção do saber turístico**. São Paulo: Contexto, 2002.

MONTEIRO, M. do P.S.R. **As segundas residências e o turismo sustentável**. Impactos socioeconômicos e ambientais em Paracuru-CE. 2004. 164p. Dissertação (Mestrado em Gestão de Negócios Turísticos) – Mestrado Profissional em Gestão de Negócios Turísticos, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2004.

MORAES, Antônio Carlos Robert de. **Contribuições para a gestão da zona costeira do Brasil**: elementos para uma geografia do litoral brasileiro. São Paulo: HUCITEC/EDUSP, 1999.

MORAIS, Jader Onofre. Processos e impactos ambientais em zonas costeiras. **Revista de Geologia**, Fortaleza: v.9, p.191-242, 1996.

MORAIS, Lucia de Fátima Sabóia de. **Para onde sopram os ventos do Cumbuco?** Impactos do Turismo no litoral de Caucaia, CE. 2010. 128f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Geografia), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual do Estado do Ceará, Fortaleza, 2010.

MORIN, Edgar. **Cultura de massas no século XX**: cultura em debate. Rio de Janeiro, 1969.

_____. **Ciência com consciência**. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005

MOTA, Keila Cristina Nicolau. Análise da competitividade da praia do Cumbuco/CE enquanto destinação turística: da percepção dos empresários à realidade do turismo no local. In: SEMINÁRIO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO, 11., 2015, Natal. **Anais...** Natal/RN: ANPTUR, 2015. p.1-18.

MUÑOZ, J.M. **Barragán, ordenación, planificación y gestión del espacio litoral**. Barcelona: Oikos-Tau, 1994.

OLIVEIRA, Valônia de Araújo. **A gastronomia das barracas da Praia do Futuro como atrativo turístico em Fortaleza-CE**. 2015. 120 f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Negócios Turísticos) – Curso de Mestrado Profissional em Gestão de Negócios Turísticos, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2015.

ORIÁ, Ricardo. Fortaleza: os lugares de memória. In: SOUZA, Simone de (Org.). **Uma nova história do Ceará**. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2000.

PAIVA, Ricardo Alexandre. **Entre o mar e o sertão: paisagem e memória no Centro de Fortaleza**. 2005. 180 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

_____. Turismo e pós-modernidade: os processos urbanos contemporâneos. **Desígnio** São Paulo, n. 7/8, p.151-160, 2007.

_____. **A metrópole híbrida**: o papel do turismo no processo de urbanização da Região Metropolitana de Fortaleza. 2011. 305 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

_____. Urbanização e políticas de turismo no Ceará, Brasil. **Revista Turismo & Desenvolvimento**, São Paulo, n.21/22, p.305-318, 2014.

PALME, U.; TILLMAN, A. M. Sustainable development indicators: how are they used in Swedish water utilities? **Journal of Cleaner Production**. n.16, p. 1346-1357, 2008.

PARENTE, Karlos Markes Nunes. **Espaços públicos e privados de lazer e turismo na orla oeste de Fortaleza**: embates políticos e contradições socioespaciais. 2012. 142 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2012.
PAULA, Davis Pereira de; MORAIS, Jader Onofre de; DIAS, João Manuel Alverinho, FERREIA, Óscar. A importância da Praia do Futuro para o desenvolvimento do turismo de sol e praia em Fortaleza, Ceará, Brasil. **Brasilian Geographical Journal**, Ituiutaba, v.3, n.2, p. 299-316, dez. 2012.

PAULA, Davis Pereira de; DIAS, João Alverinho; SOUZA, Marco Antônio Lyra de; NETO, Carlos de Araújo Farrapeira; BARROS, Eduardo Lacerda. Monitorização de curto prazo da praia do Icaraí (Caucaia, Ceará, Brasil) após construção de estrutura rígida do tipo bagwall para controle da erosão. In: SIMPÓSIO DE HIDRÁULICA E RECURSOS HÍDRICOS DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA, 11., Zonas Costeiras 2013, Maputo. **Anais...** Maputo, Moçambique: SILUSBA, 2013. p.1-17.

PEREIRA, Alexandre Queiroz. **Veraneio marítimo e expansão metropolitana do Ceará**: Fortaleza em Aquiraz. 2006. 180 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Centro de Ciências, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.

_____. **A urbanização vai à praia**: contribuições da vilegiatura marítima à metropolização no Nordeste do Brasil. 2012. 240 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Ceará, 2012.

_____. Quatro décadas de transformações: a vilegiatura marítima no litoral metropolitano de Fortaleza, Ceará – Brasil. **Revista Franco Brasileira de Geografia** – Confins, n.17, p.1-19, 2013. Disponível em: <<http://confins.revue.org/8329>> DOI: 10400/ confins.8329> Acesso em: 26 ago. 2016.

PEREIRA, Ana Ramos. O espaço litoral e a sua vulnerabilidade. **GeoINova**, Lisboa, n. 10, p. 31-40, 2004. Disponível em: <<http://fcs.unl.pt/geoinova/revistas/files/n9-2.pdf>>. Acesso em: 19 nov. 2016.

PERROUX F. **A economia do século XX**. Lisboa: Herder, 1964.

PETROCCHI, Mario. **Turismo**: planejamento e gestão. 5.ed. São Paulo: Futura, 2001.

_____. **Projeto orla**. Fortaleza: SEMAN, 2006

PINHO, Elizabeth Magalhães Martins. **A atuação do capital imobiliário em um distrito pequeno cearense**. 1981. 60 f. Monografia (Graduação em Sociologia) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1981.

PISCITELLI, Adriana. Turismo e sexo na internet: sites de turismo sexual incidem no Nordeste do Brasil. In: CORIOLANO, Luzia Neide M.T; VASCONCELOS, Fábio Perdigão (Orgs.). **O turismo e a relação sociedade-natureza: realidades, conflitos e resistências**. Fortaleza: EdUECE, 2014. p.171-189.

PORTAL DO CUMBUCO. **Atividades**. Disponível em: <http://www.portalcumbuco.com.br/cumbuco_atividades.htm>. Acesso em: 09 fev. 2016.

FORTALEZA (Município). Prefeitura. **Histórico da evolução do turismo na metrópole e na RMF a partir de dados e estudos existentes**. 2015. Disponível em: <salasituacional.fortaleza.ce.gov.br:8081/acervo/documentById?id=9465dd2e-af97>. Acesso em: 15 jun. 2015.

RAMÍREZ, J.M. Caracterización de las agencias de viajes que operan bajo el sistema de franquia em España. CONGRESO INTERNACIONAL SOBRE PATRIMONIO, DESARROLLO RURAL Y TURISMO EM EL SIGLO XXI, 1., 2004, Osuna. **Anais...** Osuna, Spain: Universidad, 2004. p.1-15.

RAMIREZ-HURTADO, José M.; BERBEL-PINEDA, Juan M. **Características e perspectivas do franchising de agências de viagens: o caso espanhol**. **Encontros Científicos**, Faro, n. 6, p. 25-35, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1646-24082010000100004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 22 out. 2016.

REI FILHO, Nestor Goulart. **Metropolização**. São Paulo: FAUUSP, 1971.

RENOUX, M. **L'économie du tourism**. Paris: Éditions du Seuil, 1972.

REZENDE, Leonardo. **Avanços e contradições do licenciamento ambiental de barragens hidrelétricas**. Belo Horizonte: Fórum, 2007.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

RITCHIE, J. R. B.; GOELDENER, C. R. **Travel, tourism and hospitality research: a Handbook for managers and researchers**. New York: John Wiley & Sons, 1994.

RODRIGUES, Adyr Balasteri. A urbanização no Brasil e o fenômeno turístico. In: _____. **Turismo e espaço** - rumo a um conhecimento transdisciplinar. São Paulo: Hucitec, 1997, p.124-147.

RODRIGUES JUNQUEIRA, Rosemeire; KYOKO WADA, Elizabeth. Stakeholders: estratégia organizacional e relacionamento. Estudo de casos múltiplos do setor hoteleiro. **Revista Ibero Americana de Estratégia**, São Paulo, v.10, n.3, p.94-125, sep./dic.2011. Disponível em:<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=331227120006>. Acesso em: 13 fev. 2017.

ROWLEY, Tim. A normative justification for stakeholder theory. **Business and Society**, v.37, n.1, p.105, 1998.

RUSCHMANN, Doris. **Turismo e planejamento sustentável**: a proteção do meio ambiente. Campinas-SP: Papirus, 1997.

RUSCHMANN, Doris; ROSA, Rafaela Gonçalves. Ilha de Porto Belo / SC um destino turístico de excelência. **Tékhné**, Barcelos, n. 14, p. 9-20, dez. 2010. Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-99112010000200002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 22 out. 2016.

SANTOS, C.N. **Está na hora de ver as cidades como elas são de verdade**. Rio de Janeiro: Ibam, 1986.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Hucitec, 1987.

_____. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005.

_____. **Natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006.

_____. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2012.

_____. **Técnica, espaço, tempo**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, Rafael. Hibridação cultural e turismo. In: GRABURN, Nelson et al (Org.). **Turismo e antropologia**: novas abordagens. Campinas: Papirus, 2009.

SASAHARA, Maria do Socorro Abreu. **Percorso gastronômico pela Fortaleza turística**: um estudo sobre o “gosto” do lugar. 2007. 153 f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Negócios Turísticos), Universidade Estadual do Ceará – UECE, Fortaleza, 2007.

SCOCUGLIA, Jovanka Baracuchy Cavlcanti. Cultura e urbanidade: da metrópole de Simmel à cidade desfragmentada e desterritorializada. **Cad. Metrop.**, São Paulo, v. 13, n. 26, pp. 395-417, jul/dez 2011

SEABRA, Odete C. Lima. **A muralha que cerca o mar**: uma modalidade de uso do solo urbano. São Paulo: USP, 1979.

SERRANO, Célia M. Toledo; Heloisa T Bruhns (Org.). **Viagens à natureza**: turismo, cultura e ambiente. 8. ed. Campinas: Papirus, 2007.

SILVA, J.B. da. Fortaleza mar e sertão. In: CORIOLANO, L. N. **Turismo, território e conflitos imobiliários**. Fortaleza: EdUECE, 2012. p.231-245.

SILVA, Kelson de Oliveira. **A residência secundária no Brasil**: dinâmica espacial e contribuições conceituais. São Paulo: Livraria da Física, 2012.

SILVA, Fabiana dos Santos; COSTA, Sarany Rodrigues da; CARVALHO, Conceição de Maria Belfort de. Políticas públicas de turismo no Brasil: estratégias para a administração da atividade no país. In: SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E

TECNOLOGIA, 10., 2013, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: SEGET, 2013. p.1-10. Disponível em: <<http://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos13/36218351.pdf>>. Acesso em: 13 maio 2016.

SILVA, J.B. Fortaleza, a metrópole sertaneja do litoral. In: SILVA, J. (Org.) **Litoral e sertão: natureza e sociedade no Nordeste Brasileiro**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2005.

SILVEIRA, Bruno Rodrigues. **O morar permanente na praia**. Moradia e vilegiatura na localidade praiana do Icarai – CE. 2012. 134 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Ciências, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Otávio G. (Org.). **O fenômeno urbano**. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

_____. The metropolis and mental life. In: FRISBY, D.; FEATHERSTONE, M. (Orgs.). **Simmel on culture**. selected writings. Londres: Sage Publications, 2000.

SINGER, Paul. **Repartição de renda: pobres e ricos sobre o regime militar**. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

SPOSITO, Eliseu S. **Geografia e filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico**. São Paulo: Unesp, 2004.

TACHIZAWA, T. **Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa: estratégias de negócios focadas na realidade brasileira**. São Paulo: Atlas, 2005.

TIMBÓ, Silvia Helena Dias. **Os transportes no turismo e o passeio de buggy em Cumbuco – Caucaia, CE**. 2014. 158 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Negócios Turísticos) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2014.

TIMBÓ, Silvia Helena Dias; PORTUGUEZ, Anderson Pereira. Transportes recreativos e desenvolvimento local: a atividade buggy-turismo na Praia do Cumbuco, município de Caucaia, CE. **Revista Turydes**, Lisboa, n.17, p.43-65, dic.2014. Disponível em:<<http://www.eumed.net/rev/turedes/17/buggy-turismo.html>>. Acesso em: 20 out. 2016.

TRIVIÑOS, A.N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 2011.

TUAN, Yi Fu. **Espaço e lugar**. São Paulo: Difel, 1983.

_____. **Topofilia**. Londrina: Eduel, 2012.

TULIK, Olga. **Residências secundárias: presença, dimensão e expressividade do fenômeno do estado de São Paulo**. São Paulo: USP, 1995.

_____. **Turismo e meios de hospedagem: em casas de temporada**. São Paulo: Roca, 2001.

TUPY, Oscar. Investimentos em meio ambiente, responsabilidade social e desempenho econômico-financeiro de empresas no Brasil. **Tékhné**, Barcelos, n. 10, p. 73-86, dez.2008. Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-99112008000200006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 23 out. 2016.

TYRY-CHERQUES, Hermano Roberto. Responsabilidade moral e identidade empresarial. **RAC – Revista de Administração Contemporânea**, Rio de Janeiro, v.7, p.31-50, 2003.

VASCONCELOS, Fábio Perdigão. Popularização x Litorização. In: SBPC. **Cadernos SBPC: Olhando o mar e o meio ambiente**. Brasília: SBPC, 2005.

VIRGINIO, D.E.; FERNANDES, L.V. Responsabilidade socioambiental na hotelaria: um estudo na via costeira de Natal, RN. **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, v.11, n.2. p.220-233, ago.2011.

VOTAW, D. Genius Becomes Rare. In: VOTAW D. SETHI, S.P. (Orgs.). **The corporate dilemma: tradicional values versus contemporary problems**. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1973

WOOD, D. J. **Business and Society**. Pittsburgh: Harper Collins, 1990.

APÊNDICES

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ - UECE
 PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA – PROPGp
 CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS - CESA
 MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO DE NEGÓCIOS TURÍSTICOS - MPGNT

Este roteiro de entrevista faz parte de uma pesquisa de mestrado, que visa a realização de uma dissertação sobre turismo e responsabilidade socioambiental, na Praia do Cumbuco, no município de Caucaia-Ceará, de autoria de Sonale Paiva Cidrão.

1. Quando se deu a instalação deste empreendimento?
2. Quais as razões pela escolha da Praia do Cumbuco para se instalar?
3. Possui licenciamento ambiental regular para o funcionamento das instalações?
4. Que tipo de práticas socioambientais desenvolve com a comunidade?
5. Como se dá a relação de abastecimento deste empreendimento. As compras são efetuadas em Caucaia ou noutra lugar? Onde?
6. Como se dá a contratação de funcionários? Qual o número de funcionários da empresa e em que percentual estes fazem parte da região? É dada preferência para contratação da sociedade local ou é feita a seleção independente da origem do provento funcionário?
7. Existe planejamento e acompanhamento das ações ambientais? Os hóspedes tomam conhecimento destas ações? Através de onde? Site, panfletos...?
8. Os funcionários passam por algum tipo de treinamento e orientação regular a respeito das ações da empresa, de sustentabilidade e responsabilidade social?
9. Existe algum tipo de acordo do empreendimento para com o município de Caucaia, na questão de responsabilidade social e ambiental desta região? Quais as ações efetivamente promovidas por esta empresa para com a comunidade local ou o município?
10. Pratica uso de energia alternativa e/ou reuso de água, reciclagem do lixo e uso de ferramentas que promovem a economia dos itens naturais, como válvula de descarga com duplo acionamento, energia solar, usina de reciclagem dentre outros?
11. Como se dá o descarte de resíduos orgânicos e inorgânicos?
12. A empresa promove as atrações turísticas da Praia do Cumbuco para o turista? E quais tipos de serviços presta além do objetivo principal da empresa? Traslado, passeios, guias turísticos, etc.
13. Considera algum impacto positivo ou negativo causado à comunidade local. Quais são estes impactos?

APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCALRECIDO



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ - UECE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA – PROPGp

CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS - CESA
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO DE NEGÓCIOS
TURÍSTICOS - MPGNT

Prezado(a) Senhor(a):

Você está sendo convidado para participar, como voluntário(a) de uma pesquisa que visa estudar “A Metrópole Fortaleza Espreada pelo Turismo e a Responsabilidade Socioambiental de Hotéis do Cumbuco/Ceará”. No caso de aceitar fazer parte da mesma, você responderá a um questionário e/ou formulário de entrevista.

A sua participação será de grande valia para o desenvolvimento desta pesquisa e possibilitará a realização de ações mais pontuais, a exemplo de campanhas e oficinas, por parte de instituições públicas e privadas, na região de estudo. Você terá liberdade para solicitar esclarecimentos sobre a pesquisa, bem como para desistir de participar dessa atividade em qualquer momento que desejar, sem que isto leve você a qualquer penalidade.

Como responsável por este estudo, tenho o compromisso de manter em segredo todos os dados confidenciais por você fornecidos.

Assim, se está claro para o Senhor(a) a finalidade desta pesquisa e se concorda em participar, peço que assine este documento.

Meus sinceros agradecimentos por vossa colaboração,

Sonale Paiva Cidrão
Pesquisadora Responsável

Eu, _____

Aceito participar das atividades da pesquisa: “A Metrópole Fortaleza Espreada pelo Turismo e a Responsabilidade Socioambiental de Hotéis do Cumbuco/Ceará”. Confirmando que fui devidamente informado(a) e responderei aos formulários, questionários e/ou entrevistas. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto me leve à qualquer penalidade, e que os resultados serão tratados confidencialmente.

Local e Data:

Assinatura ou Impressão digital

APÊNDICE C - QUESTIONÁRIO APLICADO AOS TURISTAS NA PRAIA DO CUMBUCO



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ - UECE
 PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA – PROPGp
 CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS - CESA
 MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO DE NEGÓCIOS TURÍSTICOS - MPGNT

EMPREENDIMENTO TURÍSTICO EM QUE SE ENCONTRA:

DATA: __/__/____.Questionário nº _____

1.VOCÊ É TURISTA OU RESIDENTE: _____

1.1.DE ONDE VEIO: _____

2.COMO CHEGOU EM CUMBUCO: pelas agência de viagens. ()sim ()não.

Se sim, qual? _____

()sozinho ()sim ()não

3.POR QUE ESCOLHEU VIR EM CUMBUCO?

4..O QUE LHE ATRAI EM CUMBUCO? _____

5. PERNOITARÁ EM CUMBUCO? ()sim ()não

5.1.ONDE ESTÁ

HOSPEDADO? _____

6.VOCÊ IDENTIFICA IMPACTOS AMBIETAIS NESTA PRAIA? ()sim ()não.

QUAIS? _____

7.QUE MAIS LHE AGRADA EM CUMBUCO?

8.QUE AÇÕES DE RESPONSABILIDADE SOCIAL VOCÊ IDENTIFICA NOS MEIOS DE HOSPEDAGEM? . _____

9.QUE ACHA DA INFRAESTRUTURA DE CUMBUCO?

10.VOCÊ RETORNARIA A CUMBUCO? ()sim ()não.

APÊNDICE D - QUESTIONÁRIO APLICADO AOS GESTORES DO
EMPREENDIMENTO TURÍSTICO



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ - UECE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA – PROPGp
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS - CESA
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO DE NEGÓCIOS TURÍSTICOS –
MPGNT

EMPREENDIMENTO TURÍSTICO: _____
DATA: ___/___/____. QUESTIONÁRIO Nº. _____

1.QUAL SEU CARGO NA EMPRESA:

2. VOCÊ É DE CAUCAIA? ()sim ()não.

3.QUAL SEU ÚLTIMO CURSO OU GRAU DE INSTRUÇÃO: ()ensino fundamental completo ()ensino fundamental incompleto ()ensino médio completo ()ensino médio incompleto ()superior completo ()superior incompleto ()mestre ()doutor ()outro

4.EMPREGA PESSOAS DE CAUCAIA? ()sim ()não. SE SIM, QUANTOS FUNCIONÁRIOS? _____ SE NÃO, DE ONDE SÃO OS FUNCIONÁRIOS?

5.O EMPREENDIMENTO DIVULGA AS AÇÕES E COMPROMISSOS COM O MEIO AMBIENTE E COM A RESPONSABILIDADE SOCIAL? ()sim ()não.

6.COMO A GESTÃO DO EMPREENDIMENTO VÊ OS IMPACTOS AMBIENTAIS DO CUMBUCO? E COMO MELHORÁ-LOS?

7.O HOTEL FAZ PESQUISAS DE SATISFAÇÃO COM OS HÓSPEDES? ()sim ()não.

8.COMO A PREFEITURA DE CAUCAIA COLABORA COM O TURISMO E COM OS EMPREENDIMENTOS HOTELEIROS?

9.O QUE DIFICULTA O TRABALHO DO EMPREENDIMENTO EM CUMBUCO?

10.O QUE LEVOU A INVESTIR EM CUMBUCO?

APÊNDICE E - QUESTIONÁRIO APLICADO AOS RESIDENTES DA PRAIA DO CUMBUCO



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ - UECE
 PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA - PROPGp
 CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS - CESA
 MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO DE NEGÓCIOS TURÍSTICOS - MPGNT

DATA: ___/___/___ QUESTIONÁRIO Nº_____.

1.PROFISSÃO: _____

2.VOCÊ É NASCIDO NO MUNICÍPIO ()sim ()não

3.ALGUÉM DE SUA FAMÍLIA VIVE DO TURISMO NA PRAIA DO CUMBUCO?
 ()não ()sim. ()em resorts, hotéis, pousadas, etc ()nas barracas de praia
 ()na oferta dos esportes(buggy, cavalo, kitesurf, surf, etc) ()nos restaurantes,
 bares ou boates ()outros.

4.QUAIS OS BENEFÍCIOS DO TURISMO PARA O RESIDENTE NA PRAIA DO CUMBUCO? ()oferta de emprego ()segurança ()desenvolvimento
 ()melhor infraestrutura

5. NA SUA OPINIÃO, QUAIS OS IMPACTOS PROVOCADOS PELO USO TURÍSTICO NA PRAIA DO CUMBUCO? ()mudanças do ambiente natural ()preços altos
 ()imóveis caros ()especulação de terra ()drogas ()prostituição ()invasão de privacidade ()excesso de lixo ()falta d'água ()descaso de empreendimento turísticos para com os residentes e/ou meio ambiente ()descaso do poder público para com os residentes e/ou o meio ambiente
 ()outros. Quais:

6.VOCÊ PERCEBE ALGUM TIPO DE RESPONSABILIDADE SOCIOMBIENTAL DOS EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS NA PRAIA DO CUMBUCO.()sim ()não.

7.OS TURISTAS, DE ALGUMA MANEIRA, SÃO ORIENTADOS A PRESERVAR OU CONSERVAR A PRAIA DO CUMBUCO.()sim ()não.

8.NA SUA OPINIÃO A IMPLANTAÇÃO DO PORTO DO PECÉM GEROU ALGUMA MUDANÇA PARA A PRAIA DO CUMBUCO? ()sim ()não
 QUAIS:_____

9.O QUE VOCÊ ACHA QUE ATRAI OS TURISTAS PARA A PRAIA DO CUMBUCO?

belezas naturais os resorts, hotéis, pousadas as barracas de praia

os esportes a culinária os residentes outros.